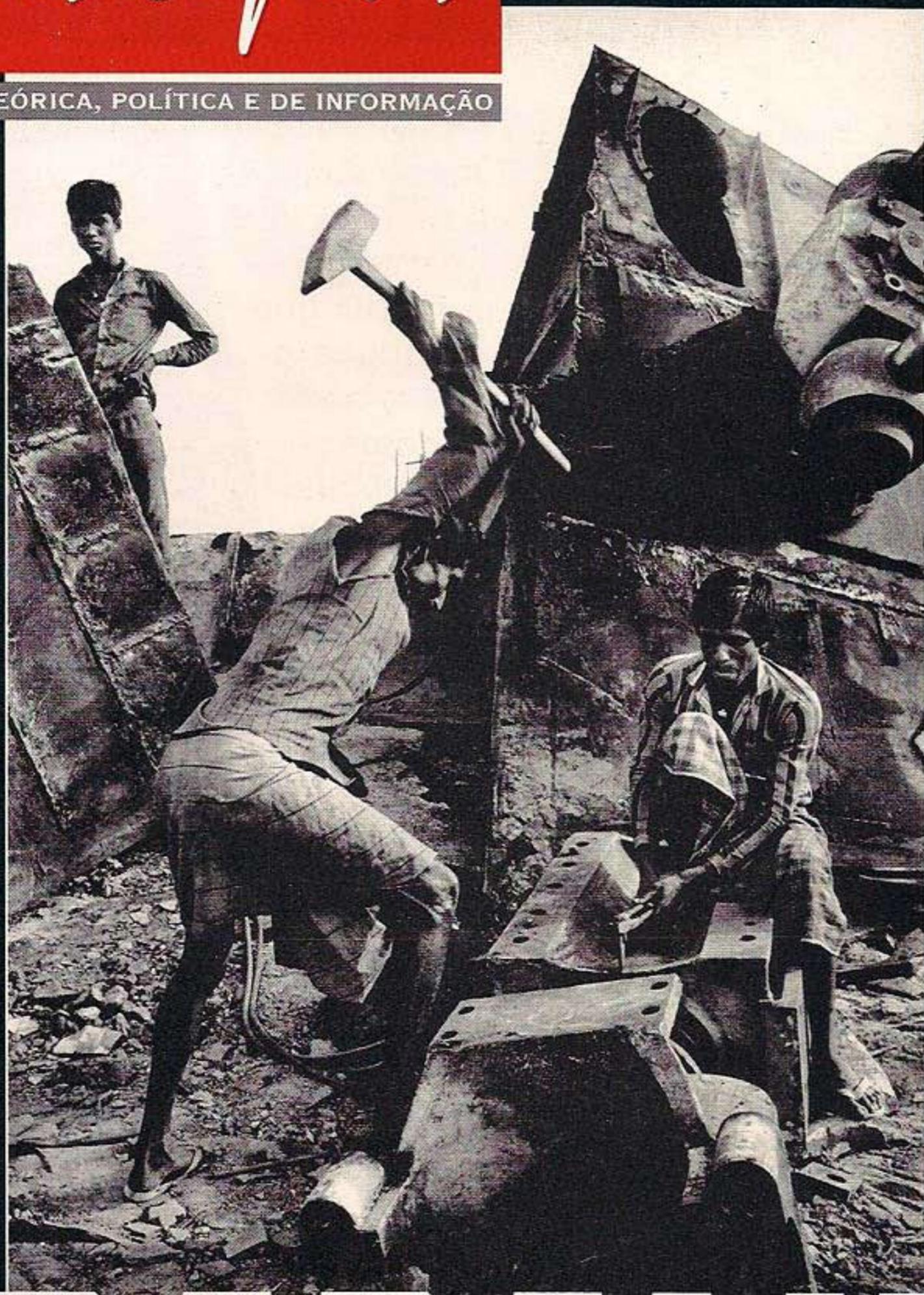


NOVEMBRO ■ DEZEMBRO/96 ■ JANEIRO/97 N° 43 R\$ 7,50

Princípios

REVISTA TEÓRICA, POLÍTICA E DE INFORMAÇÃO

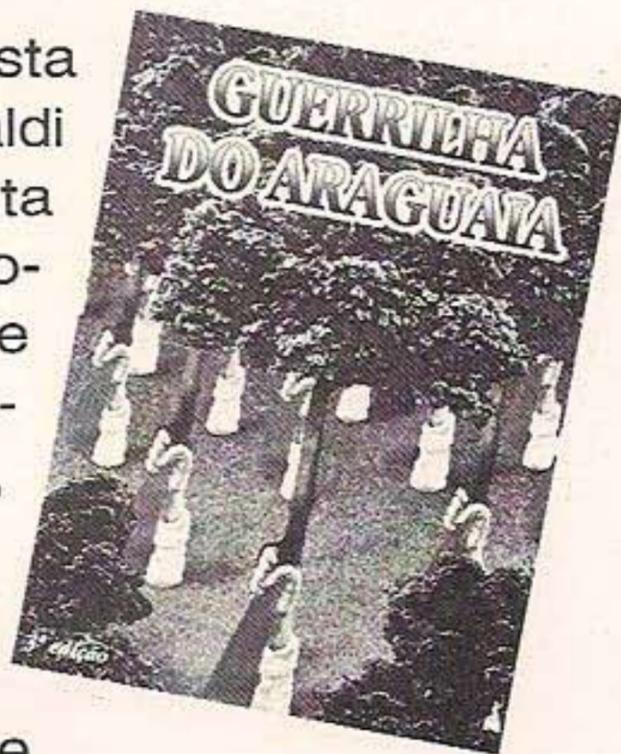


TRABALHO

LANÇAMENTO

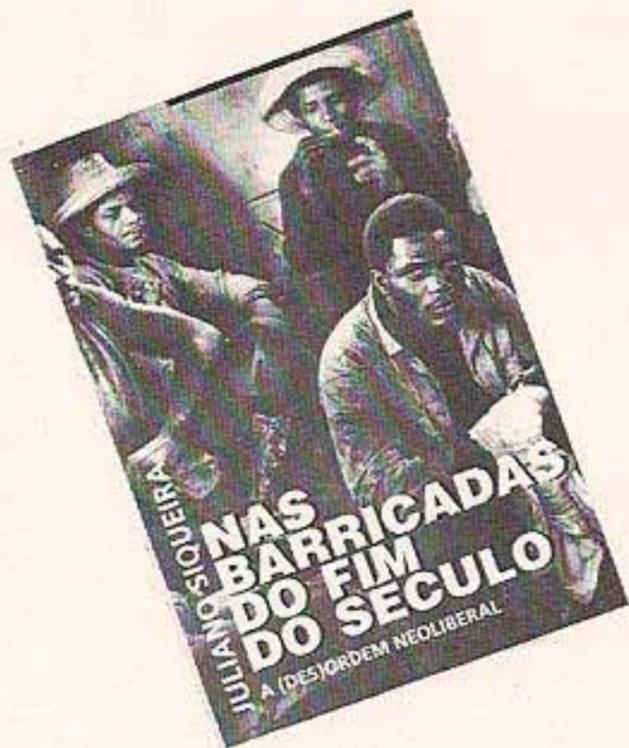
GUERRILHA DO ARAGUAIA

Com esta 3ª edição ampliada do livro/revista *Guerrilha do Araguaia*, a Editora Anita Garibaldi homenageia os heróis que tombaram na luta pela liberdade e resgata um importante período da história de nosso povo, por mais que as classes dominantes tentem esconder e ignorar. É fantástico que só depois de 21 anos, após muitos massacres de trabalhadores naquela mesma região como os de Rio Maria e Eldorado do Carajás, a Guerrilha do Araguaia ocupe espaços nos grandes meios de comunicação. Esta publicação é a mais completa já produzida. Nela o leitor encontrará comunicados da guerrilha, cartas, poemas, fotos e biografias dos guerrilheiros, entrevistas, depoimentos e documentos que analisam este acontecimento. Vale a pena conferir.



R\$ 12,00

LANÇAMENTO



NAS BARRICADAS DO FIM DO SÉCULO

A (DES)ORDEM NEOLIBERAL
de Juliano Siqueira

R\$ 15,00

Trabalho e socialismo

A introdução de robôs e computadores na produção e a adoção de novas tecnologias gerenciais que aprimoram a exploração do trabalho têm consequências práticas e teóricas importantes. Entre as consequências práticas estão o aumento do desemprego, as mudanças (para pior) nas condições de trabalho, a reestruturação do mercado de trabalho. Entre as consequências teóricas, há o intenso debate, envolvendo sindicalistas, militantes operários e intelectuais, sejam social democratas, sejam das diversas correntes de pensamento progressista ou dos comunistas, para compreender as mudanças em curso e avaliar suas consequências políticas, econômicas, sociais, culturais, etc. Estas transformações constituem o tema principal desta edição de *Princípios*. Ele é abordado em três artigos. José Carlos Ruy faz uma apresentação das idéias de Marx e Engels sobre a questão. John Bellamy Foster discute a influência e atualidade das idéias de Harry Braverman, cujo livro *Trabalho e Capital Monopolista*, publicado em 1974, é um dos marcos do debate sobre o tema. Finalmente, Nilton Vasconcelos e Milton B. de Almeida investigam o impacto que as novas formas de gerenciamento têm sobre os trabalhadores e sobre a própria luta de classes. Estes três artigos constituem uma aproximação inicial do tema, sabidamente complexo; esperamos, com isso, fomentar a pesquisa e contribuir para o debate.

Ainda nesta área, a área das “novidades” deste fim de século, Luís Fernandes questiona os mitos da globalização e argumenta que o novo, hoje, é a expansão política das nações dominantes, que impõem seus interesses sobre todo o planeta. Sob a forma do receituário neoliberal, esta expansão coloca os povos sob o domínio do grande capital financeiro, que demole os direitos sociais básicos e coloca todos à mercê das forças selvagens do mercado. Este é o tema do artigo de Luiz Marcos Gomes que polemiza com a tese do presidente FHC de que a exclusão social é um “mal necessário” à modernização.

Fernando Henrique Cardoso e os setores dominantes do PSDB não estão sozinhos na defesa dessa modernidade perversa. Tarso Genro, dirigente do Partido dos Trabalhadores e prefeito de Porto Alegre, alinha-se com estes setores ao defender a reinvenção do socialismo. Edson Silva polemiza com ele e denuncia a sedução da modernidade que desfigura a doutrina do socialismo.

A tentativa de implantação do projeto neoliberal prossegue agora com a bandeira da reeleição do presidente da República, uma medida que visa a perpetuação da estrutura de poder que controla o Estado brasileiro, mostra Aldo Arantes.

Se no Brasil os ataques neoliberais são desenvolvidos, em outros rincões a defesa do progresso social articula-se para garantir conquistas duramente alcançadas. O 8º Congresso do Partido Comunista do Vietnã consagrou a defesa do rumo socialista. Aldo Rebelo assistiu ao Congresso como representante oficial do PCdoB e conta o que viu lá.

Publicamos também, nesta edição, uma contribuição importante para a filosofia marxista: o artigo de Erwin Marquit, que discute as diferentes maneiras como a lógica formal e a dialética compreendem a contradição.

Registramos, também, nossos agradecimentos a Wladimir Sachetta e sua Iconographia, pelas fotos cedidas para esta edição.



6 O operário faz a coisa e a coisa faz o operário

As idéias de Marx e Engels sobre a importância do trabalho, de seu desenvolvimento no capitalismo e das condições de sua superação.

JOSÉ CARLOS RUY

15 Trabalho e capital monopolista vinte anos depois

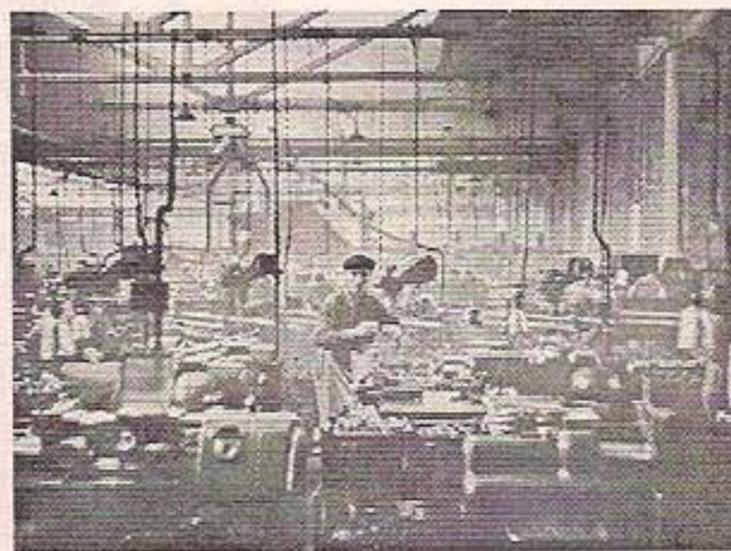
Reflexão sobre o livro do teórico americano Harry Braverman, *Labor and monopoly capital: the degradation of work in the twentieth century* que, sob uma perspectiva marxista, desenvolve crítica ao processo de trabalho capitalista do século XX.

JOHN BELLAMY FOSTER

22 Trabalho e Qualidade Total

A *Qualidade Total* passou a ser tema obrigatório no cenário empresarial moderno, espécie de otimização da relação entre os elementos do processo produtivo. A hipótese do artigo é de que o *envolvimento* do trabalhador com a empresa tem uma natureza paradoxal: é determinado por fatores políticos e econômicos realizando-se, contudo, no nível da superestrutura, das formas da consciência social.

MILTON B. DE ALMEIDA E NILTON VASCONCELOS



32 Os mitos da globalização e os desafios do desenvolvimento

Uma crítica às proposições do “discurso oficial” da globalização através de análise das características do sistema capitalista.

LUIS FERNANDES

36 Reinventar o socialismo? Coisa da reengenharia

Debate sobre a crise do socialismo em meio ao processo de globalização da economia e aos avanços tecnológicos atuais.

EDSON SILVA

39 Construindo o Estado do mal-estar social

Uma crítica ao neoliberalismo através de uma análise histórica da política internacional e brasileira.

LUIZ MARCOS GOMES





42 Reeleição e reforma antidemocrática do Estado

O objetivo da reeleição é dar continuidade à política econômica de Fernando Henrique Cardoso. Ela faz parte de uma reforma política mais ampla que, longe de ter um sentido democrático, visa elitizar ainda mais o Estado brasileiro. Ela envolve a redução do número de partidos políticos, a adoção do voto distrital misto, o voto

facultativo, a fidelidade partidária, a adoção da cláusula de barreira, a proibição da coligação proporcional, entre outras.

ALDO ARANTES

54 Vietnam: o tigre prepara outro salto

O 8º Congresso do Partido Comunista do Vietnam festeja o crescimento econômico do país. A economia vietnamita, a segunda que mais cresce na Ásia, é a prova da vitória alcançada por um Estado comprometido com os interesses populares.

ALDO REBELO



58 Contradições na dialética e na lógica formal

A contradição dialética como categoria central para a filosofia marxista-leninista e sua relação com a contradição na lógica formal.

ERWIN MARQUIT

69 Resenhas

A condição pós-moderna (uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural), de David Harvey, por **Sônia Regina Ferreira de Oliveira**. *O fim da democracia*, de Jean Guéhenno, por **Carlos Azevedo**. *História do Brasil*, de Bóris Fausto; *O povo brasileiro – a formação e o sentido do Brasil*, de Darcy Ribeiro e **Mauá**, *empresário do Império*, de Jorge Caldeira, por **José Carlos Ruy**. *O Poder Jovem – História da participação política dos estudantes brasileiros*, de Artur José Poerner, por **Manoel Rangel**.

Capa: Foto de Sebastião Salgado e edição de arte de Flávio Nigro.

Bertolt Brecht

Faz quarenta anos que o mundo perdeu um grande poeta, e o socialismo um de seus cantores mais insígnies: Bertolt Brecht, que morreu em 14 de agosto de 1956.

Ele foi um dos grandes artistas deste século, autor de peças teatrais, óperas e poemas cujo tema permanente é a confiança na capacidade do homem superar as iniquidades da vida sob o capitalismo e alcançar uma forma de organização social mais justa e humana. Registramos na contra-capas, nossa homenagem a esse combatente da democracia, da paz e do futuro.

Diretor e Jornalista Responsável: João Amazonas

Editor: Olival Freire Jr. (licenciado)

Comissão Editorial: Olival Freire Jr., Pedro de Oliveira, José Carlos Ruy, Edvar Luiz Bonotto, Sara Romera, Luciano Martorano e Roniwalter Jatobá

Conselho Editorial: Aldo Arantes, Bernardo Joffily, Fernando Pupo, Haroldo Lima, Helena de Freitas, João Moraes, José Carlos Ruy, José Reinaldo de Carvalho, Luís Fernandes, Luís Paulino, Luiz Manfredini, Madalena Guasco, Olival Freire Jr., Pedro de Oliveira, Rogério Lustosa (1943-1992), Umberto Martins e Walter Sorrentino

Colaboradores: Agenor Silva, Altamiro Borges, Ana Maria Rocha, Ary Normanha, Carlos Pompe, Clóvis Moura, Guiomar Prates, Luciana de Souza Bento, Luiz Marcos Gomes, Loreta Valadares e Olívia Rangel

Secretários de Redação: Edvar Luiz Bonotto e Priscila Arantes

Projeto Gráfico: Augusto L. de Oliveira

Distribuição e Vendas: Divo Guisoni

Administração: Márcia Regina Viotto

Assinaturas: Claudia de Medeiros

Editoração Eletrônica: Limiar Ass. em Comunicações

PRINCÍPIOS é uma publicação da Editora Anita Ltda.

R. Mons. Passalacqua, 158 - 01323-010

São Paulo - SP - Tel.: (011) 289-1331

E-mail: agprincipios@ax.ibase.org.br

A revista PRINCÍPIOS aceita colaborações que lhe forem enviadas, reservando-se o direito, a critério de seu Conselho Editorial, de publicá-las ou não. A publicação de um artigo não implica um compromisso da revista com o seu conteúdo. As opiniões emitidas são de responsabilidade exclusiva dos autores. Os artigos enviados não devem exceder 15 laudas (1 lauda = 20 linhas, 1 linha = 70 caracteres). Artigos maiores dependerão de um aceite prévio da Comissão Editorial. Os artigos devem ser enviados em três vias e em disquete (Word for Windows). Os originais não serão devolvidos. Citações devem seguir as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas.

Pontos de Venda: SÃO PAULO: PUC - Livraria Azteca - R. Bartira, 351 - fones: 262-3397 e 864-1496; Banca Estádio - Viaduto 9 de Julho, 185 - fone: 231-3458; CPV - fone: 285-6288; USP - Livraria da Edusp - fone: 813-8837; Banca dos Artistas - Av. Paulista, 2518 - esq. R. da Consolação. BELO HORIZONTE: Banca Pça. Sete - R. Rio de Janeiro c/ Afonso Pena - fone: 201-8266; Livraria Eldorado - Av. Afonso Pena, 719 - centro - fone: 273-2436; José Maria Gomes - R. da Bahia, 1148 - sala 603 - fone: 224-5835; Cotec - Av. do Contorno, 842 - sala 207 - centro - fone: 226-7479. GOIÂNIA: Banca do Maranhão - R. 8 c/ Av. Anhangueira. NATAL: Cigarreira Tio Patinhas - Av. Rio Branco, 682-A - fone: 222-0760; Cigarreira O Revistão - Rodoviária - fone: 231-2765; Cigarreira Calçada - Centro; Cooperativa Cultural da UFRN; Centro de Convivência - Campus Universitário. VITÓRIA DA CONQUISTA: Saber Distribuidora - Pça. da Bandeira, 92 - 2º and. - sala 17 - fone: (073) 424-2311

ERRAMOS

Em *Princípios* nº 42, à página 75, no artigo "O capital numa época governada pela desrazão", por um lamentável erro de edição, os nomes dos participantes do grupo de estudo de *O capital* do qual resultou o livro, foram omitidos. Eles são, além do autor Francisco José Soares Teixeira, Manfredo Araujo de Oliveira, Francisco Auto Filho, Hamatari Arraes, Marinaldo Braga, Menelen Neto e Daniel Pinheiro.

O operário faz a coisa e a coisa faz o operário

As idéias de Marx e Engels sobre o trabalho

Para o capital só é produtivo o trabalho que produz mais valia, não importando se o produto do trabalho é ou não útil à sociedade

JOSÉ CARLOS RUY

*“Era ele que erguia casas
Onde antes só havia chão.
Como um pássaro sem asas
Ele subia com as casas
Que lhe brotavam das mãos”*

Vinícius de Moraes,
O Operário em construção

O poema *O operário em construção* descreve o processo de tomada de consciência de um operário, partindo de uma situação de completa alienação: “tudo desconhecia / de sua grande missão”, sem saber “que a casa que ele fazia / sendo a sua liberdade / era a sua escravidão”. Quando acordou foi tomado “de uma súbita emoção” ao constatar que era ele quem fazia todas as coisas: garrafa, prato, facão, “gamela / banco, enxerga, caldeirão, / vidro, parede, janela, / casa, cidade, nação”.

Este poema foi escrito por Vinícius de Moraes há mais de três décadas, e descreve o trabalho como base da vida humana. Não apenas objetos de uso cotidiano, como roupas, alimentos, casa, mas também instituições (cidade, nação), e o próprio operário, resultam do trabalho. Hoje, em muitos meios, ele certamente está fora de moda, e descreve uma realidade já superada, ou em processo de superação – o trabalho já não teria a mesma im-

portância do passado, perdendo o papel central na economia e na sociedade. Muita gente pensa que estamos rumando para uma sociedade sem trabalho, onde o poema de Vinícius de Moraes seria apenas a reminiscência de um mundo que ficou para trás¹.

Este artigo é uma pequena contribuição a esse debate. Ele faz um resumo inicial das idéias de Marx e Engels a respeito da importância – e mesmo da centralidade – do trabalho, e das condições de sua superação.

O homem como produto do trabalho

“Toda a chamada história universal não é outra coisa senão a produção do homem pelo trabalho humano”, escreveu Marx nos *Manuscritos de 1844*². Já em seus escritos iniciais, ele compreende o trabalho como aquilo que os filósofos profissionais chamam de “categoria ontológica”, isto é, o fundamento em que se assenta toda uma determinada linha de pensamento. Neste ponto, Marx apenas foi fiel à tradição hegeliana, para quem é pela capacidade criadora do trabalho que o homem se distingue do animal e se aproxima de deus³.

A compreensão do trabalho – isto é, da atividade prática, produtiva, do homem, seu intercâmbio com a natureza e os outros homens, para criar bens úteis – como base da explicação da vida e da sociedade, não era novidade na época em que Marx escreveu. A tradição liberal burguesa já o havia usado como o principal argumento para justificar a propriedade privada. Um exemplo é o filósofo inglês John Locke, que faz do trabalho o centro de sua explicação para a origem e legitimidade da propriedade privada no capítulo “Da propriedade”, do seu *Segundo tratado sobre o Governo*, publicado em 1690 onde escreve que ao retirar-se um objeto “do estado comum em que a natureza o colocou”, anexa-se a ele “por esse trabalho algo que o exclui do direito comum de outros homens”. Meu trabalho, diz ele, fixa a minha propriedade sobre esse objeto⁴. Isso fazia sentido. A tradição aristocrática justificava sua propriedade e privilégios, seu ócio hereditário, com base na religião e nos costumes. Contra ela, a burguesia ergueu-se como portavoz de toda a sociedade e justificou seus próprios privilégios como resultado da atividade individual de cada proprietário, como fruto do trabalho. É claro que este argumento

escondia a exploração que a própria burguesia promovia: o trabalho de seus operários passava a ser considerado como parte da própria atividade dos industriais e demais proprietários burgueses.

A economia política clássica, de Adam Smith e David Ricardo, sistematizou as idéias correntes, que faziam do trabalho a fonte de todas as riquezas. Idéias que suscitaram um intenso debate já nas primeiras décadas do século passado, cujas principais teses foram resenhadas por Marx em *As teorias da mais valia*.

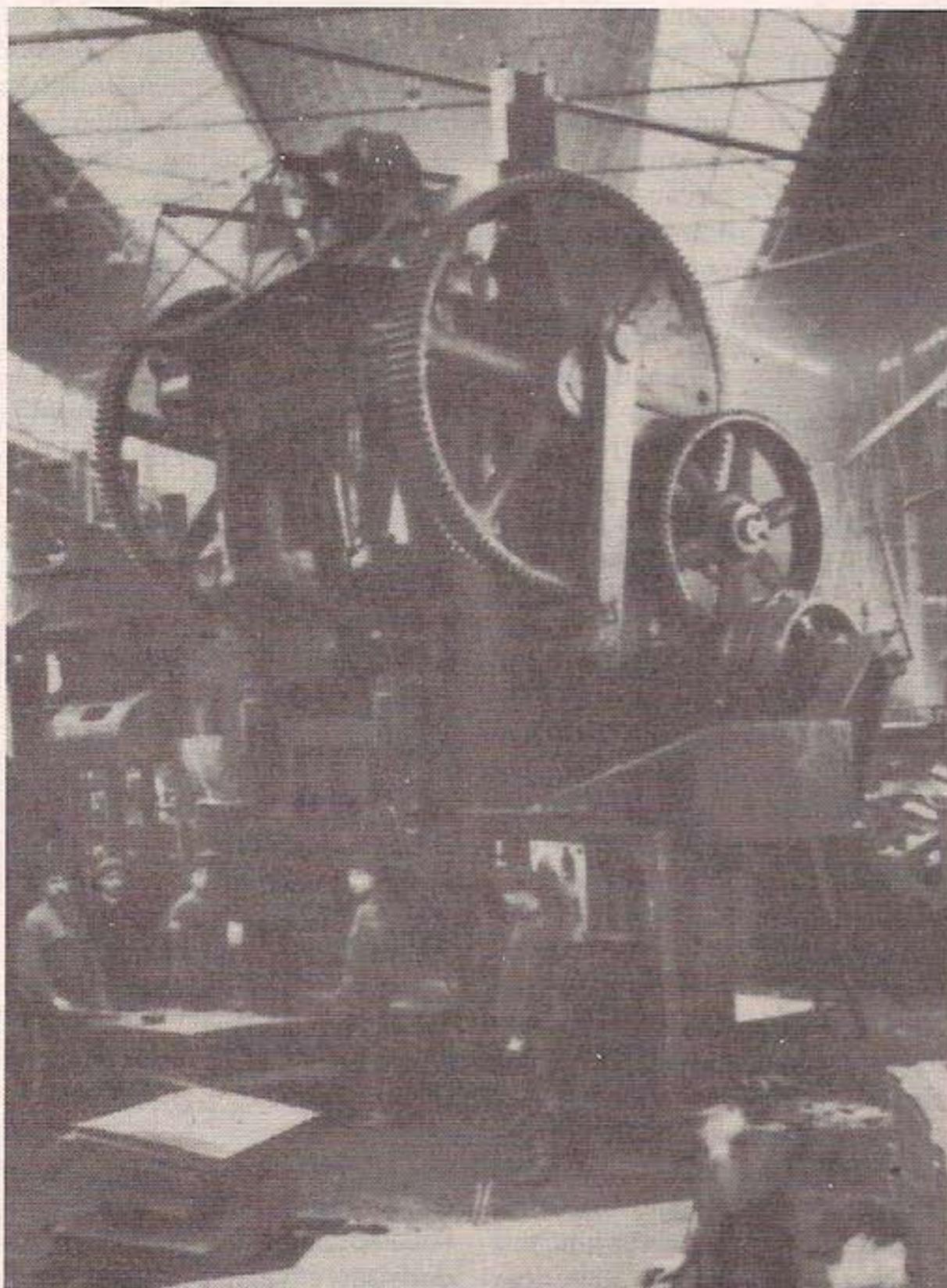
Alguns argumentos desse debate continuam presentes na luta ideológica de nossos dias. Um deles é a determinação do valor pela utilidade, e não pelo trabalho, argumento introduzido por Jean-Baptiste Say, um economista francês falecido em 1832, que foi um vulgarizador da obra de Adam Smith e é tido como um dos precursores da escola neoclássica de economia, aquela cujas teses de combate militante ao marxismo deram origem ao neoliberalismo de nossos dias. O fato de Say substituir o trabalho pela utilidade como fonte do valor, sem prejudi-

car a essência do edifício teórico da economia clássica, deve-se, diz Francisco José Soares Teixeira, à tradição filosófica em que esses economistas se moviam. A economia política, diz ele, “trabalha com conceitos que nada mais são do que formas impostas ao objeto pelo sujeito do conhecimento”⁵. Esta é a tradição kantiana mais legítima, na qual – dada a incomunicabilidade entre sujeito e objeto e, portanto, à impossibilidade do conhecimento objetivo – “não conhecemos *a priori* nas coisas senão aquilo que nós mesmos nelas colocamos”⁶.

Essa imposição de formas do sujeito ao objeto é estranha à dialética materialista. Para ela, ao contrário, o sujeito – a partir de seu conhecimento anterior – examina o objeto e extrai dele as categorias que o explicam. Com elas, corrige seu próprio conhecimento anterior e, de posse desse conhecimento enriquecido, volta novamente a examinar o mundo objetivo e a extrair dele novas determinações cujo resultado é uma ampliação ainda maior do conhecimento, num movimento sucessivo e infindável onde o sujeito é o polo dinâmico do conhecimento e o objeto, o espaço inesgotável de sua ação⁷.

A justificação da propriedade e do privilégio pelo trabalho, que na época clássica da economia política, de Adam Smith e David Ricardo, fora a expressão da ação revolucionária da burguesia, transformou-se em mera apologia dos proprietários capitalistas nas décadas iniciais do século XIX, quando o domínio burguês se consolidou⁸.

A crítica de Marx, seja à economia clássica, seja aos apologetas vulgares de seu tempo, teve o sentido de aprofundar e alargar a compreensão do papel do trabalho, fazendo dele a categoria privilegiada sobre a qual seu pensamento se ergueu, e transformando a valorização ideológica do trabalho, que para a bur-



Iconocgraphia

guesia *era apenas ideologia*, no principal elemento de explicação do homem e da sociedade, marca do pensamento proletário.

Assim, a consideração do trabalho como o centro da explicação da história, da sociedade, e – ao fim – do valor, não resulta, para Marx e Engels, de uma escolha arbitrária, ideológica, de fundo ético-moral, mas do fato de que o trabalho é a categoria que permite o conhecimento objetivo da ação, da atividade prática do homem, das relações dos homens entre si e com a natureza, superando o subjetivismo e a arbitrariedade das

explicações anteriores. A visão burguesa fazia do trabalho a justificação de seus privilégios. Ela tinha um caráter ético-moral, centrado no su-

jeito, e externo ao objeto do conhecimento. A visão proletária, de Marx e Engels, ao contrário, indicava o caráter objetivo do trabalho, assinalava a presença da mão do homem no mundo das coisas úteis, seja o trabalho direto, vivo, que se aplica aos objetos, materiais e imateriais, seja o trabalho passado, morto, cristalizado nesses objetos. A visão burguesa separa sujeito e objeto. Sua crítica proletária compreende a unidade sujeito-objeto como resultado da ação prática do homem através do trabalho, que é um processo que está simultânea e contraditoriamente no sujeito e no objeto.

Por isso, Engels pode escrever, em *O papel do trabalho na transformação do macaco em homem*, que o trabalho “é a condição fundamental primeira de toda a vida humana, e é-o a tal ponto que podemos dizer: o trabalho criou o próprio homem”⁹. Para ele, foi a ação conjunta, cooperativa, dos primeiros hominídeos, a postura ereta, a

liberação da mão como instrumento de trabalho, o desenvolvimento da linguagem e do cérebro, que explicam o surgimento do homem – e é o trabalho, ou seja, o intercâmbio produtivo entre o homem e a natureza, que está na base desse desenvolvimento¹⁰.

O intercâmbio com a natureza, e sua transformação para fins próprios, não é privilégio da espécie humana – muitos animais também fazem isso. Mas o que distingue o homem é o fato de que o animal apenas usa a natureza, enquanto “o homem transforma-a para que ela

sirva aos seus fins; domina-a. E é nisto que consiste a última diferença entre o homem e os animais; tal diferença, deve-a o homem mais uma vez ao trabalho”, diz Engels¹¹.

A distinção entre os homens e os animais surge “quando os homens iniciam a produção dos seus meios de vida, passo em frente que é consequência de sua própria organização corporal”, dizem Marx e Engels em *A ideologia alemã*¹². Mas, ao contrário do animal, o homem constrói, planeja, na cabeça antes de construir na realidade. Isto é, o trabalho humano resulta de uma decisão consciente, baseada num conhecimento prévio, enquanto o animal opera movido pelo instinto, sem saber o que faz, como explica Marx na famosa comparação que fez entre o trabalho do arquiteto e da abelha¹³.

Mais tarde, Marx irá além, dizendo que o trabalho é “um processo entre o homem e a natureza, um processo em que o homem, por sua própria ação, media, regula e controla seu metabolismo com a natureza”¹⁴.

O primeiro resultado desse metabolismo é o próprio ser humano que, por sua atividade prática, des-

taca-se do mundo animal e distingue-se entre os demais seres vivos. O resultado seguinte, lembram os fundadores do socialismo científico, é a estrutura social e o Estado, que “resultam constantemente do processo vital de indivíduos determinados”; não daquilo que eles “aparentam perante si mesmos ou perante outros, e sim daquilo que são na realidade, isto é, tal como trabalham e produzem naturalmente”¹⁵.

Não é apenas a si próprio que o homem cria através do trabalho; cria também a sociedade e o Estado em que vive e sobrevive – as relações sociais de produção, que no fundo são relações de trabalho, condicionam a forma que a vida social do homem, que as relações dos homens entre si, assumem. Em *O capital* esta idéia é formulada assim: “Não é o que se faz, mas como, com que meios de trabalho se faz, é o que distingue as épocas econômicas. Os meios de trabalho não são só medidores do grau de desenvolvimento da força de trabalho humana, mas também indicadores das condições sociais nas quais se trabalha”¹⁶. Isto é, ao se desenvolverem o modo de trabalhar e os meios de trabalho, aumentando a capacidade produtiva da força de trabalho, alteram-se também as relações entre os homens, mudam as condições sociais em que a produção ocorre.

Vinícius de Moraes expressa esta verdade em *O operário em construção* ao falar desse “fato extraordinário: / Que o operário faz a coisa / E a coisa faz o operário”. E, entre as coisas feitas pelo operário, o poeta teve o cuidado de incluir “casa, cidade, nação”.

Trabalho e capitalismo

O desenvolvimento do trabalho é contraditório. Em sua origem, o trabalho combinado, a atividade produtiva coletiva, não aparece para o

“Não é apenas a si próprio que o homem cria através do trabalho; cria também a sociedade e o Estado em que vive e sobrevive”

trabalhador como algo que lhe é próprio. Ao contrário, quando surge a divisão do trabalho, dizem Marx e Engels em *A ideologia alemã*, e a atividade deixa de ser dividida voluntariamente, “a ação do homem transforma-se para ele num poder estranho que se lhe opõe e o subjugua, em vez de ser ele a dominá-la”¹⁷. Nesse momento uma esfera de atividade exclusiva é imposta a cada indivíduo, e ele não pode sair dela “se não quiser perder os seus meios de subsistência”¹⁸.

Esse poder estranho e hostil, que surge juntamente com a divisão do trabalho, ainda não foi superado. A “fixação da atividade social, esta petrificação do nosso próprio trabalho em um poder objetivo que nos domina e escapa ao nosso controle, contrariando a nossa expectativa e destruindo os nossos cálculos, é um dos momentos capitais do desenvolvimento histórico até aos nossos dias”, dizem Marx e Engels em *A ideologia alemã*¹⁹.

Apesar dessa força estranha ser o resultado da ação combinada de todos os homens, ela é incompreensível para eles. Marx e Engels compreendem o poder social como a força produtiva multiplicada pela cooperação dos diversos indivíduos, condicionada pela divisão do trabalho²⁰, que não se apresenta aos trabalhadores “como o seu próprio poder conjugado, pois esta colaboração não é voluntária”, mas, sim como um poder adverso, situado fora deles, “do qual não conhecem nem a origem nem o fim que se propõe, que não podem dominar e que de tal forma atravessa uma série particular de fases e estádios de desenvolvimento tão independente da vontade e da marcha da huma-

nidade, que é na verdade ela quem dirige essa vontade e essa marcha da humanidade”²¹.

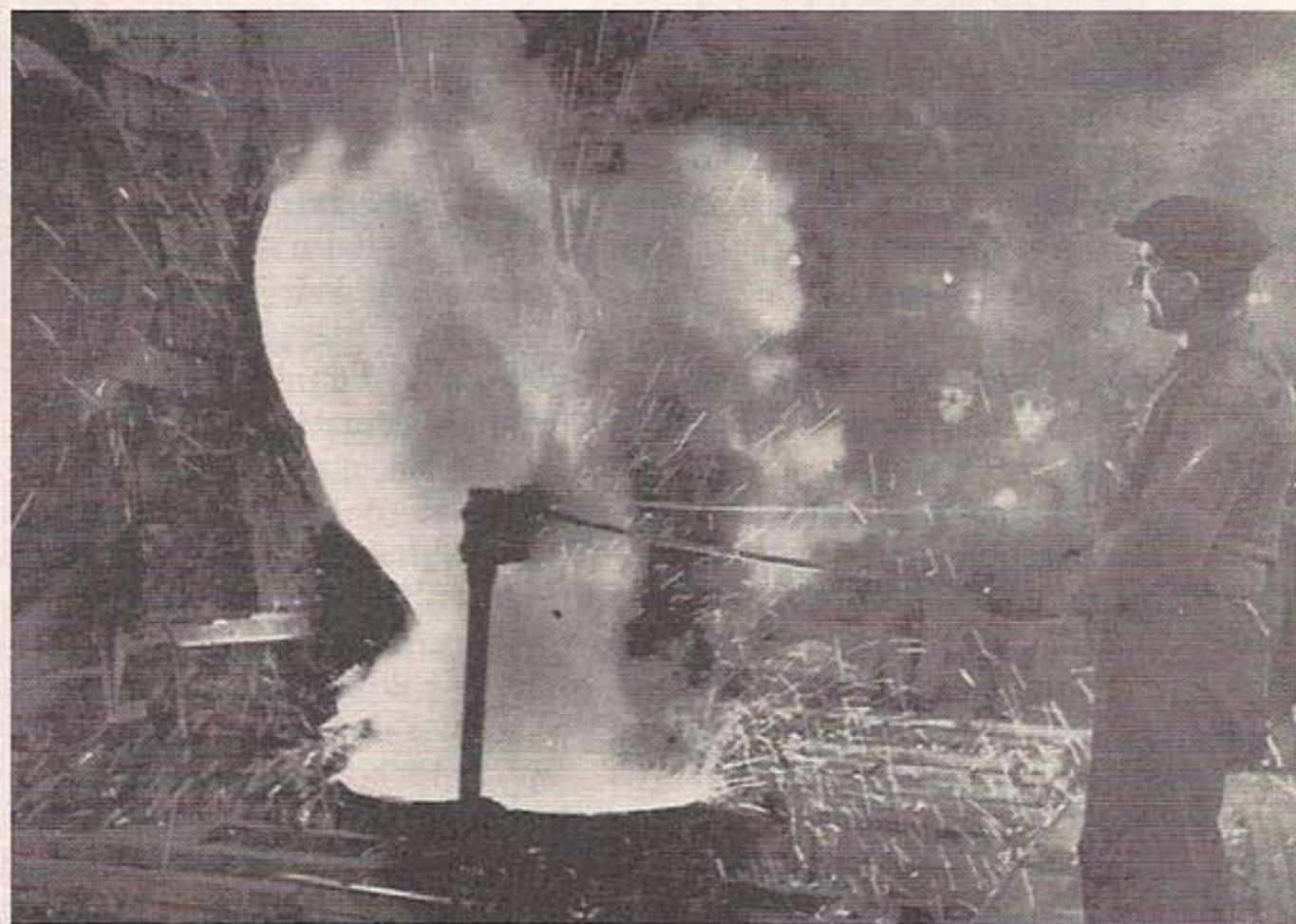
O que importa reter destas formulações de Marx e Engels – muitas delas registradas em escritos jamais publicados durante a vida dos autores – é a noção de que o trabalho cria o homem, amplia sua capacidade de intervenção na natureza e sua força

produtiva, e lança as bases em que se estabelecem as relações sociais, determinando a posição de cada um na produção direta, na gestão da riqueza produzida em comum, e na parcela dessa riqueza que cabe a cada um. E que a expressão coletiva desse trabalho, com suas variadas operações e funções, desde as mais elementares e simples, até as funções de mando e planejamento, nada mais é do que a força produtiva social de todos os homens – embora nas épocas históricas que conhecemos desde o surgimento das sociedades di-

vididas em classes ela apareça como algo que é estranho aos trabalhadores, dominando-os e subjugando-os.

Partindo dessa síntese histórica da importância do trabalho no processo de hominização, Marx analisa, nos *Manuscritos de 1844*, a situação do trabalhador em seu tempo, palco de mudanças tão intensas como a que assistimos hoje, com a informatização, os computadores e os robôs. Aquela foi a época do amadurecimento da grande indústria – que Marx considera, com razão, como típica do modo de produção capitalista – com a introdução de máquinas para substituir o trabalho humano e a transformação do trabalhador, de sujeito da produção, em mero apêndice da maquinaria. Em 1844, há século e meio portanto, Marx constatava que, na indústria têxtil, “graças a novas forças motrizes e máquinas aperfeiçoadas, o trabalho de 250 a 350 dos antigos operários” passava a ser feito por um só²². Da mesma forma como ocorre hoje nas indústrias mais modernas e automatizadas. A produtividade já alcançada poderia permitir uma grande redução na

Sob o capitalismo o trabalho tem um caráter duplo. Como em todas as épocas econômicas, ele produz coisas úteis – mas somente sob a forma de mercadorias



jornada de trabalho, que era então de 12 horas ou mais. “Calculou-se na França”, escreve Marx, “que, dado o atual nível de produção, uma jornada média de trabalho de cinco horas para todos os capazes de trabalhar bastaria para a satisfação de todos os interesses materiais da sociedade”²³.

Entretanto, evidentemente, não foi isso que ocorreu. A economia de trabalho devida ao progresso técnico teve efeito contrário, fazendo aumentar a jornada de “uma numerosa população”, nas palavras de Marx, enquanto, por outro lado, lançava milhares no desemprego e na miséria, incorporando legiões de mulheres e crianças ao contingente de trabalhadores, com salários muito menores do que o de seus maridos e pais.

A conclusão de qualquer analista, que estivesse do lado dos trabalhadores, não poderia ser diferente. “A decadência e o empobrecimento do operário são produtos de seu trabalho e da riqueza por ele produzida”, constatou Marx. Ou, de outra forma: “O operário é tão mais pobre quanto mais riqueza produz, quanto mais cresce sua produção em potência e em volume”²⁴.

O leitor de Marx, dos *Manuscritos de 1844* aos *Grundrisse* e ao *Capital*, não pode deixar de se surpreender com a extrema atualidade de suas análises. Afinal, Marx tinha descoberto o segredo da dinâmica do capitalismo, e desenvolveu sua lógica de maneira radical até suas últimas consequências, muitas delas ainda não presentes em seu tempo, mas que hoje saltam da teoria para a realidade.

O aumento da produtividade desvaloriza o trabalho que, sob o capi-

talismo, produz mercadorias. Mas, diz Marx, o “trabalho não produz apenas mercadorias; produz-se a si próprio como mercadoria e ao operário como mercadoria, e justamente na proporção em que produz mercadorias em geral”. O “trabalhador”, diz ele, “produz o capital, e o capital o produz”. O trabalhador, assim, “produz-se a si mesmo, e o homem enquanto trabalha-

dor, enquanto mercadoria, é o resultado de todo o movimento”²⁵.

A linguagem usada por esse Marx ainda jovem não tem a precisão científica que alcançará no futuro – ele substituirá a expressão *trabalho por força de trabalho*, e o tratamento, de fundo humanista burguês, do homem, do operário transformado em mercadoria, será deixado de lado. Mas ela já contém o esboço genial daquilo que será a mais consequente e radical análise jamais feita do modo de produção capitalista.

Os capitalistas e o próprio capital são, também, assim, produto do trabalho. Já nos *Manuscritos de 1844*, Marx constata que “o capital é trabalho acumulado”²⁶. Mais tarde, Marx vai demonstrar como o capital (as matérias-primas, a maquinaria, as instalações) é, na verdade, trabalho passado, trabalho morto, desperto de seu sono eterno pelo trabalho vivo que os operários aplicam sobre ele. “A mera existência de uma classe capitalista, isto é, do capital,

se baseia na produtividade do trabalho”, escreveu em *As teorias da mais valia*²⁷. Mesmo o salário que o capitalista paga é capital. “A substância efetiva do capital empregado em salário é o próprio trabalho, a força de trabalho em ação, criando valor, o trabalho vivo que o capitalista troca por trabalho morto, materializado, incorporado a seu capital”²⁸.

Prenunciando a crítica genial que Charles Chaplin faria ao sistema fabril no filme *Tempos Modernos*, Marx mostra como a divisão do trabalho na fábrica cria operários que trabalham como máquinas, com consequências nocivas para seu corpo e espírito²⁹, naquilo que chamou de “trabalho alienado”. Alienação que consiste, diz ele, no fato de que “o trabalho é *externo* ao trabalhador, isto é, não pertence a seu ser”. O trabalhador não se afirma em seu trabalho, “mas se nega; não se sente feliz, mas desgraçado; não desenvolve uma livre energia física e espiritual, mas mortifica seu corpo e arruina seu espírito”. Ele “só se sente em si fora do trabalho”; “seu tra-



balho, assim, não é voluntário, mas forçado, *trabalho forçado*". Não é a "satisfação de uma necessidade, mas apenas um meio para satisfazer as necessidades fora do trabalho". Esse caráter do trabalho, alheio ao trabalhador, se manifesta claramente "no fato de que, assim que não haja uma coação física ou de qualquer outro tipo, o trabalhador foge do trabalho como da peste"³⁰.

Em *O capital*, essa formulação vai desabrochar na análise do fetichismo da mercadoria, onde o produto direto do trabalho, sob a forma mercadoria, o próprio capital e as relações sociais que ele engendra, "parecem dotados de vida própria, figuras autônomas, que mantêm relações entre si e com os homens"³¹, e que fazem as relações de produção próprias do capitalismo parecerem como naturais e eternas. Ainda em *O capital*, Marx diz que o operário, submetido ao processo de trabalho próprio da grande indústria, onde as atividades são fragmentadas em tarefas simples e elementares, "transforma todo o seu corpo em órgão automático unilateral" da operação

baseada nas máquinas³². Esse sistema "aleija o trabalhador convertendo-o numa anomalia ao fomentar sua habilidade no pormenor mediante a repressão de um mundo de impulsos e capacidades produtivas". Dessa forma, o trabalhador é tratado, diz, como o gado dos pampas platinos, onde "abate-se um animal inteiro apenas para tirar-lhe a pele ou o sebo"³³.

O mundo das mercadorias se divide em duas partes, diz Marx – a força de trabalho de um lado, e do outro todas as demais mercadorias. Isso por uma razão objetiva: a força de trabalho é a única mercadoria cujo consumo gera valor, gera mais valia, produz capital³⁴. Mas, atenção, é preciso compreender aqui que sob o capitalismo o trabalho tem um caráter duplo. Ele produz, como em todas as épocas econômicas, coisas úteis – mas, no capitalismo, somente sob a forma de mercadorias. Marx critica Adam Smith por não compreender isso: ele "confunde o trabalho que cria valor, sendo dispêndio de força de trabalho, e o trabalho que cria valor de uso, isto é, que se despende em forma útil, adequada a um fim"³⁵.

A empresa capitalista só produz coisas úteis para poder vendê-las; só produz valor de uso porque precisa dele na forma de valor de troca³⁶. Esta é uma necessidade essencial do capitalismo, que só assim se reproduz. Nos modos de produção anteriores, o excedente era extraído do trabalhador mediante a violência extra-econômica direta. No capitalismo não. Há coersão, é claro, mas ela é institucional, se exerce através do Estado e outras agências da sociedade. Mas a extração do excedente ocorre no próprio processo de trabalho, e é mascarada pelo trabalho livre, as-

salariado, através do qual o capitalista paga um salário que na aparência corresponde à jornada completa, mas mascara sua divisão em tempo de trabalho necessário e tempo de trabalho excedente, apropriando-se deste de forma gratuita.

Esse excedente só faz sentido para o capitalista quando, levado ao mercado sob a forma de valor de uso, ele se realiza como valor, repõe o capital investido para sua produção, acrescido de um percentual a mais, que é justamente aquela parcela de trabalho não pago extraída ao operário no processo de trabalho.

Sob a forma de mercadoria, que assume no capitalismo, a força de trabalho entra nesse jogo de compra e venda justamente porque é a mercadoria cujo consumo se cristaliza numa quantidade de produtos maior do que usa para sua própria reposição. Em consequência, para o capital, só é produtivo o trabalho que produz mais valia³⁷, não importando se o produto do trabalho é ou não útil à sociedade.

A ciência a serviço do capitalismo

Para produzir mais valia, o capitalista precisa comprar a força de trabalho do operário. E o trabalhador, destituído de todos os seus meios de vida, livre naqueles dois sentidos apontados por Marx – no sentido de não ter um senhor e de ser privado dos instrumentos e meios de trabalho – precisa vender sua força de trabalho ao capitalista para poder sobreviver. O trabalhador é necessário ao capitalista para tomar as matérias primas e demais meios de trabalho, que formam o capital e são trabalho passado, e "desperta-las dentre os mortos, transformá-las de valores de uso apenas possíveis em valores de uso reais e efetivos"³⁸.



Iconographia

Esta é uma contradição fundamental do capitalismo, o motor que lança o sistema em aventuras tecnológicas cada vez mais ousadas. A necessidade permanente de diminuir o tempo de trabalho necessário, aumentando a parcela de trabalho excedente apropriada pelo capital, juntamente com a necessidade política de usar máquinas cada vez mais produtivas para enfrentar a resistência operária, leva o capitalismo à busca permanente do aperfeiçoamento tecnológico. É uma arma de duas pontas. De um lado, amplia a produtividade do trabalho individual, permitindo ao capital uma enorme economia de trabalho em benefício do capitalista. De outro lado, máquinas não reclamam, não fazem greve, não lutam contra a exploração capitalista, e sua mera introdução pode muitas vezes funcionar como um poderoso elemento desmobilizador da luta operária.

A grande indústria nasce desse impulso. Ela surge da associação entre a força de trabalho e a ciência. Seu princípio, que é o de decompor o processo de produção em elementos básicos, “produziu a bem moderna ciência da tecnologia”³⁹. Nela, completa-se a metamorfose dos meios de trabalho. Antes, instrumentos de trabalho eram dominados pelo artesão ou camponês que os manuseavam. Com a grande indústria, o sistema automático da maquinaria é “posto em movimento por um autômato, por força motriz que se move a si própria; esse mecanismo se compõe de muitos órgãos mecânicos, de tal forma que os operários mesmo só estão determinados como membros conscientes de tal sistema”⁴⁰. A alma da

produção deixa de ser o operário, o trabalhador que, na forma de trabalhador coletivo formado por inúmeros trabalhadores parciais unilaterais, agora está submetido ao maquinismo; o trabalhador deixa de ser sujeito da produção, tornando-se mero elemento objetivo dela, cuja ação é determinada e regulada pelo movimento da maquinaria⁴¹. O trabalho torna-se simples “membro de um sistema cuja unidade não existe nos operários vivos, mas na maquinaria viva (ativa), que se apresenta frente ao operário, frente à sua atividade individual e insignificante, como um poderoso organismo”⁴².

A grande indústria completa também a expropriação do saber operário, que é apropriado pelo capital; a perícia já não é do trabalhador, mas da fábrica em seu conjunto⁴³. A maquinaria se desenvolve devido ao acúmulo de conhecimento na sociedade, ao incremento “da força produtiva em geral”. Não é no operário que o conhecimento progride, “mas no capital onde está representado o trabalho genericamente social”. Na maquinaria, a “acumulação do saber e da destreza, das forças produtivas gerais do cérebro social”, é absorvida pelo capital, e se apresenta como sua propriedade. A aplicação tecnológica do conhecimento científico amplia a força produtiva da sociedade, mas submete o trabalhador, minimizando a necessidade do trabalho imediato, direto, e tornando-o “subalterno frente ao trabalho científico geral”⁴⁴. Se ninguém dissesse que este texto foi escrito há quase um século e meio, seguramente ele passaria por uma descrição das mudanças tecnológicas que assistimos hoje.

Com a grande indústria, o operário torna-se apenas o instrumento consciente do sistema de máquinas, cujo coração são as habilidades operárias apropriadas pelo capital e reproduzidas pela máquina, e cuja alma é o saber operário expropriado e cristalizado no mecanismo. A habilidade e a força do operário são apropriadas pela máquina, que “possue uma alma própria presente nas leis mecânicas que operam nela”⁴⁵.

A ciência a serviço do capitalismo tem um papel destacado na expropriação do saber operário. A ciência opera, na produção, através da máquina, não do operário; “não existe na consciência do operário”, mas opera “como um poder alheio, como poder da máquina, sobre ele”⁴⁶. “A separação entre as potências espirituais do processo de produção e o trabalho manual, bem como a transformação das mesmas em poderes do capital sobre o trabalho, se completa, como já foi indicado antes, na grande indústria erguida sobre a base da maquinaria. A habilidade pormenorizada do operador de máquina industrial, esvaziata, desaparece como algo ínfimo e secundário perante a ciência, perante as enormes forças da natureza e do trabalho social em massa que estão corporificados no sistema de máquinas e constituem com ele o poder do ‘patrão’”⁴⁷.

O fim do trabalho

Há uma passagem em *A ideologia alemã* onde Marx e Engels falam da necessidade, para o trabalhador, da abolição do trabalho. Se os proletários pretendem afirmar-se como pessoas, dizem, devem abolir a sua própria condição de existência atual, que é também a de toda a sociedade até aos nossos dias. Isto é, “devem abolir o trabalho”⁴⁸. É uma idéia que, claramente, não foi desenvolvida nesse texto — que, como disse Engels, foi dei-

“A aplicação tecnológica do conhecimento científico amplia a força produtiva da sociedade, mas submete o trabalhador, minimizando a necessidade do trabalho imediato, direto ...”

xado “à crítica roedora dos ratos”, sem nunca ter sido publicado durante a vida de seus autores.

Esse tema reaparece, com frequência, e de forma mais elaborada, em outros textos também deixados inéditos e só publicados em nosso século. Nos *Grundrisse*, por exemplo, ao analisar os resultados da

aplicação da ciência e da tecnologia à indústria moderna, Marx diz que “o capital trabalha no sentido de sua própria dissolução como forma dominante da produção”⁴⁹. Para ele, o enorme aumento da produtividade decorrente da associação entre indústria e ciência diminuirá de tal forma o quantum de trabalho cristalizado em cada unidade de produto que a própria lei do valor poderá perder sua base objetiva, tendendo a desaparecer, e levando consigo o sistema capitalista que nela se baseia. O capital procura diminuir o tempo em que o operário trabalha para si mesmo, reduzindo “a um mínimo o trabalho necessário para a produção de um objeto dado”, e ampliar a parcela de tempo apropriada pelo capitalista. Agindo assim, de “maneira completamente não premeditada”, o capital “reduz a um mínimo o trabalho humano, o dispêndio de energias”, e isso redundará “em benefício do trabalho emancipado, sendo a condição de sua emancipação”⁵⁰. Isto é, o aumento da capacidade produtiva do trabalho, através de equipamentos cada vez mais poderosos, vai criar as condições objetivas para que todos possam trabalhar menos.

Há, assim, uma promessa implícita no desenvolvimento tecno-

lógico – a de um mundo de abundância e liberdade, onde o homem ficará livre da imposição das ne-

cessidades imediatas da sobrevivência, e poderá dar livre curso ao desenvolvimento de todas as potencialidades de seu ser.

Com essa promessa, os apologistas do capital disfarçam a realidade ameaçadora que a associação entre ciência e indústria impõe à maioria das

pessoas – desemprego, incerteza, violência, as mazelas que assistimos no dia a dia, e que a indústria cultural registra em filmes como *Blade Runner*, *o caçador de andróides*, ou *Robocop*.

Essa é a realidade que emerge do uso e domínio pelo capital do conhecimento científico e da força produtiva da sociedade. Mas aquelas promessas se referem a uma realidade possível – de outra forma elas não teriam eficiência como instrumento de propaganda.

Hoje, a economia da força de trabalho permitida pelo aumento da produtividade beneficia apenas o capital; numa outra situação, essa economia poderá beneficiar a todos, reduzindo drasticamente a necessidade de trabalho de cada um.

A grande indústria prenuncia o socialismo e o fim do trabalho na forma em que ele é exercido sob o capitalismo. Cria as condições objetivas para sua superação – mas essa promessa não vai virar realidade de forma espontânea, pela mera evolução das forças produtivas e das relações de produção, mas sim após um intenso processo de luta de classes, ensinam Marx e Engels.

JOSÉ CARLOS RUY é jornalista.

Notas

(1) O poema está em MORAES, Vinícius, *O operário em construção e outros poemas*, Editora Nova Fronteira, RJ, 1979. Uma boa apresentação do debate sobre a questão do trabalho está em HARVEY, David, *A condição pós-moderna*, Edições Loyola, S.P., 1994.

(2) MARX, Karl, *Manuscritos: economia y filosofía*, Alianza Editorial, Madrid, 1972, p. 155.

(3) HEGEL, G. W. F., *Enciclopédia das Ciências Filosóficas em compêndio (1830)* - Volume 1, *A ciência da lógica*, Edições Loyola, SP, 1995 (esta obra também é conhecida como *A pequena lógica*), p. 84 e 85.

(4) LOCKE, John. “Segundo tratado sobre o governo”, in *Carta acerca da tolerância, Segundo tratado sobre o governo, Ensaio acerca do entendimento humano*, Abril Cultural, SP, 1973 (Coleção Os Pensadores, XVIII), p. 51 e 52. Ver também MACPHERSON, C.B., *A teoria política do individualismo possessivo de Hobbes até Locke*, Editora Paz e Terra, RJ, 1979, p. 213.

(5) TEIXEIRA, Francisco José Soares, *Pensando com Marx – uma leitura crítico-comentada de O capital*, Editora Ensaio, SP, 1995, p. 273 ss.

(6) Citado em Teixeira, *op. cit.*, p. 274.

(7) MARX, Karl, “Para a crítica da economia política”, *Manuscritos econômicos e filosóficos e outros textos escolhidos*, Abril Cultural, SP, 1974 (Coleção Os Pensadores, XXXV).

(8) MARX, Karl, *Teorias sobre la plusvalia, I, Tomo IV de El capital*, Fondo de Cultura Económica, México DF, 1980.

(9) ENGELS, Friedrich, “O papel do trabalho na transformação do macaco em homem”, in *Dialética da natureza*, Editorial Presença, Livraria Martins Fontes, Lisboa, SP, 1974, p. 171.

(10) Idem, p. 174/176 e 181.

(11) Idem, p. 182.

(12) MARX, Karl e ENGELS, Friedrich, *A ideologia alemã, I*, Editorial Presença, Livraria Martins Fontes, Lisboa, SP, 1976, p. 19.

(13) MARX, Karl, *O capital*, livro 1, tomo 1, Abril Cultural, SP, 1983, p. 149.

- (14) idem, p. 149.
- (15) MARX e ENGELS, *A ideologia alemã*, p. 24.
- (16) MARX, *O capital*, livro 1, tomo 1, p. 151.
- (17) MARX e ENGELS, *A ideologia alemã*, p. 40.
- (18) idem, p. 40 e 41.
- (19) idem, p. 41.
- (20) idem, p. 41.
- (21) idem, p. 41.
- (22) MARX, *Manuscritos*, p. 61.
- (23) idem, p. 61.
- (24) idem, p. 58 e 105.
- (25) idem, p. 105 e 123.
- (26) idem, p. 69.
- (27) MARX, Karl, *Teorias sobre la plusvalia*, p. 137.
- (28) MARX, Karl, *O capital*, livro 2, volume 3, Editora Civilização Brasileira, RJ, 1970, p. 233.
- (29) MARX, *Manuscritos*, p. 62.
- (30) idem, p. 109.
- (31) MARX, *O capital*, livro 1, tomo 1, p. 71.
- (32) idem, p. 269.
- (33) idem, p. 283.
- (34) *Teorias sobre la plusvalia*, p. 150/151; *O capital*, livro 1, tomo 1, p. 139.
- (35) *O capital*, livro 2, p. 410.
- (36) *O capital*, livro 1, t. 1, p. 155.
- (37) MARX, Karl, *O capital*, livro 1, tomo 2, Abril Cultural, SP, 1984, p. 105/106; *Teorias sobre la plusvalia*, p. 137, 141 e 194.
- (38) *O capital*, livro 1, tomo 1, p. 153 e 189.
- (39) MARX, Karl, *Elementos fundamentales para la critica de la economia política (Grundrisse, 1857/1858)*, v. 2, Siglo Veintiuno, México DF, 1978, p. 87; *O capital*, livro 1, tomo 2, p. 89).
- (40) *Grundrisse*, v. 2, p. 218.
- (41) *O capital*, livro 1, tomo 1, p. 269; *Grundrisse*, v. 2, p. 219.
- (42) *Grundrisse*, v. 2, p. 219.
- (43) *O capital*, livro 1, tomo 1, p. 283.
- (44) *Grundrisse*, v. 2, p. 220.
- (45) idem, p. 218/219.
- (46) idem, p. 219.
- (47) *O capital*, livro 1, tomo 2, p. 44.
- (48) *A ideologia alemã*, p. 82.
- (49) *Grundrisse*, v. 2, p. 222.
- (50) idem, p. 224.



REVISTA CUBA INTERNACIONAL

Para conhecer sua realidade, uma fonte confiável!

A Ilha, sua vida e costumes em suas próprias palavras!

Assinatura anual (6 números): R\$ 20,00.

Remeta-nos um cheque no valor acima, indicando:

NOME _____

ENDEREÇO _____

CIDADE _____ ESTADO _____ CEP _____



DISTRIBUIDOR NO BRASIL

Ebradil – Livros Portugueses

Rua Genebra, 161 - Bela Vista

Tel.: (011) 606-0877 e 604-1748 - Fax: 232-2071

CEP 01316-010 - São Paulo - SP

Solicite
catálogo

Trabalho e capital monopolista vinte anos depois

O capitalismo é caracterizado pela crescente busca da máquina perfeita e para submeter o trabalhador. A simplificação do trabalho tornou possível a substituição de trabalhadores por máquinas

JOHN BELLAMY FOSTER

Uma medida da influência de Harry Braverman e da maioria dos analistas do processo radical de trabalho é o fato de que, duas décadas depois da publicação de *Labor and monopoly capital: the degradation of work in the twentieth century* (Trabalho e capital monopolista: a degradação do trabalho no século XX), já é difícil recordar a confiança absoluta com que a visão ortodoxa das relações de trabalho era adotada nos primeiros anos após a II Guerra Mundial. Nesta época, a interpretação predominante do trabalho na sociedade moderna era a de Clark Kerr, John Dunlop e de outros co-autores do livro *Industrialism and industrial man* (Industrialismo e o homem industrial), publicado em 1960. Esses teóricos forneceram uma descrição da sociedade industrial, que pode ser resumida do seguinte modo: 1) a industrialização substituiu o capitalismo; 2) a nova tecnologia requer níveis crescentes de habilidade e responsabilidade; 3) uma crescente proporção de pessoal tecnológico e de chefia está transformando as relações de classes; 4) a nova riqueza e ócio significam melhora do bem-estar e não aumento da miséria; 5) há declínio do protesto público; 6) um grande papel é assumido por administradores de empresas e profissionais humanistas, que consti-

tuem a “vanguarda” do futuro; 7) o Estado é onipresente, e a indústria moderna demanda a burocratização; 8) as classes são eternas; 9) há muitas estradas para o industrialismo; 10) o industrialismo é pluralístico e o poder, difuso.

“Uma das ameaças centrais da sociedade industrial”, declararam Kerr e seus co-autores, “é a inevitável e eterna separação dos homens da indústria entre comandantes e comandados...”¹

Nesta visão ortodoxa, mudanças tecnológicas na organização da produção eram socialmente neutras. Como o sociólogo Robert Blauner argumentou em seu influente estudo *Alienation and freedom* (Alienação e liberdade), escrito em 1964, a mudança tecnológica era conformada por três fatores: o estado dos processos científico e mecânico; a natureza do produto e a engenharia; e recursos econômicos específicos de cada empresa. O fato de classes ou formas de conflito social poderem afetar a mobilização tecnológica era simplesmente excluído de análise.

A insatisfação não era inteiramente ignorada na visão ortodoxa das relações de trabalho, mas era vista como decrescente e não contraditória com a realidade de aumento dos níveis de habilidade, chefias mais humanísticas e difusão do poder e responsabilidade.

“A alienação”, escreveu Blauner, “realizou um percurso que pode ser mapeado em um gráfico como uma curva em U invertido.” E sugeriu que a alienação alcançou a altura máxima com as linhas de montagem do início do século XX; no entanto, à medida que mais e mais indústrias tornaram-se automatizadas, a alienação foi diminuindo – daí o U invertido. “O trabalhador médio”, afirmou Blauner, “é capaz de se ajustar a um trabalho que, do ponto de vista de um intelectual, parece ser a epítome do tédio.” Por esse motivo, “estudos empíricos mostram que a maioria dos trabalhadores da indústria estão satisfeitos com seus empregos e a forma de trabalho”. Os estudos empíricos a que ele se referia consistiam em numerosos questionários aplicados em várias indústrias por sociólogos e organizações de negócios preocupadas com a questão da insatisfação no trabalho.²

Nesta visão ortodoxa, a alienação deixa de ser um problema social. Ainda assim, mesmo aqueles que defendiam com



ímpeto esta idéia consideravam difícil fazê-lo de forma consistente. Assim Blauner observou, de modo um tanto tortuoso, que “o trabalhador típico na moderna sociedade industrial é provavelmente satisfeito e auto-alienado”.³

De fato, é aqui que a aproximação ortodoxa começa a encontrar problemas. No final dos anos 60 e começo dos anos 70, a alienação tornou-se um assunto quente, e não só entre os acadêmicos. Uma *Special Task Force* (força-tarefa especial), selecionada pelo secretário da Saúde, Educação e Bem-Estar do governo norte-americano, declarou em seu relatório de 1973, intitulado “Work in America” (Trabalho na América):

“Significante número de trabalhadores americanos estão insatisfeitos com a qualidade de sua vida profissional. Como resultado, a produtividade do trabalhador é baixa – medida por faltas, média de substituições, sabotagem, produtos de baixa qualidade e relutância dos trabalhadores em se entregar ao trabalho.”

Um consultor citado no *New York Times* explicou o aumento na manifestação ativa da insatisfação no trabalho da seguinte forma: “Podemos ter criado mais trabalhos estúpidos do que o número de pessoas estúpidas para os ocuparem”.⁴

Para Harry Braverman, que teve os *insights* críticos de quem viveu muito tempo como trabalhador, na função de caldeireiro de cobre, tudo isto ilustra apenas a contradição básica da aproximação ortodoxa ao trabalho e às ocupações. Conforme explicou na página de abertura de seu livro:

De acordo com a visão ortodoxa das relações de trabalho, o trabalhador típico na moderna sociedade industrial é provavelmente satisfeito e auto alienado

“Quanto mais leio na literatura formal e informal sobre as ocupações, mais percebo a contradição

que marca muitos dos escritos na área. Por um lado, enfatiza-se que o trabalho moderno, como resultado da revolução técnico-científica e da ‘automação’, requer cada vez mais níveis altos de educação, treinamento,

maior exercício da inteligência e esforço mental em geral. Ao mesmo tempo, uma crescente insatisfação com as condições de trabalho na indústria e nos escritórios parece contradizer esta visão. Diz-se também que (às vezes as mesmas pessoas que em outras épocas sustentaram a primeira visão) o trabalho tornou-se cada vez mais subdividido em operações insignificantes, que falham em sustentar o interesse ou engajar a capacidade de pessoas com o nível atual de educação; que estas operações insignificantes demandam ainda menos habilidades e treinamento; e que a moderna inclinação do trabalho ‘descerebrado’ e ‘burocratizado’ está ‘alienando’ setores ainda maiores da população operária”.⁵

Não seria exagero dizer que, no processo de investigar esta contradição, Braverman virou de cabeça para baixo as considerações prevalecentes relativas ao processo de trabalho, colocando a posição ortodoxa na defensiva, em um grau surpreendente dentro dos círculos da ciência social. Nos últimos vinte

anos, os principais estudos sobre os processos de trabalho não tinham como objetivo central determinar se as antigas concepções ortodoxas de trabalho estavam corretas, mas as forças e fraquezas da análise de Braverman. Inspirado em Braverman surgiu todo um corpo de literatura, conhecido como “debate sobre o processo de trabalho”. Na Inglaterra foi forjado o termo “bravermania”.⁶ Eis uma medida da duradoura influência de Braverman: num período de cinco nos, de 1976 a 1980, o *Social science citations index* (Índice de Citações da Ciência Social) listou cerca de quinhentas citações no *Labor and monopoly capital*; e em 1992 e 1993, quase vinte anos depois da publicação da obra-prima de Braverman, ainda se encontram ali cerca de duzentas citações.

Nestes tempos conservadores, vemos mais uma vez a visão ortodoxa reafirmar-se, mas não com a confiança absoluta com que era mantida antes de Braverman. As interpretações afastam-se das teorias deste autor. Muitos estudiosos o criticam, insistindo que ele enfatizava indevidamente a des-habilitação e negligenciava a re-habilitação; que ele não dava atenção ao lado subjetivo do trabalho e às disputas; ressaltava o crescimento de técnicas humanísticas de gerencia-

mento (que supostamente qualificam os resultados de Braverman); e que o taylorismo (que Braverman analisou de forma tão devastadora) era meramente um estágio (agora ultrapassado) nas relações entre tra-

balhador e gerência.⁷

Para responder a estas críticas é necessário olhar de perto o desenvolvimento do argumento de

“Braverman virou de cabeça para baixo as considerações prevalecentes relativas ao processo de trabalho, colocando a posição ortodoxa na defensiva”

Braverman. O poder e a coerência de *Labor and monopoly capital* não derivam de sua absoluta originalidade, mas do fato de que desenha uma crítica do processo de trabalho no capitalismo – sob a influência de Marx, cujas idéias tinham na época mais de cem anos – e aplica estas críticas às condições específicas que caracterizam o estágio de monopólio do capitalismo no século XX.

Em *Industrialism and industrial man*, Kerr, Dunlop e seus colaboradores, formularam seu próprio conceito de trabalho na sociedade industrial como uma refutação da “interpretação marxista” do desenvolvimento capitalista, que apontava para a “degradação do operário da indústria”. “Uma interpretação do processo de industrialização [como a de Marx], desenvolvida durante os primeiros estágios da primeira instância da industrialização, não deve ser apropriada ou aplicável depois de um século de experiência”. Nesta visão ortodoxa, Marx estava simplesmente errado ao observar:

“... a destruição da hierarquia dos trabalhadores especializados na sociedade pré-industrial e sua nivelção de habilidade, número menor de trabalhadores com habilidades, engenheiros e gerentes, e o uso de mulheres e crianças para aumentar o número de trabalhadores não-habilitados.”⁸

Braverman contrapôs-se a isto, demonstrando mais uma vez, por meio de uma análise histórica renovada que se estende pelo século XX, que minar as habilidades dos trabalhadores era uma das características fundamentais do desenvolvimento capitalista.

"Minar as habilidades dos trabalhadores era uma das características fundamentais do desenvolvimento capitalista"

A análise de Braverman, como a de Marx, começa com a distinção entre trabalho e força de trabalho. Quando o trabalhador é contratado

para um emprego o que está vendendo em troca de pagamento “não é uma quantidade combinada de trabalho, mas o poder de trabalho durante um período de tempo”. Como ser humano, o que ele leva para o trabalho é o “infinitamente maleável caráter do trabalho humano”. Sobre o fato de os trabalhadores, levados pela necessidade, terem sido forçados a vender sua força de trabalho, Braverman escreve:

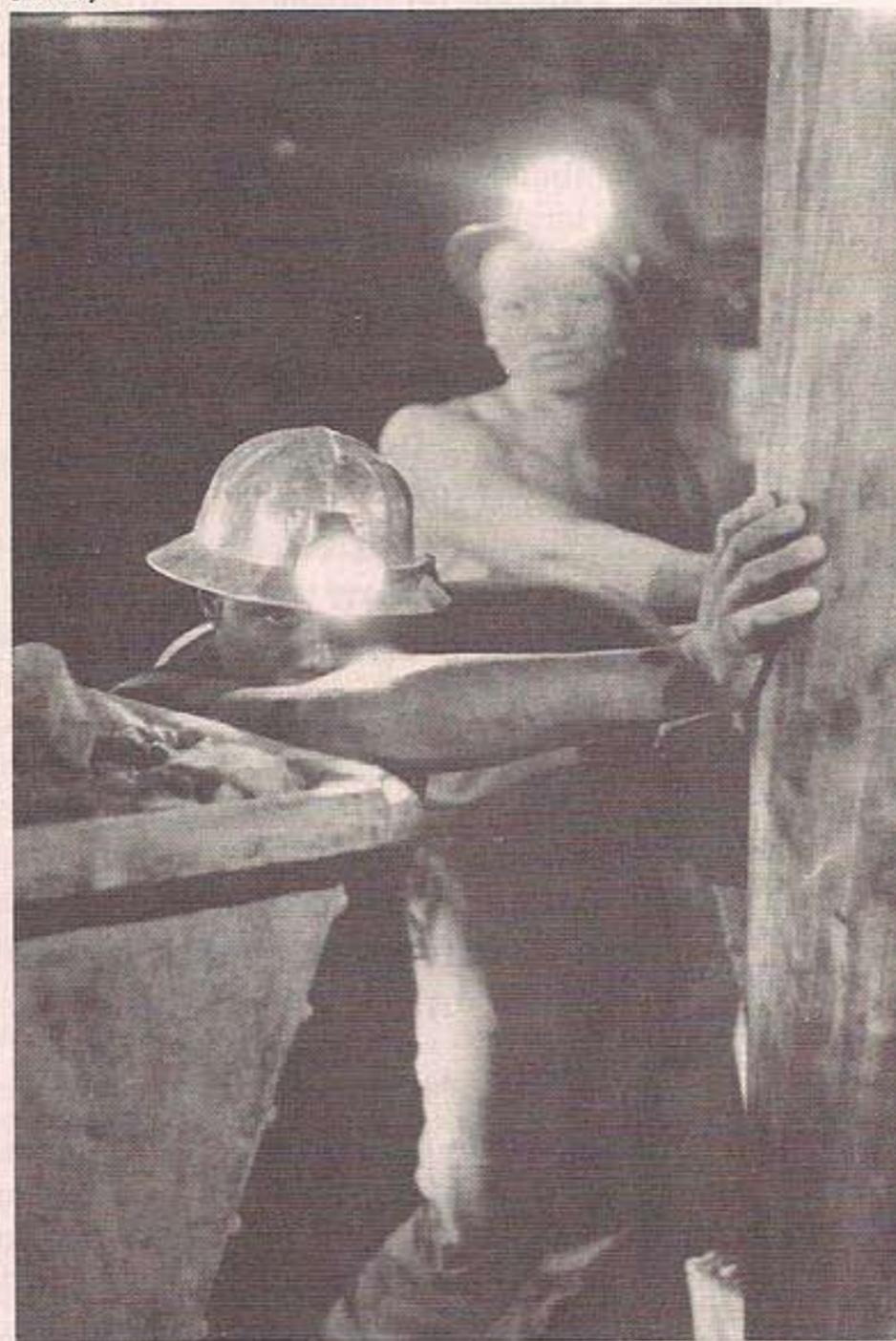
“...o trabalhador também entrega seu interesse no processo de trabalho, que então se torna ‘alienado’. O processo de trabalho torna-se responsabilidade do capitalista (...). E torna-se essencial para o capitalista que controla o processo de trabalho passá-lo das mãos do trabalhador para as suas. Esta transição apresenta-se na história como a progressiva alienação do processo de produção, e para o capitalista apresenta-se como o problema do gerenciamento”.⁹

Assim, sob o gerenciamento do capitalismo, o processo de trabalho assume a forma de guerra por outros meios. Ele

“empresta do primeiro a caracterização que Clausewitz dedicou à guerra: é “movimento num meio resistente” porque envolve o controle de massas refratárias”.¹⁰ O objetivo do gerenciamento nesta guerra é minimizar o custo da força de trabalho por unidade de produção. Isto significa que deve ser pago o mínimo possível pela habilidade dos trabalhadores, e estes devem ser levados a trabalhar o máximo possível.

A divisão do trabalho foi tradicionalmente concebida nos termos de Adam Smith: economias no trabalho são obtidas através da maximização do aprendizado adquirido com o fazer. A idéia é que cada trabalhador torna-se mais apto numa tarefa quando o trabalho é subdividido, sendo que cada trabalhador

Ian Berry



deve ser responsável por uma só operação. No famoso exemplo de Smith da fabricação de alfinete, “um homem puxa o arame, outro o estica, um terceiro o corta, o quarto faz a ponta” etc.

Entretanto, para Braverman, assim como para Marx, a chave para entender o desenvolvimento de tal divisão detalhada do trabalho sob o capitalismo deve ser encontrada não no “aprender fazendo” de Smith, mas em um princípio alternativo, enunciado pela primeira vez pelo teórico do gerenciamento Charles Babbage, no começo do século XIX. Babbage sugere que a divisão detalhada do trabalho no capitalismo é em geral estabelecida para minimizar o aprendizado, a força e a destreza requeridas pelos diferentes trabalhos: quanto mais detalhada a divisão do trabalho e quanto mais o trabalho for subdividido (o que também significa subdivisão do trabalhador), menor o nível de habilidade requerido pela maioria das tarefas.

Este processo de desabilitação tende a reduzir o custo da unidade de trabalho, pois ocorre: 1) diminuição do custo total associado ao trabalhador com habilidades; 2) aumento do controle da gerência em todos os níveis, com o objetivo expresso de fazer os trabalhadores trabalharem mais; 3) simplificação das tarefas

individuais ao ponto do trabalhador tornar-se facilmente substituído por outros trabalhadores ou máquinas, o que cria mais competição entre eles, conseqüentemente, di-

minui seu preço. Ao perceber que tornar o trabalho mais simples é também torná-lo mais barato, Babbage atingiu o ponto central da lógica da evolução da divisão do trabalho sob o capitalismo. Como escreveu Braverman, “o princípio de Babbage tornou-se eventualmente a força básica que governa todas as formas de trabalho na sociedade capitalista, sem importar a área ou nível hierárquico”.¹¹

Embora estas tendências, da divisão capitalista do trabalho, já fossem evidentes no século XIX para pensadores como Babbage, Andrew Ure e Marx, somente após o desenvolvimento do monopólio capitalista no século XX é que foram sistematicamente aplicadas. Segundo Adam Smith, o desenvolvimento da divisão do trabalho dependia da escala de produção. O pleno desenvolvimento da divisão do trabalho era, portanto, impraticável na pequena empresa familiar que predominava no século XIX. Mas no início do

século XX, com o crescimento da corporação gigante, tudo mudou. É neste contexto que aumenta a importância de Frederik Winslow Taylor e do gerenciamento científico (ou taylorismo). Braverman resume o taylorismo em três princípios: 1) dissociação do processo de trabalho das habilidades dos trabalhadores; 2) separação de concepção e execu-

ção; 3) uso deste monopólio sobre o conhecimento para controlar cada passo do processo de trabalho e seu modo de expressão. Taylor enfatiza a necessidade de ampliar o



controle de gerência sobre o processo de trabalho, o que acaba por romper o conhecimento do trabalhador individual e concentrar todo o conhecimento e todo o direcionamento, de forma que mesmo as tarefas mais insignificantes tenham de ser realizadas com supervisão.

Taylor sabia bem qual o principal efeito disto: tornar o trabalho mais barato. Neste sentido, o princípio de Babbage e os princípios do gerenciamento científico enunciados por Taylor, levam à mesma conclusão. Mas o taylorismo levou a lógica do processo mais adiante, articulando plenamente um impe-

“A divisão do trabalho no capitalismo é em geral estabelecida para minimizar o aprendizado (...) Quanto mais detalhada a divisão do trabalho e quanto mais o trabalho for subdividido, menor o nível de habilidade requerido”



Iconographia

rativo gerencial de aumento do controle do trabalho a ser implementado primariamente através da desabilitação. Para Braverman, a análise do taylorismo era a chave para a realidade do processo de trabalho sob o monopólio capitalista, porque em Taylor “há uma teoria que não é mais que uma verbalização explícita do modo capitalista de produção.”¹²

Marx e Braverman argumentam que os elementos essenciais da divisão capitalista do trabalho podem ser analisados antes de considerar-se o maquinário. Taylor também abstraiu as máquinas em

sua análise de gerenciamento científico. No entanto, o maquinário é crucial para aumentar o alcance do gerenciamento científico. Depois que o trabalho foi simplificado, a substituição de trabalhadores por máquinas tornou-se cada vez mais possível. Mais que isto: realizando tais substituições, o gerenciamento está, pelo menos, tão interessado na capacidade de certas máquinas de centralizar seu controle sobre o processo de trabalho quanto em seus efeitos na produtividade. A tecnologia de produção particular é, portanto, desenhada para maximizar o controle da gerência. O ca-

pitalismo é caracterizado pelo “crescente esforço para desenvolver a máquina perfeita, por um lado, e para diminuir o trabalhador, por outro”.¹³

Como os comentários sobre a análise de Braverman tenderam a reduzir sua contribuição ao conceito bastante simplista de desabilitação generalizada, é importante reconhecer que este autor não argumentou que o nível médio de habilidade na sociedade diminuiria em consequência do progressivo desenvolvimento da divisão do trabalho sob o capitalismo. Em vez disso, afirmou:

“Desde então, com o desenvolvimento da tecnologia e de sua aplicação nas ciências fundamentais, o processo de trabalho da sociedade passou a englobar uma parcela do conhecimento científico, claramente as ‘médias’ do conteúdo científico e técnico; e neste sentido de “habilidade”, este processo de trabalho é muito maior agora do que era no passado. Mas isto não é mais que uma tautologia. A questão é precisamente se o conteúdo científico e “educado” do trabalho tende para a média ou, ao contrário, para a polarização (...) A massa de trabalhadores não ganha nada com o fato de o declínio de seu comando sobre os processos de trabalho ser mais que compensado pelo aumento de comando de parte dos gerentes e engenheiros. Pelo contrário, não só suas habilidades diminuem num sentido absoluto (naquele em que perdem habilidades tradicionais sem ganhar novas que compensem as perdas), mas caem ainda mais num

sentido relativo. Quanto mais ciência é incorporada ao processo de trabalho, menos o trabalhador compreende o processo; quanto mais sofisticada e intelectual a máquina se torna, o trabalhador tem menos controle e compreensão da máquina.”¹⁴

A simplificação das tarefas individuais torna o trabalhador facilmente substituível por outros trabalhadores ou máquinas, criando mais competição entre eles, conseqüentemente, diminuindo seu salário

pa, especialmente, com a degradação do trabalho que afeta a classe operária, e não toda a sociedade. Seu assunto real não é a desabilitação, como explica na abertura de seu livro, mas “a estrutura da classe operária e como ela mudou”. Muito de sua análise tem como referencial a mudança das características operacionais da classe operária, na qual se inclui a ascensão do trabalho de serviço (tornado possível pelo desenvolvimento do “mercado universal”), a transformação do trabalho de escritório, etc. Talvez valha dizer que *Labor and monopoly capital* foi bem recebido por trazer “uma grande contribuição, talvez não imaginada por seu autor, para a análise feminista”, ao analisar a mudança trabalho de es-

A análise de Braverman, portanto, não se restringe à desabilitação no sentido geral e abstrato, mas, também, à polarização das condições de trabalho. Ele se preocupa,

Iconographia



critério de ocupação masculina para ocupação feminina.¹⁵

Labor and monopoly capital inspirou uma imensa quantidade de pesquisas sobre o processo de trabalho na sociedade capitalista. A maioria destes trabalhos, usualmente na forma de estudos de casos específicos, confirmou as conclusões de Braverman.¹⁶ Estes estudos não só mostraram que a luta pelo controle do trabalho é o ponto central do trabalho sob o capitalismo, como também que o trabalho da maioria dos operários foi degradado numa extensão considerável. A visão ortodoxa do trabalho ainda debate estas conclusões. Braverman é comumente criticado por supersimplificar a direção da mudança e por ignorar a reabilitação que acompanha a desabilitação. Tais argumentos, no entanto, não acertam o alvo. A questão central é se há uma tendência geral para a desabilitação do trabalho de muitos operários. Isto é, se houve uma polarização das condições de trabalho, com um número crescente de trabalhadores ocupando posições que requerem menor habilidades. Esta tendência geral, re-

sultado dos imperativos gerenciais do capitalismo, pode ser modificada por outras tendências e forças. Mas, no sentido amplo, ela sem dúvida permanece; e como imperativo central do gerenciamento, ela está sempre presente.¹⁷

Outros criticam Braverman por ele dar pouca atenção ao lado subjetivo do trabalho e às próprias disputas dos operários. Braverman não subestima claramente a questão da consciência dos trabalhadores. Pelo contrário, acredita que “o valor de qualquer análise da composição e tendências sociais da população operária só pode basear-se exatamente enquanto ela nos ajudar a responder as questões sobre a consciência de classe”. O marxismo, afinal, é “uma teoria de revolução e uma ferramenta de combate”.¹⁸

Entretanto, como qualquer autor cuidadoso, Braverman impõe

certos limites à própria pesquisa. O livro todo baseia-se na noção de que uma melhor compreensão da

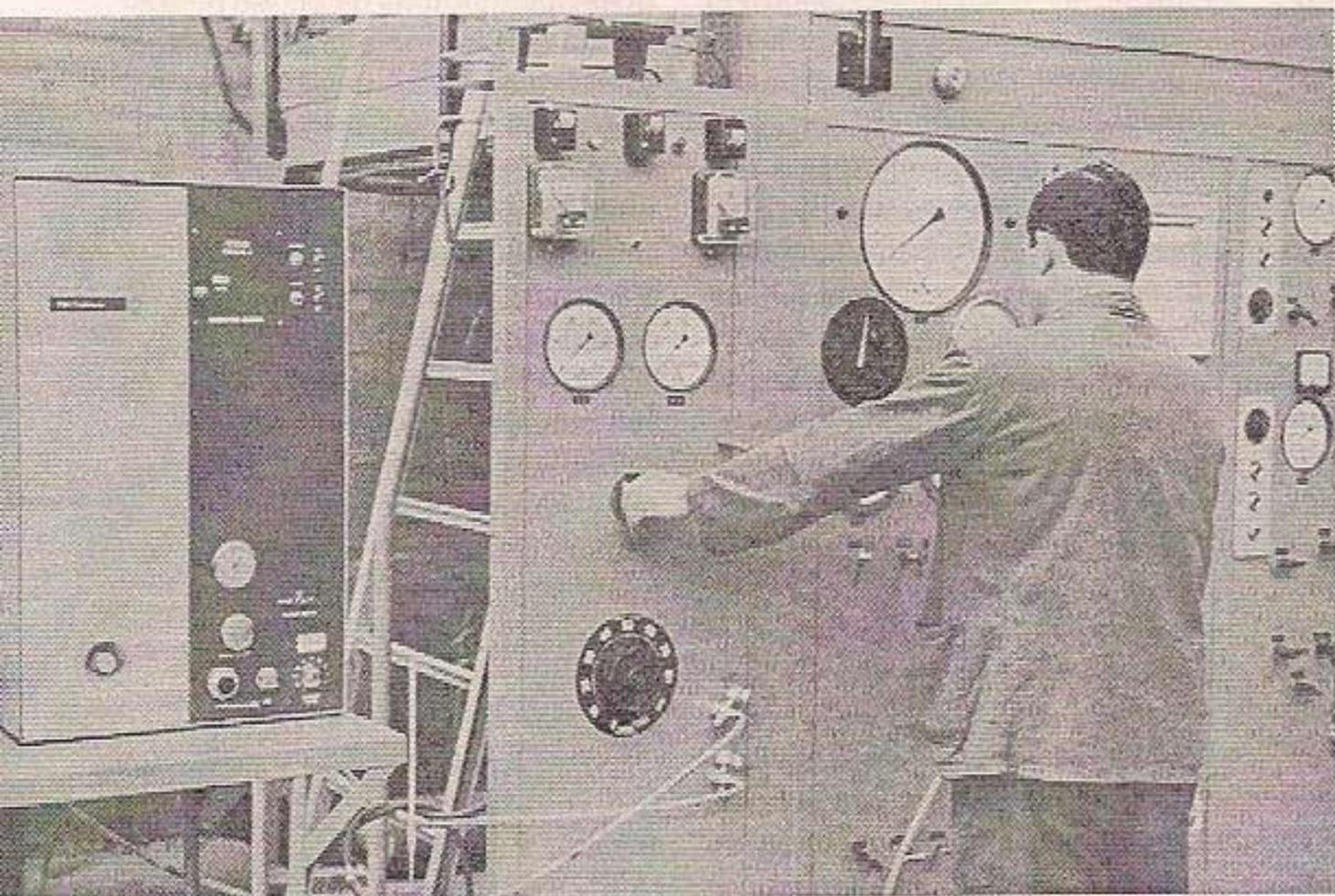
Para Braverman a análise do taylorismo era a chave para a realidade do processo de trabalho sob o monopólio capitalista. Em Taylor a teoria é a verbalização explícita do modo capitalista de produção

evolução objetiva geraria uma perspectiva na qual as questões das lutas de classe pudessem ser percebidas. Há, também, um sentido no qual a análise de Braverman, longe de evitar a questão da luta de classes, aprofunda nossa apreciação da luta

entre as classes. Para Marx, classe estava acima de tudo relacionada ao processo de exploração, ao modo em que a mais-valia era extraída do produtor direto. A luta de classes não ocorre simplesmente em uma esfera pública mais ampla, na qual as classes tornam-se conscientes de si mesmas e operam como atores políticos, mas também no processo de trabalho em si, em que o controle sobre a produção, medido em unidades de tempo tão pequenas quanto dez milésimos de segundo (ou ainda menos), é amargamente

contestado. Estudos de casos têm mostrado que a análise de Braverman levou à descoberta da luta de classes em um nível mais profundo e intenso, um nível raramente compreendido por intelectuais mas bem conhecido dos trabalhadores.

Outros críticos, ainda, afirmam que o taylorismo era uma estratégia gerencial passageira, depois substituído por tendências como fordismo, controle burocrático, controle humanístico, etc. Não há dúvida de que houve importantes modificações na prática gerencial desde os tempos de Taylor. O gerenciamento está pronto para usar regras de tra-



Iconographia

balho mais elaboradas, dividir ainda mais os trabalhadores e centralizar o controle. E estratégias de gerenciamento aparentemente humanistas serão usadas enquanto não entrarem em conflito com a centralização real da autoridade do gerenciamento ou com o objetivo final de baixar os custos da unidade de trabalho. Mas um bom ponto pode ser marcado se lembrarmos que os princípios de Taylor sobre gerenciamento científico permanecem como "a verbalização explícita do modo capitalista de produção". Todas estas outras estratégias são, portanto, meras modificações da tendência na direção da polarização das condições de trabalho sob o monopólio capitalista, quer dizer, a degradação do trabalho para a vasta maioria e melhora do trabalho para relativamente poucos.

Há enorme pressão para nos conformarmos à visão ortodoxa do trabalho que, apesar de questionada pela análise de Braverman, continua dominante, uma vez que satisfaz as necessidades dos interesses dominantes na sociedade. John Dunlop, um dos autores de *Industrialism and Industrial Man*, tornou-se secretário do Trabalho (1975-1976) e recentemente foi membro da Comissão sobre o Futuro das Relações Operário-Gerência do Departamento do Trabalho e Departamento do Comércio dos Estados Unidos. Em relatório apresentado em maio de 1994, a Comissão Dunlop concluiu: "Algumas mudanças tecnológicas requerem trabalhadores mais habilitados. Outras degradam habilidades existentes. O consenso corrente é que o primeiro predomina. Assim, a tecnologia tem aumentado a exigência por habilidade, responsabilidade e conhecimento".¹⁹ Diante de tal declaração, fica claro que o *Labor and Monopoly Capital* permanece um trabalho realmente revolucionário, tão revolucionário

quanto na época de sua publicação, há vinte anos.

JOHN BELLAMY FOSTER é professor de sociologia da Universidade do Oregon, Eugene, membro do conselho da Monthly Review Foundation, colaborador da *Monthly Review* e autor do livro *The Vulnerable Planet*. O texto aqui publicado foi traduzido por Priscila Arantes.

Notas

(1) KERR, Clerk; DUNLOP, John T.; HARBISON, Frederik; e MYERS, Charles A. *Industrialism and industrial man*, Nova York, Harvard University Press, 1960, pp. 28-32. Consultar também THOMPSON, Paul, *The nature of work*, Londres, Macmillan, 1983, pp. 11-13.

(2) BLAUNER, Robert. *Alienation and freedom*, Chicago, University of Chicago Press, 1964, pp. 6, 117, 182-83.

(3) *Ibid.*, p. 29.

(4) BRAVERMAN, Harry. *Labor and monopoly capital*, Nova York, Monthly Review Press, 1974, pp. 31-35. Tradução em português: *Trabalho e capital monopolista*, Rio de Janeiro, Zahar, 1977.

(5) *Ibid.*, pp. 3-4.

(6) Ver SALAMAN, Graeme. *Working*, Nova York, Tavistock, 1986, p. 17.

(7) Estas críticas específicas à análise de Braverman foram retiradas dos verbetes "Labor process" e "Proletarianization" em cada um dos seguintes dicionários de sociologia atualmente sendo impressos: 1) ABERCROMBIE, Nicholas; HILL, Stephen; e TURNER, Bryan S. *The Penguin dictionary of sociology*, Harmondsworth, 1988; 2) Gordon Marshall (ed.), *The Oxford dictionary of sociology*, Nova York, Oxford University Press, 1994; 3) JARA, David e JARA, Julia, *The Harper Collins dictionary*

of sociology, Nova York, Harper Collins, 1991.

(8) Kerr et alii, *Industrialism and industrial man*, pp. 22-28.

(9) Braverman, *Labor and monopoly capital*, pp. 54-58.

(10) *Ibid.*, p. 67.

(11) *Ibid.*, pp. 75-83. Ver também: "The degradation of work in the twentieth century", *Monthly Review* 41, nº 5, outubro de 1989, pp. 35-47; Pagano, Ugo, "Harry Braverman (1920-1976)", in Philip Arestis & Malcolm Sawyer (ed.), *A Biographical dictionary of dissenting economists*, Brookfield, V.T., Edward Elgar, 1992, pp. 60-61.

(12) Braverman, *Labor and monopoly capital*, p. 86.

(13) *Ibid.*, pp. 195, 228.

(14) *Ibid.*, p. 425.

(15) BAXANDALL, Rosalyn; EWEN, Elizabeth; GORDON, Linda. "The other side of the paycheck", in Baxandall et alii (ed.), *Technology, the labor process and working class*, Nova York, Monthly Review Press, 1976, p. 8.

(16) Consultar ZIMBALIST, Andrew (ed.), *Case studies on the labor process*, Nova York, Monthly Review Press, 1979; HERON, Craig e STOREY, Robert (ed.), *On the job*, Montreal, McGill Queens University Press, 1986.

(17) SAWYERS, Malcolm. *The challenge of radical political economy*, Brighton, Harvester Wheatsheaf, 1989, p. 64; Pagano, "Harry Braverman", pp. 63-64.

(18) BRAVERMAN, Harry. "Two comments," in Baxandall et alii, *Technology, the labor process and the working class*, pp. 122-24.

(19) U.S. Department of Labor/U.S. Department of Commerce, Commission on the Future of Worker-Management Relations, Fact Finding Report, maio de 1994.

Trabalho e Qualidade Total

O envolvimento do trabalhador é um sintoma de uma mudança qualitativa na tradicional relação entre os termos da luta de classes

MILTON B. DE ALMEIDA E NILTON VASCONCELOS



Iconography

Como caracterizar adequadamente o tipo de envolvimento dos trabalhadores com os novos processos produtivos e com a empresa no contexto de crise do chamado mundo do trabalho e de implantação de tecnologias de gestão do tipo Qualidade Total? O objetivo deste artigo é apresentar hipóteses capazes de suscitar polemicamente algumas respostas. Começaremos o exame do problema pela sua forma mais aparente, aquela que nos é apresentada com mais evidência e que parece ser, por isso mesmo, seu conteúdo natural.

Fruto da grande onda que tomou o cenário empresarial brasileiro, e incrementada pelo Programa Brasileiro de Produtividade e Competitividade, a Qualidade Total passou a ser tema obrigatório. As empresas que não introduzirem inovações tecnológicas e gerenciais sucumbirão; os trabalhadores devem adaptar-se a elas, pois, do contrário, correm o risco de ocupar uma vaga no temível mundo dos excluídos. Essa é a primeira simbiose entre os interesses do trabalho e do capitalista: sob a angustiante necessidade da sobrevivência, lutam juntos para adquirir maior qualificação e competitividade. A emergente e inevitável competição no mercado mundializado num patamar tecnológico e gerencial superior (que as empresas locais não possuem) coloca a conquista de outro objetivo de interesse comum: a modernidade.

Esta passa a ser, então, a forma ideológica que sintetiza, em si mesma, objetivos e meios; um padrão superior de existência, uma nova forma de organizar e gerenciar o processo de trabalho. É o que nos promete o governo, com a sua cruzada pelas “reformas estruturais”, cuja terra santa será o fantástico mundo desenvolvido, onde a ciência, dia após dia, descobre e cria o modo de vida do futuro. Mas a modernidade, para cumprir plenamente sua função, deve revelar também o seu oposto – o jeitinho, o desperdício, a ineficiência, o estatismo, os privilégios, a destruição do pulmão do mundo, o extermínio dos meninos de rua... Para que se afirme imperiosamente sobre a recusa de uma auto-imagem envergonhada de si mesma.

Assim, Qualidade, Competitividade e Modernidade solicitam o trabalhador a mudar sua atitude diante do processo produtivo, a adotar uma “nova” cultura e uma “nova” visão de mundo. Particularmente a retórica da qualidade alcançou ampla difusão no país. Apresenta-se como filosofia/técnica imprescindível ao bom desempenho das organizações, garantia da competitividade e da modernidade almejadas. Mas ambas pressupõem o domínio de certas forças materiais, o desenvolvimento de estratégias de conquista para derrotar os concorrentes e a disponibilidade do desejo de vencer dos envolvidos.

Antes de mais nada, empresas e países estão competindo entre si por tecnologias de ponta, sobretudo as de base microeletrônica. A introdução dessas inovações tecnológicas, resultantes do processo de acumulação do capital, modifica o caráter do trabalho e do profissional necessário à produção e, por desdobramento, da sua relação com a empresa.

Com o domínio da informática e da cibernética, as novas máquinas foram dotadas de maior poder

de auto-regulação e projeção do processo de trabalho, desenvolvendo, assim, crescente autonomia operativa frente ao trabalhador. Como funcionam com modelos de representação do real – que são, obviamente, diferentes do real – essas máquinas possuem uma capacidade limitada quando se trata de operar com eficiência diante dos imprevistos e da variabilidade de situações, criando problemas que podem contaminar todo o processo produtivo, já que são sistemas complexos altamente integrados. Surge a necessidade de substituir o trabalhador típico do *taylorismo* por outro, que tenha capacidade de analisar fenômenos em processo de interação, criatividade na resolução dos problemas e disponibilidade para resolvê-los em equipe. Configura-se, então, uma situação de “vulnerabilidade tecnológica” do capital em relação ao trabalho, forma mais desenvolvida de exposição do processo produtivo às “qualidades sociopsicológicas” dos trabalhadores (Castro, 1994).

Nessas condições, o capitalista transforma a organização do espaço e as referências simbólicas da empresa para travar com o trabalhador uma disputa cotidiana pelo seu potencial cognitivo e comportamental. O objeto em disputa obriga a que o constrangimento e a vigilância sejam substituídos pela construção de um ambiente propício à conquista e à sedução.

Para sobrepor-se aos concorrentes, as empresas adotam uma estratégia geral cujo objetivo é adequar a produção ao consumo: conquistam os mercados aquelas empresas que souberem e puderem ser “conduzidas” pela demanda, que produzirem com flexibilidade e diversidade capazes de suprirem o mercado. Como

objetivamente há uma mútua determinação entre produção e consumo (Marx, 1977) o problema da “adequação” diz respeito à existência de condições econômicas concretas para que, ao serem distribuídos, os produtos e os fatores de produção circulem de tal forma que se possa aproveitar o melhor possível o tempo de produção para atender as exigências mais pormenorizadas do mercado, no menor tempo e com a melhor qualidade. Só quando a concentração e a centralização de capitais e tecnologias atingem um estágio onde se acumulam informações precisas sobre fontes, natureza, qualidade das matérias primas e capacidade potencial de consumo dos mercados, e o capital alcance uma autonomia e hegemonia tais que envolva na sua dinâmica todas as outras formas de produção do capital, é possível falar, em termos macroeconômicos, de uma administração adequada que ajuste num fluxo sistêmico a distribuição dos diversos elementos utilizados no processo de produção-consumo. A flexibilidade, o tempo de produção e os prazos de entrega tornam-se, então, fatores decisivos na concorrência entre as empresas.

De outra perspectiva, a formação de um mercado com exigências multivariadas e de uma produção capaz de atendê-lo e ser por ele determinada dependem essencialmente dos mesmos fatores: tecnologias e capitais que sustentem um processo produtivo flexível; controle de matérias primas e mercados que

**A Qualidade Total, como
otimização da
relação entre todos os elementos
do processo produtivo,
tende a se
constituir num paradigma
das organizações
em geral, inclusive do Estado**

sustentem o funcionamento do sistema com um estoque de produtos restrito ao mínimo necessário; monopolização e concentração de capitais que restrinjam os mercados ao nível do previsível; desenvolvimento de instrumentos formadores e avaliadores de hábitos em larga escala – a mídia e as pesquisas de opinião – que possibilitem definição e formação dos perfis dos consumidores. Nesse sentido,

a empresa monopolista busca uma produção que já não se dirige mais para o mercado em geral, e sim, para um universo virtual de consumidores. O controle relativo sobre variáveis econômicas, ao concretizar-se historicamente, tornou possível e necessário compatibilizar o universo micro da unidade produtiva ao universo macro da produção econômica dentro dos mesmos parâmetros de gestão. A Qualidade Total, tomada no sentido de uma otimização da relação entre todos os elementos do processo, tende a se constituir num paradigma das organizações em geral, inclusive do Estado.

Assim, não só as inovações tecnológicas mas também as novas formas de gestão exigem o mesmo tipo de trabalhador polivalente desempenhando várias funções ou operando várias máquinas. O poder de interferência do trabalho sobre a produção apóia-se numa base que é simultaneamente técnica e organizacional. O *just in time*, por exemplo, ao reduzir os estoques ao mínimo operacional, acentua essa dependência. Uma alteração na disposição em manter o ritmo de tra-

balho exigido poderá levar a um colapso do processo na proporção da dimensão da cadeia produtiva.

Dos pressupostos da competi-

vidade anteriormente referidos – as suas forças materiais e sua estratégia de conquista dos mercados – deriva o terceiro elemento fundamental em disputa pelas empresas no sentido de definirem seu padrão de qualidade: a adesão dos trabalhadores aos objetivos da empresa, fe-

nômeno que tende a se generalizar na medida em que o padrão de desempenho das empresas multinacionais torna-se determinante das condições gerais da produção de bens e da disputa dos mercados. O envolvimento, que surgiu como uma particularidade da cultura empresarial japonesa, consolida-se como um processo fundamental da estrutura do sistema global, no sentido de que este não pode operar eficientemente sem aquele, e de que o envolvimento é um fator potencial de desequilíbrio do próprio sistema. De uma forma ou de outra, é inusitado que o capitalismo necessite de um trabalho “apaixonado” para realimentar sua prolongada velhice.

Variáveis econômicas, políticas e ideológicas que determinam o envolvimento

Como já vimos, são fatores muito gerais que determinam um novo padrão organizacional para as empresas onde (pressupõe-se) ocorrerá de fato o envolvimento. A empresa seria assim o espaço no qual

relações sociais específicas teceriam uma rede de seduções irresistíveis para o trabalhador. O problema se resolveria então com a descrição e a explicação dos processos psicológicos em curso e suas determinações sociais. Mas o mundo fabril não é capaz de constituir plenamente uma realidade onde o envolvimento seja um fator estrutural do processo de produção.

O fenômeno do envolvimento aparece no quadro de uma grande ofensiva da empresa para conquistar o trabalhador e separá-lo de seus sindicatos e partidos políticos. Essa separação se faz mediante a utilização de recursos coercitivos, no interior dos quais busca-se substituir essas organizações pela própria empresa, configurando uma situação de acentuadas restrições à liberdade.

A repressão política, por sua vez, é subsidiária de uma violência ainda mais direta: a enorme crise social desencadeada com as mudanças tecnológicas em curso, que criaram um irreversível e crescente quantum de desemprego e, colateralmente, provocaram uma desqualificação de parte considerável da força de trabalho (Antunes, 1995). Todas essas formas de violência, declaradas ou implícitas, constituem o fundamento coercitivo dentro do qual se desenvolvem as cenas diárias de envolvimento e participação nos novos processos de gestão da relação capital-trabalho.

A violência contra os indivíduos exercida pela dinâmica impessoal do processo social é, diferentemente do que seria desejável, tomada pela maioria como natural, transcendente ao poder de cada um, como se fosse a lógica da vida. A violência física, econômica e política é um meio fundamental para garantir a funcionalidade das instituições sociais, particularmente do Estado, e a normalidade do sistema como um todo. A violência estabe-

lece os parâmetros jurídicos e políticos da sociabilidade em geral e em particular, das relações entre capital e trabalho. Nesse nível de análise, podemos supor que a coerção exerce uma determinação sobre as formas do envolvimento, mais do que sobre o seu conteúdo.

Bem mais próximas do conteúdo estariam as mudanças tecnológicas que tornaram o processo do trabalho mais dependente do potencial cognitivo e comportamental dos trabalhadores, criando entre eles um nível de envolvimento espontâneo, interessados que estão em desenvolver uma situação que lhes é mais significativa e vantajosa que a anterior. Nos *Gundrisse*, Marx vai mais longe ao concluir, das suas observações sobre as consequências da inserção da ciência na produção, que o trabalhador tende a se tornar cada vez mais o sujeito ativo do processo, à medida que ele sai da posição de mero operador de máquinas e produtor de mais-valia para o que o próprio Marx chamou de “supervisor”.

Mas se tomarmos as formas do envolvimento como uma determinação da violência (exclusão social, repressão política, ameaça de desemprego) teríamos, então, uma variabilidade de formas que iriam desde a adesão passiva até uma adesão fingida, de uma espécie de sabotador em potencial. O nosso problema seria explicar as formas de envolvimento conscientemente criativas. Por outro lado, se tomarmos o conteúdo do envolvimento como determinação da qualificação (nos termos do supervisor de Marx ou do trabalhador polivalente), criaríamos uma irreconciliável contradição entre conteúdo e forma, pois então o que teríamos não seria propriamente uma “adesão aos objetivos da empresa”, e sim o sujeito ativo, lutador pelo poder dentro dela. O nosso problema seria explicar por que só uma minoria age dessa forma.

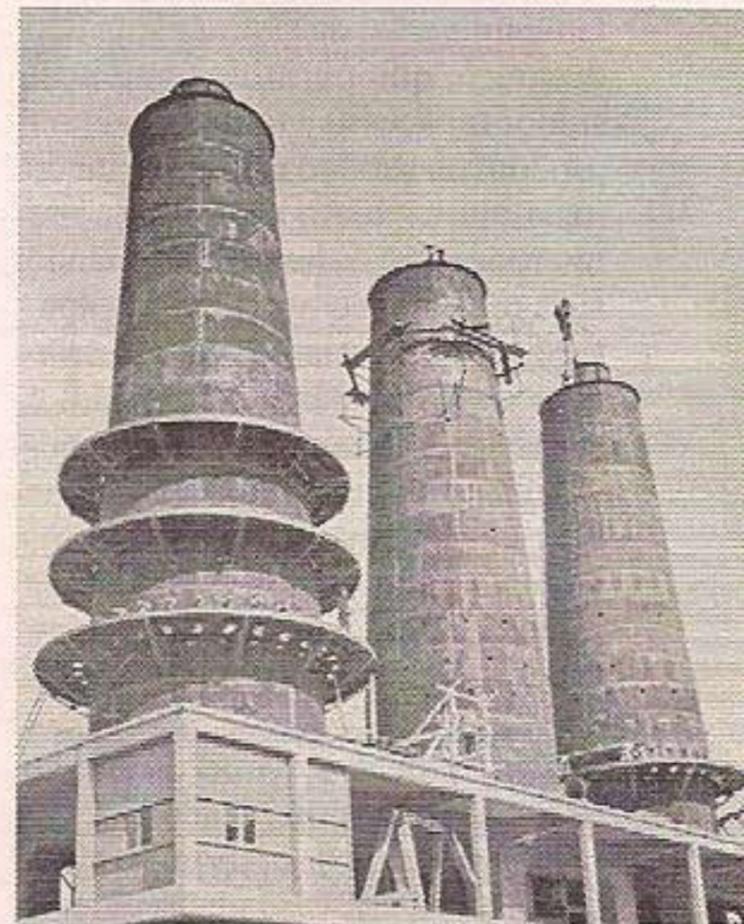
Na realidade, ambas as determinações estão presentes como conflitos que devem ser administrados por todos, trabalhadores e patrões. A suposição que fizemos para entender a natureza do envolvimento – coerção-forma/ qualificação-conteúdo – tem de ser refeita. As ações práticas – de envolvimento, fingimento ou contestação – são objetivações de formas e conteúdos específicos de consciência e de representação da realidade tal como ela é vivida e/ou compreendida pelas pessoas. Portanto, para propor uma solução que possa desvendar a natureza da relação entre os termos contraditórios que determinam o envolvimento, temos que pegar um desvio e descrever como se constroem as formas de consciência social na sociedade capitalista e, em seguida, tentar compreender como um processo semelhante pode ocorrer no meio ambiente da Qualidade Total.

O estado atual da consciência comum

Para continuarmos a digitar o nosso artigo não tivemos de saber o que é um computador. E é assim em nosso dia-a-dia. Fazemos milhares de coisas, entramos e saímos de inúmeras situações, usamos e consumimos os mais variados objetos sobre os quais é necessário saber apenas o suficiente para desempenhar uma ação cotidiana. Isso significa que para lidarmos rotineiramente com a vida é necessário tão somente um conhecimento comum, um senso comum, fundamentado nessa mesma atividade prática e sensível.

O “pensamento comum” não está intencionado para conceituar os fenômenos, nem para examiná-los abstrata e especulativamente, e muito menos para compreender a sua estrutura e as suas leis, restringindo-se às formas fenomênicas da realidade. Os fenômenos, por sua

vez, não se revelam por inteiro na sua forma, na sua aparência, mas é ela que apreendemos de imediato, porque é só dela que precisamos para agir no cotidiano. É essa aparência que se manifesta de maneira tão regular e familiar que é tomada como se fosse a essência mesma da realidade. Esta se revela, então, como um conjunto de exigências e de esforços para satisfazê-las, sobre os quais criamos um sistema de representações cuja intenção é apreender apenas o aspecto superficial das coisas. Esse conhecimento, que se reproduz imediatamente com o mínimo de esforço cognitivo, e que é uma “quase-identidade” com a realidade, só pode ser construído social e historicamente, por e para uma práxis. A força pragmática da sua imediaticidade e praticidade, da intimidade e confiança com a qual ele nos permite agir eficientemente, dá-lhe um aspecto independente e natural. É nesse percurso que os objetos deixam de ser reconhecidos como o resultado da atividade social dos homens e a realidade esconde a sua essência de construto social sob o mundo de fenômenos objetivos e desumanizados.



A reificação da realidade, isto é, conversão em natureza independente, exterior e dominante, de objetos e fenômenos que são construídos por (e no interior das) relações sociais, toma uma forma específica no modo de produção capitalista. A essência dessa particularidade sintetiza-se no fato de que a sua possibilidade é medida pela produção e pela troca de objetos. Os homens relacionam-se uns com os outros trocando objetos sem os quais as exigências da vida diária ficariam como necessidades insatisfeitas, e o cotidiano dominado por um vazio insuportável.

O mercado, como já demonstrou Marx, implica a existência de uma acentuada divisão do trabalho e exige como pressuposto que o próprio trabalho esteja cada vez mais disponível para a produção de valores que possam ser trocados entre si, independentemente do seu valor de uso. Ou seja, trabalho disponível para produzir não para si mesmo, mas para outro, e para o qual foi necessário criar um poder especial: o de produzir uma equivalência entre os diferentes objetos de consumo e de ser ele mesmo um objeto de consumo. Essa equivalência materializa-se no representante universal da riqueza social, o dinheiro, que permite a seu possuidor ter acesso a todo e qualquer produto ou serviço e, mesmo sendo mais outro objeto exterior que se interpõe entre os homens mediando suas relações, ao organizá-las, aparece como o criador dessas relações... Então aparece invertido: o *ser* só se realiza na posse do equivalente universal da troca, uma coisa, que transmigrou para si os poderes naturais dos homens. Na sociedade produtora de mercadorias, supera-se a antiga dependência pessoal para uma forma de interdependência radical e paradoxalmente desumanizada, coisificada.

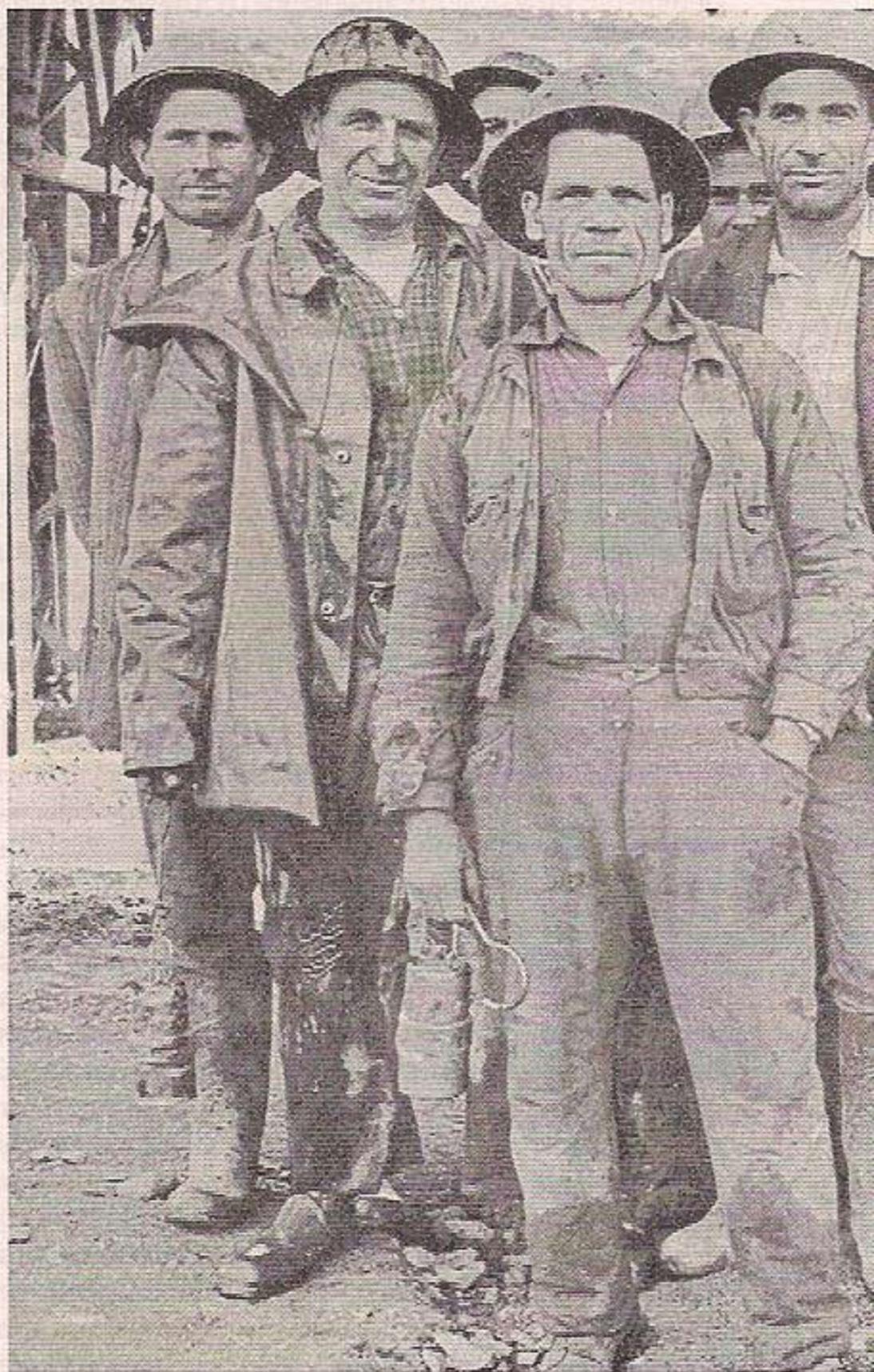
A aparência dos fenômenos sobrepõe-se à sua verdadeira nature-

za: o valor de uso fica recolhido, sujeitado ao seu valor de troca, que só é "forma de manifestação de um conteúdo que se distingue dele", é o valor fundante de uma sociabilidade que se constrói sobre a forma fenomênica dos objetos e sobre as suas formas de circulação, e não sobre o conteúdo das coisas e do trabalho concreto que as produziu. Fruto de prática social, a fetichização da realidade se instala; mas seria estranha ao homem se não fosse ela também produto e produtora de um fenômeno correlato na consciência.

As representações mentais comuns do dia-a-dia não poderiam deixar de refletir a densa formalização do real que as relações sociais cuidaram de construir sistematicamente, e daí advém sua dificuldade em perceber a essência dessas mesmas relações.

Por outro lado, a produção de mercadorias generalizou-se. O universo das necessidades humanas para as quais não se encontra uma forma

mercantil de satisfação foi reduzido a pouquíssimas situações de intimidade e de afeto e, mesmo nesses casos, sitiadas por processos de significação cujo valor fundamental é a troca. Essa expansão das relações mercantis é um movimento necessário da produção e valorização do capital, relacionando-se tanto com o crescente domínio de tecnologias que transformam setores da natureza anteriormente difíceis de serem acessados ou controlados quanto com a crise de consumo e, conseqüentemente, de re-



produção. Ambos impulsionam (1) a eliminação dos enclaves pré-capitalistas até então contemporâneos e subalternos à produção burguesa, (2) a incorporação de vasto campo da existência biológica e social bem como (3) a criação de novas atividades como meios para a sua realização e, portanto, como novos produtos disponíveis no mercado.

Se as relações sociais capitalistas (ao estabelecerem como norma a função mediadora das mercadorias) criam o que chamamos de uma densa formalização da realidade,

ao generalizarem vividamente para todo o cotidiano essa mesma função (mediadora das mercadorias), transformando a própria cultura (Williams, 1992) na qual estamos inseridos num sistema semiótico de natureza mercantil, acabam criando um mundo onde o conteúdo das coisas já pode ser finalmente esquecido, e não apenas sujeitado. De agora em diante, a realidade do- se espontaneamente: basta sentir o mundo como ele é, pois não há sob ele nenhuma outra verdade a ser descoberta. Qualquer esforço de ir além do imediato é manifestação de uma tradição racionalista conservadora que visa impedir o homem de viver intensa e plenamente os seus sentidos, estes sim única via de acesso ao conheci-

mento do mundo. Podendo conhecer apenas o aparente das coisas, o aqui e o agora tornam-se a única dimensão temporal e espacial da vida. O passado e o futuro devem ser abandonados em troca da vertiginosa multiplicidade e das possibilidades do presente. Não há por que desejar um futuro melhor, ele já existe como realidade tecnológica fantástica, e os que quiserem viver nele (e sem viver com e para ele não há possibilidade de sobreviver, pois é tão certo e inexorável que ele virá, que ele já se antecipa sendo presente) devem dispor todo o seu tempo e sua energia: entrega total ao presente, como exigência da produção econômica extraordinariamente competitiva, como submissão política ideológica resultante da negação de qualquer utopia e como processo cognitivo que consagra um empirismo radical e irracional.

Mas a consciência formal não pode sobreviver recusando definitivamente o conteúdo do qual, afinal de contas, ela é expressão, sem se converter numa apologia de si mesma. Numa espécie de canonização da superficialidade, numa forma exagerada, dramática e espetacular de descrever e nomear as mais simples banalidades (ou a mais repugnante das situações) e as mais ousadas conquistas humanas com os mesmos termos. Tudo é reduzido à forma e às mesmas formas superlativas. Busca-se preencher o vazio deixado pela recusa radical do conteúdo das coisas criando-se e recriando-se avidamente arquétipos e símbolos que possam etiquetar os objetos, as situações e as pessoas. A publicidade, o noticiário e até mesmo o linguajar comum do dia-a-dia nos dão uma infinidade de exemplos de como o discurso dramático e espetacular é cada vez mais corriqueiro para expressar não só os emblemas das mercadorias, mas também, para dar sentido e significado às pessoas e às relações entre

elas. O império da Forma é, necessariamente, o reino das formas hipertrofiadas.

A construção da consciência individual assim tão alienada de si mesma só é possível porque é fruto de uma práxis histórica reificada no seu limite máximo. Como tem de recusar constantemente a verdadeira natureza das relações sociais, ela é ausência de liberdade, não só para os dominados como também para a própria classe que a criou. A formalização radical da realidade (práxis alienada) tecida no seio das relações sociais capitalistas deve submeter a todos. A burguesia faz crer a si mesma que não há outra forma de ser. Ora, isso ocorre sem nenhum recurso a qualquer poder mágico inerente às representações mentais típicas de uma prática social mediada por mercadorias. O que sustenta a predominância dessa forma de consciência social é sua institucionalização. É o fato de que tanto as relações sociais quanto suas representações são produzidas no espaço das organizações (empresas, tevês, cinemas, religiões, escolas, etc.) e difundidas para toda a sociedade. Esse fluxo permanente de produção e difusão garante que os velhos e os novos sujeitos sejam cotidianamente reinseridos no processo de sujeição que viabiliza a estabilidade das relações sociais e a funcionalidade das instituições burguesas.

Constatamos assim que, bem antes de a empresa pensar em envolver o trabalhador com os seus propósitos, ele já se encontrava envolvido numa teia de processos e valores que constroem estruturas cognitivas que o habilitam a interiorizar e reconstituir os ditos valores dentro de padrões de mudança absorvidos pela dinâmica do sistema – e a identificar prazerosamente a maneira espetacular como eles são apresentados como sendo parte vital do seu conteúdo. O problema da determinação do envolvimento



Iconographie

pode então ter uma solução nos marcos de uma estrutura mais ampla. Ao tomar a aparência pela essência e a forma pelo conteúdo, pode combinar os termos do conflito de todas as maneiras possíveis. O envolvimento emerge, nesse caso, como uma síntese paradoxal dos fatores coercitivos e qualificativos do processo de trabalho.

O envolvimento no meio ambiente da Qualidade Total

Em cada empresa são os Programas de Qualidade Total (PQT) que estabelecem as metas e princípios em torno dos quais todos devem se comprometer ativamente. Eles apresentam as novas técnicas de organização e controle da produção e do processo de trabalho, a nova “missão” da empresa como força organizadora da sociedade, a ressignificação do trabalho humano como fonte de realização, e não mais como alienação. Enfim, cabe a esses programas apresentar as formas pelas quais harmonizarão relações conflituosas como um imperativo dos novos parâmetros de competição. Os PQTs têm dois pressupostos básicos: (1) é possível conquistar um padrão de qualidade evolutivamente superior na produção e nas vendas, (2) com a condição necessária de que, reconhecendo a existência de conflitos, deve administrar eficientemente seus paradoxos (Lessa, 1995). Ou seja, além de realizar a mediação entre coerção e qualificação, fontes das quais se origina o envolvimento, os PQTs devem viabilizar a unidade entre outras situações genética ou contingentemente contrárias.

Já vimos que o primeiro pressuposto é satisfeito na medida em que o processo de produção-consumo adquire cada vez mais um caráter sistêmico. Concentremos nossa atenção no segundo.

Do ponto de vista do capital, o ponto de partida consiste em constatar que as mudanças em curso são inevitáveis e representam uma ascensão a um padrão evolutivo superior, sendo mais sábio adaptar-se criativamente a ele. Para ser um representante dessa nova geração de indivíduos bem-sucedidos, todos devem auto-administrar seu processo adaptativo pessoal em direção à Qualidade Total. Diz Lessa: “[...] Da mesma maneira que as organizações não sobrevivem se não se adaptarem livremente à dinâmica do meio ambiente, os indivíduos da organização não sobreviverão às mudanças organizacionais se não se posicionarem como seus agentes”. Desafio que pode ser vencido, desde que as pessoas percebam as mudanças (...) “como uma provável fonte de satisfação para suas necessidades individuais e grupais, o que os motiva a se envolverem legitimamente no processo (...)”.

Essa função de “sujeito ativo do processo”, atribuída ao trabalhador, coloca-o disponível para interiorizar os mecanismos coercitivos que lhe serão apresentados não como normas disciplinares e punitivas, mas como valores e princípios ideológicos da empresa competitiva, parte integrante da sua própria qualificação, uma função da Qualidade Total. Opera-se aqui uma transmutação: o que é qualificação do trabalho é a qualificação da empresa – qualificação que aparece para o trabalhador como vantagens que o capital lhe concedeu por obra e graça da ciência e dever de sobre-

vivência. O conhecimento, a informação técnica e política e os valores ideológicos necessários ao novo tipo de trabalho são intensamente disputados pelo capitalista, já que, como dirigente e dominador do processo, não pode deixar de criar e recriar seu desenvolvimento numa rede de subordinações que controlem a qualidade do novo trabalhador.

Essa rede de relações sociais comporta necessariamente um conjunto de ações logicamente contraditórias geradoras de uma crise cognitivo-emocional que marca profundamente os indivíduos e acentua a força estrutural das representações formais nas suas consciências. Devemos descrever brevemente algumas dessas injunções paradoxais que comandam a natureza do processo produtivo sob o comando dos Programas de Qualidade Total:

- *Eficiência-previsibilidade X Flexibilidade-incerteza.* A eficiência almejada implica estabelecer metas factíveis fundamentadas em dados demonstráveis e a disponibilidade dos meios para realizá-las, e em torno das quais constituem-se missões da empresa. É na base dessa confiança

A qualificação do produto e a satisfação do cliente são vistos como mais importantes que o lucro, que é apresentado tão somente como uma decorrência natural da competência. A finalidade máxima do empreendimento capitalista, seu conteúdo, é substituído pela forma de conquistá-la

na vitória que os estímulos se multiplicam. Mas esses planos só podem ser elaborados para prazos curtos (relativamente aos prazos anteriores), dada a complexidade e a densidade das informações das variáveis manipuladas e a relativa independência dos mercados. Trabalha-se, então, com a incerteza e com a

necessidade de definir estratégias para lidar com elas, e não apenas com metas factíveis de serem cumpridas.

Os ritmos de auto-regulação do sistema obedecem a uma dinâmica que não está prevista, mas para a qual a empresa deve estar preparada.

• *Competição X Cooperação.* Os setores e os grupos que compõem a empresa devem competir entre si, visando alcançar a maior qualidade possível através da valorização do sucesso individual e do grupo. Podem ter, naturalmente, entre as várias conseqüências, a eliminação do indivíduo ou do próprio grupo dentro da estrutura funcional da empresa. Mas isso ocorre dentro de um ambiente de necessária cooperação, dado o elevado grau de interdependência existente dentro de cada grupo e entre todos os setores da empresa.

• *Aumento do fluxo de informações, quebra das barreiras hierárquicas, eliminação de ordens e proibições explícitas, autonomia, etc. X Controle.* Cria-se uma série de poderes e relações mais livres entre os trabalhadores e a empresa, que são vitais para o processo de execução das ações concretas de trabalho, mas que significam, também, novas e mais eficientes formas de controle. Na verdade, substitui-se o controle do chefe pelo controle dos pares e do desempenho em relação ao princípio consagrado e irrecusável da qualidade dos bens e dos serviços. Esse processo começa a ser estabelecido no momento em que a empresa concentra seu foco de atenção no exterior, no cliente, no outro que deve ser plenamente satisfeito. As normas de controle adquirem então uma função social, e assim podem ser naturalmente interiorizadas pelos indivíduos como virtudes morais. Inclusive os mecanismos que citamos acima (de cooperação e competição e de precisão e flexibilidade) acabam, também, por ser formas de controle no processo do desempenho dos indivíduos. Ou seja, o próprio sistema busca adquirir uma estrutura de controle implícita nos seus mecanismos.

O trabalhador passa a ter dificuldade em reconhecer a existência da coerção, ou então, a identificá-la difusamente por todas as suas experiências dentro da empresa.

Os termos dessas condições devem encontrar em algum nível estrutural a possibilidade de emergirem como síntese, pois, do contrário, a simples operação com eles levaria a uma seqüência de impasses que paralisaria o processo produtivo.

É na forma de envolvimento que esses conflitos se equacionam – envolvimento que, por sua vez, antes de ser um conjunto de atividades práticas, é necessariamente um fenômeno no plano das representações mentais. Para isso é necessário reunir um aparato cultural (uma linguagem apropriada e um conjunto de recursos comunicativos específicos) que vai fazer a mediação entre o sujeito e essa realidade. Da mesma maneira que o trabalhador utiliza os instrumentos de trabalho como mediador entre ele e os objetos que devem ser transformados, usará os instrumentos semióticos fornecidos pela cultura dos PQT para formar a estrutura cognitiva da qual emergirão seus pensamentos e sua compreensão sobre os processos nos quais está envolvido.

Alguns traços característicos da cultura dos PQT

Um elemento fundamental é a emergência de uma linguagem onde

a forma antecede o conteúdo como meio de significação. A utilização de um sistema de signos e símbolos formais, como já vimos, estrutura

um tipo de consciência que não pode compreender a natureza das relações nas quais está sendo produzida e das quais ela é produtora. Nesse sentido, a experiência cognitiva e emocional dentro da empresa é uma continuidade da experiência anterior e simultânea que o trabalha-

dor vive fora dela.

A fórmula Qualidade Total utilizada para significar a natureza das mudanças em curso nas empresas já revela o recurso espetacular e mítico característico da linguagem dos PQTs. O termo *qualidade* é usado genericamente, desvinculado de qualquer conteúdo específico, suficientemente flexível e indefinido para que possa representar as mais variadas situações e interesses com o sentido da excelência. O importante é reter desse termo seu valor estético e emocional, algo que todos desejam possuir e que, inequivocamente, pode ser bom e belo. Qualquer tentativa de explicação pode retirar-lhe o mistério e abalar seu poder de sedução. O termo *total* serve para hipertrofiar a qualidade, dando-lhe o sentido da perfeição.

Outros termos como *defeito zero, duelos de performance, governo à distância, empresa quântica, instituição-mãe, comunidade de trabalho, espírito de família* e milhares de outros semelhantes são exemplos de como a metáfora e a analogia são largamente utilizadas

“O envolvimento tem natureza paradoxal, determinada por fatores políticos e econômicos, mas que se realiza num outro nível estrutural, o das formas de consciência social (...) Não cabe mais uma separação esquemática entre as estruturas mais gerais da vida social, já que elas se misturam”



Jan Berry

nas performances dos PQTs. Muitas empresas já adotam programas de treinamento de executivos que simulam combates em guerra com o objetivo de testá-los em situações-limite e situá-los dentro do novo espírito de competitividade. São chamados, então, de guerreiros, vencedores, matadores frios, para que formem uma auto-imagem heróica e grandiosa. Já os peões devem ver os seus chefes como “pais”, ao mesmo tempo atenciosos e severos, cuja função é “animar” e aglutinar em torno da sua liderança a “sinergia” da sua equipe. É muito comum também difundirem entre os trabalhadores histórias e mitos sobre os patrões.

Os objetivos da empresa são apresentados como uma “Missão” que faz parte dos seus “princípios e valores permanentes” e realizam sua “responsabilidade social”. A imagem idealizada da empresa preferida para a socialização é a da “Mãe” que alimenta seus filhos, ou da “Família” que lhes oferece oportunidades de crescimento. A qualidade deve ser uma “obsessão” da empresa.

É preciso falar dela intensamente, como um “missionário” pregando uma revelação divina, ou como um Prometeu demonstrando o caminho preciso para o mundo da perfeição. A qualificação do produto e a satisfação do cliente são mais importantes do que o lucro, que é apresentado tão somente como uma decorrência natural da competência. A finalidade máxima do empreendimento capitalista, seu conteúdo, é substituído pela forma de conquistá-la.

Além de mobilizar uma linguagem de espetáculo religioso e publicitário, os PQTs buscam o aval de técnicas e conceitos da psicologia fluentemente utilizados nos cursos, reuniões, atividades lúdicas e de integração entre trabalhadores, executivos, patrões e suas famílias, visando condicionar respostas dos sujeitos às representações idealizadas do que eles chamam de “mudança em cascata”. Pesquisas realizadas na França no final da década de 70 e publicadas no Brasil no livro *O poder das organizações* enfatizam que tem uma importância decisiva para a obtenção do envolvimento dos tra-

balhadores a mobilização de um aparato comunicativo-afetivo, complexo e sistemático, capaz de criar mecanismos psicológicos de ajustamento que, em muitos casos, chegam à “dissolução da instância crítica dos indivíduos” (Pagès e outros, 1987).

No Brasil, pesquisa realizada em uma grande empresa nacional, pioneira na implantação da Qualidade Total e considerada um modelo de relações modernas entre capital e trabalho, visando identificar, entre outros fenômenos, qual a organização psíquica característica dos trabalhadores, chegou à conclusão que corroboram a hipótese que estamos defendendo: o envolvimento tem natureza paradoxal, determinada por fatores políticos e econômicos, mas que se realiza num outro nível estrutural, o das formas de consciência social. Por exemplo: entre os operários, prevalece uma forte inibição cognitiva “mantendo sua atividade dentro de um quadro factual no qual eles se interessam apenas (...) por aspectos bastante funcionais e pragmáticos da realidade imediata, a fim de eliminar toda a incitação associativa”. Entre os funcionários de escritório “encontramos a mesma abordagem superficial da realidade” e a manifestação predominante de um “pensamento operatório” (Antunes Lima, 1996).

Conclusões

O percurso que fizemos para compreender o envolvimento levou-nos a que o descobríamos mais entranhado na vida social e psíquica do que supúnhamos. Tentamos demonstrá-lo determinado por uma multiplicidade de fatores de ordem econômica que obrigam as empresas a perseguirem a excelência nos seus desempenhos – fatores que mudam de tal forma a base técnico-organizacional da produção que a tornam “vulnerável” ao trabalhador. Esse poder, latente, se desen-

volve à medida que a ciência adquire irreversivelmente o papel de fator determinante da criação da riqueza social.

Nas organizações empresariais, agem de forma direta e pragmática, auto-regulando o sistema, os processos de reificação da realidade e de formação da consciência formal. É nesse nível estrutural que ocorre o envolvimento, como uma espécie de força emergente que realimenta a capacidade do próprio sistema de reencontrar o equilíbrio e prolongar sua existência marcada pela contradição. O envolvimento, enquanto compromisso com a empresa e/ou com os valores e a lógica cultural burguesa, e como manifestação contemporânea predominante da consciência comum e formal, é um sintoma evidente das mudanças qualitativas que estão ocorrendo na tradicional relação entre os termos da luta de classes (político, econômico e teórico).

Ora, o envolvimento é um integrante de outros fenômenos: (1) o domínio da produção pela ciência e da ciência pela produção; (2) a psicologização do ato produtivo, na medida em que a formação de um perfil comportamental e cognitivo específico é imprescindível ao ato econômico; (3) a politização radical desse mesmo ato, evidenciada nas restrições à liberdade sindical e política e na educação política dos trabalhadores, que a empresa assume para si; (4) a volta da empresa capitalista ao corpo social do qual ela se separou para criar sua própria identidade, na medida em que os parâmetros atuais de competição exigem ações voltadas para saúde e proteção ambiental, reciclagem de produtos e processos de produção, saúde e segurança dos empregados e comunidade, serviços comunitários ou programas de auxílio social e educacional, etc. Nesse sentido, há evidências muito fortes de que está ocorrendo uma multiplicidade de eventos decisivos, cujo signifi-

cado geral é a incorporação de elementos estruturais da superestrutura sócio-cultural à rotina do processo produtivo estrito.

Assim, relações sociais de produção ficam envolvidas no ato de sua manifestação concreta por uma rede de elementos derivados que retornam à sua mais remota origem para realimentar a fonte que os originou – movimento inverso ao que universalizou a produção mercantil. Num primeiro sentido, toda a vida cultural foi incluída no circuito da produção de mercadorias; num segundo sentido, toda a produção foi politizada e ideologizada. O ato econômico torna-se, então, um fato da atividade de representação simbólica e, inversamente, as formas de consciência social constituem-se em fatos da produção econômica. Não cabe mais uma separação esquemática entre as estruturas mais gerais da vida social, já que elas se misturam.

Tudo indica que a prolongada crise estrutural do sistema capitalista e as respostas paradoxais que seus agentes sociais são levados a dar, consciente e inconscientemente, provocam o esgarçamento das fronteiras e das particularidades das suas estruturas originais, gestando-se, a partir daí, um outro sistema que o nega e lhe é superior. O que determina o sentido geral dessas mudanças é cada vez mais a função nuclear e estruturante da ciência e da produção do conhecimento em geral e, sobretudo das formas de consciência social no âmbito das quais esses mesmos conhecimentos podem ser produzidos e controlados.

A construção da consciência revolucionária, sem a qual o sujeito histórico dessa mudança sequer se constitui, só pode acontecer então como uma luta para tomar para si o conhecimento científico e filosófico (particularmente a dialética e o materialismo histórico), recusando a mediação “onipresente e onipotente” dos sistemas sociais de signifi-

cações formais que soterram no “in-substancial reino sem fundo da imaginação cultural e coletiva” a ideologia e a política (Jameson, 1994).

NILTON VASCONCELOS é professor da Universidade Católica de Salvador (UCSAL) e mestrando em administração pela UFBA. MILTON B. DE ALMEIDA é estudante de psicologia e bolsista do CNPq.

Bibliografia

CASTRO, R. P. *Tecnologia, trabalho e educação (indeterminações)*. Cadernos ANPEd n. 6, 1994.

MARX, Karl. *Contribuição à crítica da economia política*. São Paulo: Martins Fontes, 1977.

ANTUNES, Ricardo. “Adeus ao trabalho?” – Ensaio sobre as Metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho, 1995.

WILLIAMS, Raymond. *Cultura*. São Paulo: Paz e terra, 1992. Williams define cultura como “modo de vida global distinto, dentro do qual percebe-se um sistema de significações bem definido não só como essencial, mas como essencialmente envolvido em todas as formas de atividade social, e num sentido de cultura mais especializado, ainda que também mais comum, como atividades artísticas e intelectuais, embora estas, devido à ênfase em um sistema de significações geral, sejam definidas de maneira muito mais ampla, de modo a incluir não apenas as artes e as formas de produção intelectual tradicionais, mas também todas as práticas significativas – desde a linguagem, passando pelas artes e filosofia, até jornalismo, moda e publicidade – que agora constituem esse campo complexo e necessariamente extenso”.

LESSA, Jorge. *Qualidade competitiva no Brasil*. Ed. Casa da Qualidade, 1995. O autor foi Gerente de Recursos Humanos e especialista de Qualidade da Xerox do Brasil (ganhador do Prêmio Nacional de Qualidade, 1993).

PAGÈS, Max. *O poder das organizações, a dominação das multinacionais sobre os indivíduos*. Atlas, 1987.

ANTUNES LIMA, Maria Elizabeth. *Os equívocos da excelência. As novas formas de sedução na empresa*. Petrópolis: Vozes, 1996.

JAMESON, Frederic. *Reificação e utopia na cultura de massa*. São Paulo: Brasiliense, 1994.

Os mitos da globalização e os desafios do desenvolvimento

A grande novidade do século 20 não foi propriamente a constituição de uma economia capitalista global, mas a expansão do sistema de comunidades políticas soberanas para o conjunto do planeta

LUIS FERNANDES

*“Maravilha fatal da
nossa idade:
Dada ao mundo por Deos
que todo o mande...”*

Luis de Camões,
Os Lusíadas, 1572

Substituída a fé messiânica pelo frio cálculo do interesse, o mundo chega ao final do milênio “fatalmente maravilhado” pela obra inaugurada pelos navegadores dos descobrimentos: a globalização. Este foi, de fato, o tema dominante da última reunião de cúpula do G-7 em Lyon. Mas o interesse não se limita aos estadistas do “Primeiro Mundo”. A temática da globalização vem ocupando lugar cada vez mais destacado na cobertura mundial dos meios de comunicação; encabeça a atual agenda de pesquisas das ciências sociais; inspira as mais variadas conferências de organismos multilaterais e mereceu até um pronunciamento específico do Presidente Fernando Henrique Cardoso (na sua visita oficial à Índia, no início do ano). Como já havia ocorrido anteriormente com outros termos que alcançaram projeção mundial semelhante (democracia, liberdade, totalitarismo, etc.), tamanha difusão e interesse acabaram por sacrificar a uniformidade e o rigor conceituais. Mas dentre as diferentes e variadas abordagens, vai se delineando uma

espécie de “discurso oficial” único sobre o tema, estruturado sobre as seguintes proposições:

- A globalização consubstanciaria uma nova etapa (ou “era”, ou “ordem internacional”) no desenvolvimento do capitalismo, na qual a integração mundial de mercados suplanta a estruturação anterior do sistema em economias nacionais autônomas.

- Esta nova etapa seria caracterizada pelo descolamento do (grande) capital dos estados e das economias nacionais, que adquire, assim, uma natureza essencialmente global.

- A formação deste *capital global* estaria levando ao enfraquecimento generalizado dos estados nacionais, suplantados por novas estruturas mundiais de poder polarizadas pelas empresas que predominam nos mercados globais.

- Este processo de globalização econômica seria acompanhado por um processo análogo e interligado de “mundialização da cultura”, com valores e identidades globais superando os valores e identidades nacionais.

- Do ponto de vista político, estes processos estariam conformando uma nova “sociedade civil global”, bem como uma espécie de “governo mundial” estruturado sobre organismos multilaterais (ONU, OIC, FMI, Banco Mundial, etc.).

- Para o bem ou para o mal (segundo o enfoque do analista), este conjunto de processos imporá aos estados nacionais uma agenda única de ajuste macroeconômico e uniformização institucional-regulatória, orientada para a “integração plena” nos fluxos mundiais de comércio e investimento.

Segundo este discurso, o processo de globalização (assim definido) seria objetivo e irreversível, podendo ser contestado apenas por mentes “desatualizadas” acometidas de uma cegueira ideológica mais nefasta do que a angustiante epidemia retratada no recente livro de José Saramago (*Ensaio sobre a cegueira*). Uma análise mais profunda (e histórica) do tema revela, no entanto, que a alegada “objetividade” dos enunciados acima, repousa sobre um conjunto de mitos. Não tenho espaço para focar detidamente, aqui, cada uma dessas proposições, mas apresento, a seguir, uma visão de conjunto que revela quão problemáticas são suas postulações e premissas centrais.

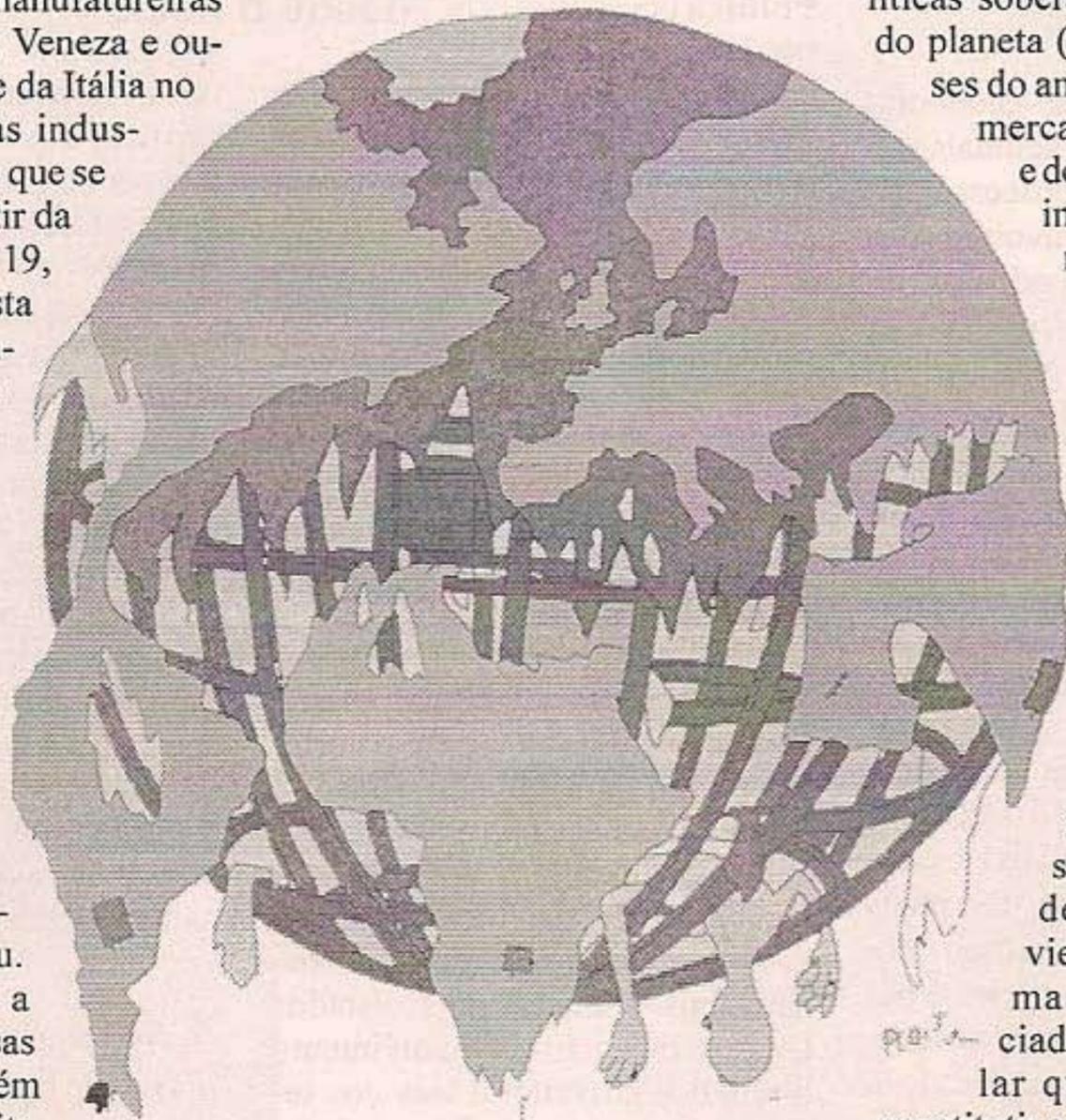
A “novidade” da globalização

A referência a Camões, na abertura deste comentário, já denuncia o “mito” crucial e estruturador desta interpretação: o que apresenta a

globalização como um fenômeno recente. Na verdade o capitalismo se formou, estruturou e desenvolveu como sistema global desde o seu início. Foi precisamente a transformação do capital "natural" (imóvel, territorializado e, portanto, passível apenas de acumulação restrita) em capital "abstrato" (móvel, desterritorializado e, portanto, passível de acumulação ampliada) que viabilizou o desenvolvimento do capitalismo na Europa. Das suas formas manufatureiras iniciais em Gênova, Veneza e outras cidades do norte da Itália no Século 16 às formas industriais mais modernas que se generalizaram a partir da Inglaterra no Século 19, a produção capitalista se constituiu e desenvolveu sob a égide de fluxos mundiais de comércio e riqueza. Seu principal impulso foi, justamente, a formação de um mercado efetivamente mundial a partir dos descobrimentos e da exploração sistemática do ouro e da prata das Américas que se lhe seguiu. Basta lembrar que a produção das nossas "minas geraes", além de ornar altares lusitanos, também ajudou a financiar a Revolução Industrial inglesa.

A constituição do mercado mundial foi, assim, fator decisivo para a dissolução da sociedade feudal e a gênese/desenvolvimento do capitalismo na Europa Ocidental. Por sua vez, o fortalecimento econômico, social e político da burguesia (inicialmente comercial, depois manufatureira, por fim industrial e bancária), que acompanhou este processo, serviu de base para a formação de

estados nacionais unificados e centralizados nessa região. O capitalismo, assim, se formou e desenvolveu simultaneamente como sistema transnacional (integrado a um mercado global em formação, nos marcos do qual sua forma de produção se generalizou) e internacional (constituído por estados centralizados soberanos e mercados nacionais unificados por estes, inicialmente apenas na Europa). A tensão/contradição entre as dimen-



sões global/nacional, portanto, está entranhada no capitalismo desde os seus primórdios. A própria formação dos impérios coloniais mercantis - e as grandes guerras comerciais que ela engendrou - foi conseqüência das tentativas de monopolizar à força os recém-constituídos fluxos globais de comércio e riqueza, usando o novo poder político concentrado dos estados nacionais centralizados. Assim, se a desterritorialização foi "mãe" da

acumulação ampliada, tanto o Brasil quanto os demais países americanos (enquanto formações econômico-sociais e, posteriormente, estados nacionais) são "filhos" legítimos da sua globalização.

Por este ângulo, a grande "novidade" do Século 20 não foi propriamente a constituição de uma economia capitalista global (essa já se encontrava formada e consolidada no Século 19), mas a expansão do sistema de comunidades políticas soberanas para o conjunto do planeta (na seqüência das crises do antigo sistema colonial-mercantilista nas Américas e do seu sucessor colonial-imperialista na África e na Ásia).¹ Esta constatação não ignora ou subestima o fato de que, sob o impacto de importantes inovações tecnológicas, a integração dos mercados globais se intensificou sobremaneira neste período, comprimindo as dimensões do tempo e do espaço no seu interior. O que sustento é que esses desenvolvimentos só vieram acelerar, de forma desigual e diferenciada, um processo secular que é inerente ao (e constitutivo do) capitalismo desde a sua origem. Neste sentido, o desenvolvimento e a difusão da informática e das telecomunicações no final do Século 20 cumprem papel análogo ao desenvolvimento e difusão do telégrafo e da telefonia no final do Século 19. É justamente o desenvolvimento combinado desses dois processos - a integração de mercados globais e a globalização da forma política do estado soberano - que dá ao sistema internacional sua configuração contem-

porânea, marcada por uma distribuição extremamente desigual do poder político, militar, diplomático e econômico. Só um determinismo tecnológico estreito e vulgar poderia nos levar a concluir que isto determina padrões únicos de gestão macroeconômica e regulação econômico-social aos mais diferentes estados e sociedades.

A globalização do particularismo

Se a formação da economia global e dos estados nacionais são duas faces do mesmo processo histórico de gênese e desenvolvimento do capitalismo, como podemos/devemos conceber as relações estabelecidas entre as empresas e os estados nesse processo? Em primeiro lugar, me parece altamente questionável a contraposição generalizada e indiferenciada da Empresa ao Estado Nacional no discurso dominante sobre a globalização. Há, em toda a história do capitalismo, empresas e empresas (poucas das quais puderam ou podem comandar a constituição e exploração de mercados mundiais), e estados e estados (poucos dos quais concentraram ou concentram poder político e militar suficiente para impor uma determinada ordenação a esses mercados). Desde a concessão dos monopólios oficiais para as grandes companhias de navegação, sempre foram bastante evidentes as conexões estabelecidas entre as empresas e os estados mais fortes nos sistemas de colonialismo aberto: os estados nacionais centrais procuravam estabelecer territórios econômicos os mais amplos possíveis no interior do mercado mundial, reservando a sua exploração para os capitais sediados na Metrópole. Mas como evoluíram e seguem evoluindo es-

sas relações a partir da dissolução dos antigos impérios coloniais e a globalização do sistema de estados soberanos?

Esta questão traz para discussão a relação entre o “dinheiro” e o “poder” nas formas políticas do capitalismo avançado – um tema, infelizmente, pouco explorado pela Ciência Política contemporânea. No que

concerne o tópico deste artigo, o fato é que as grandes empresas transnacionais continuaram (e continuam) a explorar as disparidades de poder político no sistema internacional para abrir, conquistar e proteger mercados. Deste ponto de vista, a apresentação da relação entre o capital global e os estados centrais do sistema como “exterior” ou “descolada” é uma mera representação ideológica (no sentido negativo de inversão/falsificação da realidade). Basta pensar, para citar alguns casos recentes, na pressão pesada exercida pelo estado norte-americano para forçar o Brasil, a China, a Índia e outros países em desenvolvimento, a aprovar uma legislação de patentes favorável aos interesses das empresas transnacionais sediadas nos Estados Unidos; ou então no envolvimento direto dos governos e serviços secretos dos EUA e da França (a favor, respectivamente, das empresas Raytheon e Thompson) na polêmica concorrência do SIVAM.

Por outro lado, se é verdade que se busca cada vez mais ordenar o funcionamento dos mercados globais do capitalismo contemporâneo via organismos multilaterais, é igualmente verídico que a autoridade destes repousa, em última instância, sobre o monopólio da força física exercido por (alguns) estados nacionais. A razão funda-

mental que impede a superação generalizada destes é a mesma que impede a consolidação planetária de um novo ethos universal: o que se universaliza no mundo a partir da sua integração global pelo capi-

talismo é uma lógica de acumulação possessiva e conflitiva. Em outras palavras, o que se globaliza é uma “ordem” intrinsecamente contradi-

tória, incapaz de integrar e unificar a humanidade em um projeto cooperativo comum. Nos marcos desta ordem, a exploração de interesses e identidades particulares (locais, nacionais e regionais) se transforma em recurso crucial de poder para a conquista e preservação de mercados. Isto nos ajuda a entender porque a atual “era da globalização” assiste a um renascimento sem precedentes do racismo, do chauvinismo nacional e do fundamentalismo religioso. E nos permite, igualmente, compreender a aparente incongruência entre o diktat (neo) liberal global das potências capitalistas centrais e as suas próprias práticas protecionistas nacionais e regionais.

A nova reificação e os desafios do desenvolvimento

Diante de tudo isto, que perspectivas se apresentam para o estado brasileiro e as diferentes forças políticas, econômicas e sociais atuantes no nosso país? O ponto de partida para a busca de um desenvolvimento sustentado que supere as profundas iniquidades da nossa sociedade é a ruptura intelectual e teórica com a “jaula virtual” do discurso oficial sobre a globalização. Este nada

“Na verdade, o capitalismo se formou, estruturou e desenvolveu como sistema global desde o início”

mais é do que a forma “moderna” e “contemporânea” assumida pela velha e conhecida alienação, que insiste em conceber poderes engendrados pela ação recíproca de homens e mulheres ao longo de meio milênio – o mercado mundial e a economia global – como forças estranhas e inumanas, às quais a humanidade deve agora se curvar.

Desta forma, os enunciados básicos do discurso oficial se articulam e concatenam como recurso de poder para desqualificar a priori, como “absurda” e “atrasada”, qualquer proposta alternativa à sua agenda única “natural” (privatização / contenção e restrição de programas de seguridade social / redução acelerada de barreiras alfandegárias / eliminação de obstáculos fiscais e regulatórios que dificultem a entrada do capital global / prioridade para a montagem da infra-estrutura necessária para a atração de investimentos / etc.). Embora imerso em considerações “pragmáticas” e “realistas”, o objetivo ideológico do discurso é um só: impedir, sobretudo nos países “em desenvolvimento”, que o po-

der dos estados soberanos (em muitos casos, de formação recente) seja mobilizado para articular uma agenda contrária aos interesses entrelaçados das empresas e dos estados do capitalismo avançado.

Mas ao longo do desenvolvimento do capitalismo, diferentes estados e forças sociais se situaram diante da economia global com políticas macroeconômicas e combinações institucional-regulatórias bastante diferenciadas. Mesmo hoje, os países que mantêm os índices mais acelerados de desenvolvimento no mundo – os do leste asiático – não se curvam à agenda única dos ajustes ortodoxos, e mantêm um grau bastante elevado de intervenção/planejamento estatal nas suas economias. No caso de um país de porte continental e realidade interna tão complexa como o Brasil (ou a Rússia, ou a China, ou a Índia), a opção indiferenciada pela “integração plena nos fluxos mundiais de comércio e investimento” é particularmente inadequada para sustentar um novo ciclo integrado de desenvolvimento nacional. Em contrapartida, uma política mais sele-

tiva e diferenciada de inserção internacional – orientada para a elevação da produtividade média da nossa economia e não apenas para a concentração em setores capazes de concorrer na fronteira tecnológica dos mercados globais – pode ter efeitos muito mais integradores para a nossa sociedade (tanto do ponto de vista social, como econômico e político). E para confrontar as iníquas estruturas de poder econômico e político prevalentes no sistema internacional, esta deve necessariamente vir conjugada com uma política mais ativa de integração horizontal re-



gional (no nosso caso, latino ou sul americana).

Enfim, parafraseando Sartre, do ponto de vista da liberdade humana, mais importante do que constatar a existência de “condições objetivas” é decidir o que fazer com elas. E um bom começo é reconhecer/conceber os processos e forças sociais que nos defrontam como criações históricas, passíveis de transformação.

LUIS FERNANDES é professor do Instituto de Relações Internacionais (IRI) da PUC-Rio e do Departamento de Ciência Política da Universidade Federal Fluminense (UFF). Esta é uma versão ampliada do artigo publicado na revista *Vertente*, Vol. 1, nº 8, jun./jul. 1996.

Nota

(1) O nosso Século foi profundamente marcado também, é claro, pela tentativa de constituição de um sistema mundial socialista alternativo à economia global capitalista, mas como essa tentativa fracassou, não me ocupo dela no presente ensaio.

“O que se universaliza no mundo a partir da sua integração global pelo capitalismo é uma lógica de acumulação possessiva e conflitiva. O que se globaliza é uma ordem intrinsecamente contraditória, incapaz de integrar e unificar a humanidade em um projeto cooperativo comum”

Reinventar o socialismo? Coisa da reengenharia

No exposto artigo de Tarso Genro à Folha de S. Paulo, antítese e tese se articulam em uma desastrosa inversão de causa e efeito

EDSON SILVA

Que o brilho da doutrina do socialismo foi turvado por distorções de atores políticos do processo social emancipacionista, tendo momentaneamente comprometido seu contínuo desenvolvimento, é uma verdade incontestável; por igual, é verdadeiro que a doutrina exige constante evolução, à base de uma rigorosa e criteriosa investigação das leis da natureza e dos processos sociais, entre os quais os fenômenos saídos do ventre do capitalismo. Eis um corolário recorrente do socialismo científico.

Ocorre que sua crise, vinda à tona com várias derrotas da construção socialista, e o aprofundamento espetacular das bases da acumulação capitalista – conhecido como processo de globalização – (seguido de uma violenta ofensiva ideológica regressiva), produziram nas esferas do pensar e do agir uma dupla reação: a passiva, feita de perplexidades e desencantamento, e a ativa. Esta, desdobrada em reflexões e investigações para frente (ainda incipientes, mas já bastante significativas, como as feitas pelo PCdoB, cujo novo Programa Socialista é um exemplo), alimentadas por um saudável movimento autocrítico; e para trás¹, pelo encantamento com os inegáveis progressos da terceira revolução tecnológica e com a “democracia política burguesa”².

Pretender que nossa credibilidade (que não é pseudo-ética, mas *profundamente* autêntica, em que pesem os graves equívocos que contabilizamos), enquanto defensores da democracia referenciada ao humanismo, foi suplantada pela “afirmação dos valores democráticos assegurados pelos países capitalistas avançados” é, para além de uma estupidez, uma grosseira distorção, tanto quanto uma inominada agressão à memória da luta operária.

É certo que há progressos na vigência da democracia. Na América Latina, por exemplo, o ciclo dos regimes ditatoriais foi suplantado pelo do exercício das liberdades políticas. Verifica-se, no entanto, que esses progressos estão cada vez mais enquadrados pela ordem econômica dos monopólios. Razão pela qual, os valores democráticos, por uma sucessão de ocorrências, vão perdendo a batalha para a democracia formal. Tanto que, mesmo agindo no ambiente de “afirmação dos valores democráticos tradicionais assegurados pelos países capitalistas”, mas de fato premidos pelas imposições de uma dinâmica econômica cruel, os trabalhadores não conseguem livrar-se da lógica perversa do capital. Muitos testemunhos poderiam ser listados. Um, então, é bem oportuno: diz o noticiário recente da imprensa que “Clinton sabe

usar a máquina” para assegurar sua permanência na Casa Branca. Não é Fernando Henrique, de uma república de fisiológicos profissionais...

Embora dito de formas diferentes, o ponto de contato das instigações do segundo tipo (para trás) é a sedução exercida pela assim chamada inevitabilidade da globalização³. A partir do que, a doutrina do socialismo é desfigurada – não poucas vezes por meio de tolices –, até negá-la em troca da assim entendida possibilidade de redenção social, propiciada pelas mutações que estão se processando no interior mesmo do capitalismo. É simbólico o apelo patético do sociólogo Presidente Fernando Henrique Cardoso, para que fosse esquecido o que ele escreveu. Já o artigo “O socialismo na era da informática”, de Tarso Genro, publicado pelo jornal *Folha de S. Paulo* decretou: “O socialismo, tal como foi concebido pelos modernos, está impossibilitado pela realização das suas próprias premissas. É preciso reinventá-lo”.

Vamos às premissas do artigo: “a doutrina do socialismo moderno tinha como ponto de partida que a transformação das ‘forças produtivas’ facilitaria a reorganização das ‘relações de produção’ para, a partir daí, ser construído um ‘novo homem’...” Ora, essa é uma formulação absolutamente estranha à dou-

trina marxista que só poderia levar a outras reveladas pelo artigo: “O marxismo tradicional jamais se questionou sobre a seguinte hipótese: e se a revolução das forças produtivas (ciência, técnica, instrumentos de trabalho) prejudicasse a possibilidade de mudar as relações de produção? E se as forças produtivas criassem condições de produtividade para eliminar toda a carência e, ao mesmo tempo, não impulsionassem a mudança do Estado, das relações jurídicas, de poder e distribuição?”

Há evidências de tal? Se há, o autor não as cita, por lapso ou porque não há. Sequer há indicativos de tendência que autorizem a cogitação da hipótese, pelo que, certamente, estamos diante de uma especulação descolada do questionamento (“O marxismo tradicional jamais...”), o que é pouco recomendável numa investigação que se pretenda séria.

No exposto pelo artigo em questão, antítese e tese se articulam numa desastrosa inversão de causa e efeito. O elemento mais dinâmico e avançado dos processos sociais — as forças produtivas —, passa a ser réu e as relações do modo de produção capitalista são induzidas à absolvição. Num passe de mágica, o antagonismo entre o capital e o trabalho é eliminado, substituído pela ação perversa e drástica das forças produtivas (“e se elas prejudicassem a possibilidade de mudar as relações de produção”). Não há qualquer registro histórico de que o processo de evolução social da humanidade tenha sido contido ou retroagido pelo desenvolvimento das forças produtivas, menos ainda no

estágio atual do capitalismo, como sugere o artigo. É que desde o século XVI, e incessantemente a partir daí, as forças produtivas têm feito grandes e extraordinários progressos, como jamais conheceu a humanidade. Mas no ambiente das relações de produção capitalista, ensejados por seu modo de produção e por ele apropriado.

E por ser assim, o bem estar social na sociedade burguesa caminha em sentido contrário ao do progresso da ciência. Não há, nunca houve, nem haverá harmonização. As diferenças sociais se reproduzem, tanto quanto as desigualdades entre as nações. Já o contrário se verifica com a propriedade e a produção que se concentram sempre mais, inclusive o saber. Estudo recente da OCDE — *A Economia Baseada no Conhecimento* — informa que mais da metade do PIB nos países ricos tem base no conhecimento. Já

"Não há qualquer registro histórico de que o processo de evolução social da humanidade tenha sido contido ou retroagido pelo desenvolvimento das forças produtivas"

uma pesquisa da publicação *Anuário Mundial de Competitividade*, do Instituto Internacional para o Desenvolvimento Gerencial, revelou que os EUA lideram o mundo em matéria de competitividade. Enquanto isso, numa espécie de disputa do lobo com o cordeiro, imposta pela globalização da economia, a que se submetem incondicionalmente nossos governantes e a burguesia brasileira, tudo é feito, a começar pela maior exploração do trabalho, para que o

produto brasileiro tenha a competitividade exigida pelo mercado.

A concentração se processa mais velozmente, a cada revolução da tecnologia, isto é, a cada salto no desenvolvimento das forças produtivas. Emblemático registrar que, correntemente, em meio ao aprofundamento da terceira revolução tecnológica, constatamos um inten-

"O bem estar social na sociedade burguesa caminha em sentido contrário ao do progresso da ciência. Já o contrário se verifica com a propriedade e a produção"

so processo de corte nos direitos dos trabalhadores, de precarização do trabalho e de gigantesco crescimento do desemprego, hoje endêmico. Outra constatação cruel: a maioria dos países está em pior condição hoje do que há uma década, segundo estudos do Banco Mundial. Portanto, o grau de socialização da expansão das forças produtivas resulta, invariavelmente, condicionado aos limites interpostos pelas relações de produção, no capitalismo, determinada pelas necessidades de acumulação do capital. Pelo que seus limites intrínsecos impõem um permanente, e cada vez mais dramático processo de destruição de forças, que faz aumentar a exclusão e arrasta a humanidade para uma profunda crise moral e social, a despeito dos extraordinários progressos da revolução técnico-científica. De acordo com o já citado estudo do Banco Mundial, 1 bilhão e 300 milhões de pessoas vivem no mundo com menos de R\$ 1; cerca de 500 milhões sofrem de desnutrição crônica.

Como falar (por hipótese, que seja) de “eliminação de toda carência” propiciada pela produtividade das forças produtivas? A menos que se pretenda, movido por circunstâncias como a renúncia ao rigor

científico, desconhecer a manipulação e apropriação que os monopólios fazem dos progressos das forças produtivas. Falar daquela hipótese, desconstituidora da natureza do processo, conduz, antes de mais nada, a um bisonho devaneio. Há mais de cem anos, Engels foi cirúrgico nesta questão: "Quanto mais o novo modo de produção se impõe e impera em todos os campos fundamentais da produção e em todos os países economicamente importantes, afastando a produção individual, salvo vestígios insignificantes, maior é a evidência com que se revela a incompatibilidade entre a produção social e a apropriação capitalista"⁴.

O artigo "O socialismo na era..." tem outra premissa: "Marx pensou em termos de 'a cada um segundo o seu trabalho' a partir da tendência do capitalismo moderno a proletarizar e assalariar, o que seria consequência da nova organização industrial. Tal tendência se desenvolveu efetivamente até a década de 60, quando se reverteu, pelas formidáveis transformações da robótica, da telemática e da informática..." Os fenômenos contemporâneos do mundo do trabalho, apontados anteriormente bem como os números do relatório do Banco Mundial, desautorizam essa tentativa de desconstituir a natureza da sociedade industrial de exploração do homem pelo homem, como fonte de lucros, de acumulação capitalista e reprodução da miséria. Mas esse é o assunto para outro artigo. O que não é para outro artigo é a certeza de que de-

envolver, ininterruptamente, a teoria do socialismo é uma atitude

consciente, emanada dessa compreensão. Outra coisa, bem diferente, é falar de reinvenção do socialismo: nada na doutrina fundada por Marx e Engels precisa ser feitichizada, menos ainda a democracia, tenha ela o nome

de representativa ou participativa. A mistificação, não tem jeito, conduz à alienação.

EDSON SILVA é economista e membro do Comitê Central do PCdoB.

Notas

(1) Dispensável dizer, mas oportuno ser transigente (no sentido do inverso de intransigente e não no de complacente) e despir-se de todo tipo de preconceito são, no meu juízo, procedimentos convenientes ao exame das instigações que se multiplicam. Flexibilidade ao limite, o que não deve nos tirar a firmeza necessária na defesa de convicções.

(2) "A diluição da cultura da esquerda e, de outra parte, a afirmação dos valores democráticos tradicionais (assegurados pelos países capitalistas avançados) (o grifo é meu) terminaram com a credibilidade da pseudo ética que nos atribuía exclusividade para defender a democracia real (afirmadora da igualdade)..." (A síndrome FHC da intelectualidade, artigo publicado no *Caderno mais!* da Folha de S. Paulo, 20/10/96. Seu autor é Tarso Genro, Prefeito de Porto Ale-

gre/RS, membro do Diretório Nacional do PT e um dos seus mais ativos ideólogos. É de sua autoria, entre outros, os livros *Na contramão da Pré-História e Utopia Possível*.

(3) Os instigantes se distinguem pela maior ou menor mitigação. Para FHC "No plano geral das relações econômicas, a tendência mais nítida é a internacionalização do processo produtivo." "(...) a globalização da economia é um fenômeno que veio para ficar e – queira-se ou não – cada vez mais influencia as opções nacionais de governos e dirigentes" (aula na Universidade do Porto, Portugal, quando o presidente foi laureado com título de doutor, conforme íntegra do texto publicado pela *Gazeta Mercantil*, de 24/07/96). Já para Tarso Genro, "... a globalização arma vários blocos de poder internacional, cujos interesses contraditórios permitem várias alternativas." Tarso Genro, em *A síndrome FHC da intelectualidade*.

Falando do projeto Mercocidades (papel das cidades na integração do Mercosul), Tarso Genro foi textual, em entrevista concedida ao jornal *Gazeta Mercantil* (encarte sobre o Mercosul), de 2 a 8/09/96: "A nova ordem internacional reduz as fronteiras jurídicas e burocráticas entre os países. Automaticamente, surge um novo sujeito político que é a cidade. Referindo-se à fundação da rede Mercocidades – em novembro de 1995, em Assunção, Tarso Genro, disse: "Um processo de globalização econômica corresponde a interesses nacionais (surpreendente, pois trata-se do processo de globalização da era dos monopólios e oligopólios!), que são vertidos pelos países ricos por meio das grandes corporações, responsáveis pelo controle do processo. Isto significa que as cidades têm de desenvolver uma disputa para se inserirem nessa ordem." Logo, aí está a alternativa.

(4) F. Engels, em *Do socialismo utópico ao socialismo científico*.

Construindo o Estado do Mal-Estar Social

O entendimento do significado do termo neoliberal deve partir de uma visão crítica das mudanças e transformações que ocorrem no mundo

LUIZ MARCOS GOMES

“Não me arriscaria a dizer quantos são (os excluídos). Mas, não nego que, provavelmente, na dinâmica atual, não há força para incorporar todo mundo”

Fernando Henrique Cardoso, em entrevista à *Folha de S. Paulo* (Caderno “Mais!”, 13/10/96)

Economistas oficiais e altas autoridades do atual governo se empenham em desqualificar ou fugir de um grande debate político que se trava em todo o país: qual a natureza do projeto que o governo FHC está implantando no Brasil?

Nas últimas eleições municipais, diversos candidatos da oposição bateram na tecla de que o projeto de FHC é neoliberal porque, entre outras coisas, está provocando mais crise, desemprego e exclusão social. Em uma famosa entrevista, que deu à *Folha de S. Paulo*, o presidente mostrou-se irritado com a acusação: “Veja a crítica ao governo que se resume na definição ‘neoliberal’. É puro principismo, é puro plano ético. E daí? É mesmo? Não é nada. É só uma condenação moral. Não vêem a realidade, não vêem as articulações, não vêem o que está mudando.”

Ao contrário do que acha o presidente, nosso entendimento sobre o termo neoliberal parte exatamente

de uma visão crítica face às mudanças e transformações que ocorreram e estão ocorrendo no mundo. Vale a pena lembrar algumas delas.

Os anos 90 foram marcados por uma ofensiva sem precedentes do pensamento conservador em todo o mundo, impulsionada pelo desmoronamento final da URSS e dos regimes do Leste europeu e por uma grande onda do capital financeiro em escala mundial, batizada de “globalização”. Na verdade, a desintegração da URSS significou a vitória final da guerra fria pelos Estados Unidos e o estabelecimento de uma ordem mundial unipolar, completamente hegemônica pela superpotência norte-americana. Muito antes disso, no final da década de 50, o sistema socialista já havia entrado em profunda crise, época em que surgiu o chamado conflito sino-soviético: o Partido Comunista Chinês assumiu uma posição de enfrentamento ideológico e político face à URSS em relação aos problemas da construção do socialismo, o caminho da revolução, a natureza das condições entre o campo socialista e o capitalista, a possibilidade ou não de uma longa cooperação e coexistência pacíficas entre estes dois sistemas, etc. Já neste período, a URSS foi acusada de ter abandonado o caminho do socialismo e da revolução. Data daí um primeiro recrudescimento do

conservadorismo, que estava isolado e na defensiva desde o final da Segunda Guerra Mundial.

A partir dos anos 70, a onda conservadora foi decisivamente fortalecida pela vitória de Margaret Thatcher na Grã-Bretanha e, em seguida, de Ronald Reagan nos Estados Unidos. Premida pela grande crise que os países capitalistas centrais enfrentavam – com recessão econômica e inflação ascendente – Thatcher investiu contra o chamado “welfare state” (estado de bem-estar social), culpando os gastos públicos nas áreas sociais e as reivindicações dos sindicatos como as causas básicas da crise. Por seu lado, Reagan intensificou a ofensiva político-militar contra a União Soviética, aumentando enormemente os gastos militares e promovendo, ao mesmo tempo, um crescimento espetacular da dívida pública norte-americana e o aumento dos ganhos do setor financeiro; fatos que estão na origem da atual globalização. Na década de 80, conhecida nos EUA como “década da ganância”, o pagamento de juros pelo governo norte-americano passou de US\$ 52 bilhões, em 1980, para US\$ 142 bilhões, em 1986, e mais de US\$ 200 bilhões no começo dos anos 90. Na América Latina, esta onda se iniciou muito prematuramente, a partir da derrubada violenta do governo do presidente Allende, em 1973,

e pela adoção, por parte do governo Pinochet, de um receituário que, anos mais tarde, seria generalizado em toda a região: privatização do patrimônio público, ataque aos direitos sociais, prioridade total à estabilidade monetária como condição básica para atração de capitais externos, diminuição drástica dos gastos sociais do Estado.

O receituário neoliberal disseminou-se amplamente, atingindo os Estados Unidos, a Europa ocidental, o Leste europeu, a antiga URSS e a América Latina. Em todo o mundo capitalista a renda se concentrou, os gastos financeiros do Estado cresceram e os gastos sociais diminuíram. Um novo surto capitalista se iniciou, caracterizado pela ordem mundial unipolar dominada pelos Estados Unidos, por uma nova onda de globalização dos mercados, por gigantescas fusões patrocinadas pelo capital financeiro e por uma grande crise social e de desemprego em escala mundial, acompanhada por um ataque às organizações dos trabalhadores e aos direitos sociais duramente conquistados.

A oligarquia financeira internacional parecia estar no melhor dos mundos: destruíra, em grande parte, o campo socialista; ganhara a guerra fria; iniciara o desmantelamento dos "welfare states" na Europa ocidental; na América Latina, avançara no desmanche do capitalismo de estado desenvolvido, de forma diferenciada, pelos países da região; e passara a pregar que só o capitalismo e o livre mercado são viáveis e que não existem nem segunda nem terceira vias. Seus teóricos triunfalistas proclamavam, até mesmo, o "fim da história",

no sentido de que a ideologia do livre mercado e a democracia burguesa constituíram o coroamento final da história da humanidade.

"O neoliberalismo é a manifestação triunfalista atual do capital financeiro, ideologia anti-socialista e anti-social, que procura justificar o desemprego e a exclusão social como mal necessário à modernização econômica"

com propósitos reformistas como a reforma agrária. O golpe não somente enterrara qualquer perspectiva de modernização do país por um caminho nacional e popular mas, "ajustara" o país à ordem mundial capitalista de então, endividando-o até os ossos.

Na verdade, aqui, o "novo ajuste" começou pelo Plano Real, cujo princípio básico foi a implementação de uma estabilidade monetária sustentada nas reservas em dólar acumuladas pelo país. Esta foi a grande garantia oferecida pelo plano arquitetado por FHC e sua equipe ao capital internacional, hegemônico pelos Estados Unidos (não por acaso, o real foi ancorado no dólar, e não no iene japonês ou no marco alemão): o governo, depois de efetuar um acordo com o chamado comitê dos credores, altamente lesivo ao país, referente à dívida antiga (fechado em 15 de abril de 1994), e que implicou em duplicar os pagamentos até então feitos pelo Brasil

E, no Brasil, como se iniciou o ajuste neoliberal? Vínhamos de um período de enorme crise social, fruto do esgotamento do modelo implantado, à ferro e fogo, pelo regime ditatorial. Inaugurado com o golpe militar de 64, ele pusera fim a um governo

a seus credores externos, passou a garantir a estabilidade de uma nova moeda – o real –, ancorada no dólar, como principal atrativo para atrair dívida nova dos investidores internacionais. Comprometeu-se, ao mesmo tempo, em realizar as denominadas "reformas estruturais" no aparelho de estado, promovendo um equilíbrio fiscal pelo corte de gastos sociais, privatizando o patrimônio público – representado principalmente pelas empresas estatais – em um irresponsável programa de desestatização (que, aliás, fora iniciado pelo governo Collor). Tudo isso implicava, praticamente, em escrever uma nova constituição e, assim, de repente, alguns princípios sociais consagrados no texto da Constituição de 1988, que nem bem saíra do forno, foram apontados como os principais obstáculos à modernização do país. Em nome da "modernidade", o *soi-disant* Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), que elaborou e lançou o Plano Real e que hegemoniza o atual esquema de forças do governo FHC, desencadeou um ataque furioso aos direitos sociais e ao movimento organizado dos trabalhadores, isto num país que disputa, no plano mundial, o primeiro lugar em matéria de concentração de renda e da riqueza e em

desigualdade social. Tudo isso em nome de quê? Da necessidade de integrar o Brasil à nova ordem mundial, de tomar carona na atual "globalização" em curso e de atrair, para cá, um poderoso fluxo de capitais que

"O neoliberalismo fundamenta a criação de um verdadeiro estado do mal-estar social, em que os cidadãos não têm mais direitos sociais básicos assegurados e ficam à mercê das forças selvagens do mercado"

financiariam o nosso desenvolvimento, repetindo-se assim, guardadas certas diferenças, a mesma teoria do regime militar, de "crescimento econômico com endivi-

damento externo”, que já arruinou o país.

Pode-se, portanto, definir o neoliberalismo como a manifestação triunfalista atual do capital financeiro, ideologia abertamente anti-socialista e anti-social, que procura justificar o desemprego em massa e a exclusão social de milhões de pessoas como “mal necessário” à modernização econômica. É esta ideologia que leva o presidente Fernando Henrique reconhecer tranquilamente que, nos caminhos que o país hoje trilha, definidos por seu governo, “não há força para incorporar todo mundo”.

O neoliberalismo, em suma, é a nova ideologia que fundamenta a criação de um verdadeiro “estado do mal-estar social”, em que os cidadãos não têm mais direitos so-

ciais básicos assegurados e ficam à mercê das forças selvagens do mercado. Ele reflete uma tremenda regressão histórica, pois há cinquenta anos, ao final da Segunda Guerra Mundial, a idéia de que o Estado é o responsável pelo bem-estar social das pessoas transformou-se num consenso generalizado, o que explica o porquê de o socialismo ter saído tão fortalecido do conflito e, mais tarde, nos países capitalistas centrais, o chamado “welfare state” ter sido adotado de forma mais ou menos generalizada. Foi uma resposta aos trágicos resultados da história do século XX, marcada por dois conflitos mundiais, que provocaram mais de 60 milhões de vítimas diretas, entremeados por uma terrível depressão econômica que levara outros

milhões de seres humanos ao desemprego e ao desespero.

No Brasil, onde nunca houve um Estado socialista e nem mesmo, nos marcos do capitalismo, nada que se assemelhasse a um Estado do bem-estar social que foi a grande bandeira da social-democracia no pós-guerra, não deixa de ser surpreendente que este verdadeiro “estado do mal-estar social” esteja sendo implantado pelo denominado Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), liderando um bloco de forças conservador.

LUIZ MARCOS GOMES é economista e jornalista. Foi editor de economia dos semanários *Opinião e Movimento* e membro do Conselho Federal de Economia de 1987 a 1989.

Livros com até 45% de desconto

<i>Amazônia/Carajás – Na trilha do saque,</i> Marcos Kowarick, 336 pág.	R\$ 20,00
<i>Cadernos negros 19 – Poemas afro-brasileiros</i> grupo Quilombhoje, 192 pág.	R\$ 15,00
<i>Luta Armada – no Brasil dos anos 60/70</i> Jaime Sautchuk, 96 pág.	R\$ 10,00
<i>Dialética radical do Brasil negro,</i> Clóvis Moura, 248 pág.	R\$ 20,00
<i>Cadernos negros 17,</i> poetas do Quilombhoje, 80 pág.	R\$ 7,00
<i>Obras escolhidas, G. Plékhanov</i> (capa dura), 390 pág.	R\$ 15,00
<i>Lênin – Biografia ilustrada,</i> Bolsanello, 128 pág.	R\$ 11,00
<i>A mãe,</i> Máximo Gorki, 320 pág.	R\$ 15,00
<i>A II Internacional – Pelos seus congressos,</i> E. Carone, 132 pág.	R\$ 11,00

<i>URSS – Ascensão e queda,</i> Luís Fernandes, 2ª ed., 272 pág.	R\$ 20,00
<i>Marx e os sindicatos,</i> D. Losovski, 216 pág.	R\$ 17,00
<i>Manifesto do Partido Comunista,</i> Marx e Engels, 72 pág.	R\$ 6,00
<i>Rio Maria – A terra da morte anunciada,</i> Moacyr de O. Filho, 128 pág.	R\$ 10,00
<i>O socialismo vive</i> (documentos do 8º Congresso do PCdoB), 110 pág.	R\$ 6,00
<i>Socialismo – Ideal da classe operária,</i> J. Amazonas, 3ª ed., 120 pág.	R\$ 10,00
<i>Problemas econômicos do socialismo</i> <i>na URSS,</i> Stálin, 100 pág.	R\$ 9,00
<i>AIDS na rota da cocaína,</i> Fábio Mesquita, 72 pág. ...	R\$ 6,00
<i>Reportagem sob a força,</i> Julius Fucik, 120 pág.	R\$ 9,00
<i>Araguaia – Relato de um guerrilheiro,</i> Glênio Sá, 52 pág.	R\$ 6,00

Na compra de dois exemplares, desconto de 15%; de 3 a 4 exemplares, desconto de 30%; de 5 ou mais exemplares, desconto de 45%.

Enviar cheque nominal para até 15 dias ou vale postal ou depositar em conta da Editora Anita Ltda., Banco Itaú, São Paulo, agência 251, c.c. nº 48678-3.

Pedidos para:

Editora Anita Ltda.: Rua Monsenhor Passalacqua, 158 - CEP 01323-010 - São Paulo - SP

Fone: (011) 289-1331

O envio pelo correio é por nossa conta. Não atendemos por reembolso postal.

Reeleição e reforma antidemocrática do Estado

A reeleição é o carro chefe da reforma política pretendida pelos defensores do neoliberalismo. Esta reforma política visa adequar o Estado às necessidades do projeto neoliberal

ALDO ARANTES

A reeleição vem tomando conta do noticiário e ocupando lugar de destaque na agenda política nacional. A repercussão deste tema expressa não somente os interesses continuístas das forças que detêm o poder político no país, em particular do Presidente Fernando Henrique Cardoso, mas, também, de poderosos grupos econômicos nacionais e internacionais que querem a continuidade da atual política econômica por se beneficiarem das privatizações, da abertura indiscriminada da economia brasileira, do arrocho salarial e do corte dos direitos dos trabalhadores.

Tanto é assim que a FIESP (Federação das Indústrias de São Paulo) e a FIRJAN (Federação das Indústrias do Rio de Janeiro) manifestaram-se favoravelmente à reeleição. Carlos Eduardo Moreira, presidente da FIESP, afirmou que “vai ajudar no que for possível” para que a emenda seja votada e aprovada no Congresso Nacional. O Merrill Lynch, um dos maiores bancos de investimentos dos Estados Unidos, divulgou, para seus clientes, a agenda da tramitação da emenda sobre a reeleição, expressando os interesses da grande burguesia internacional nos rumos políticos do Brasil. Em seu relatório, o Banco afirma que “a aprovação da reeleição certamente será bem recebida pelo mer-

cado que credita a Cardoso o Plano Real e a subsequente estabilidade”.

Para a grande burguesia brasileira e estrangeira, portanto, o que interessa é a continuidade do projeto neoliberal, da política econômica colocada em prática por Fernando Henrique Cardoso. Para garantir a realização deste objetivo o melhor caminho é assegurar a reeleição do atual Presidente.

A reeleição está longe de representar um avanço democrático para o país. O que está em discussão, de fato, não é a tese da reeleição mas, sim, o casuísmo da reeleição do atual Presidente da República. E é inaceitável a alteração das regras do jogo democrático durante o transcurso do jogo. Mas esta não é a única, nem a principal razão para ser contrário à reeleição.

A reeleição não faz parte da tradição política brasileira. As Constituições brasileiras de 1891, 1934, 1945 e 1988 definiram o mandato de quatro anos, não permitindo a reeleição. Mesmo durante o período da ditadura militar esta regra não foi alterada pois havia uma alternância de generais no governo.

Em entrevista ao *Jornal Sete Dias da Semana*, recentemente lançado em Brasília, o ex-ministro Paulo Brossard afirmou que a “reeleição é insulto à Nação”. Na oportunidade, o ex-ministro lembrou

que apesar de não haver reeleição em nível nacional, em um certo período ela era permitida nos estados, tendo sido necessária a realização de um movimento armado no Rio Grande do Sul para acabar com os abusos da reeleição, que permitiu a recondução de Borges de Medeiros, por quatro vezes, ao governo daquele Estado¹.

Pode-se argumentar que, nos dias atuais, o mandato de quatro anos é pequeno. No entanto, cabe lembrar que na Constituinte o mandato presidencial foi ampliado para cinco anos. Todavia, diante da hipótese da eleição de Lula para a Presidência da República, foi aprovada uma emenda constitucional estabelecendo, novamente, o mandato de quatro anos, proibindo a recondução. O que se constata é que o casuísmo está presente na prática política brasileira. Procura-se adequar a legislação político-eleitoral aos interesses da fração das elites no poder. É o que se pretende fazer agora com a reeleição.

A adoção da reeleição representaria o aprofundamento da prática comum, no Brasil, de utilização da máquina administrativa no processo eleitoral e a consolidação do continuísmo, prejudicial ao processo democrático.

Argumenta-se que a reeleição garantiria a continuidade de bons

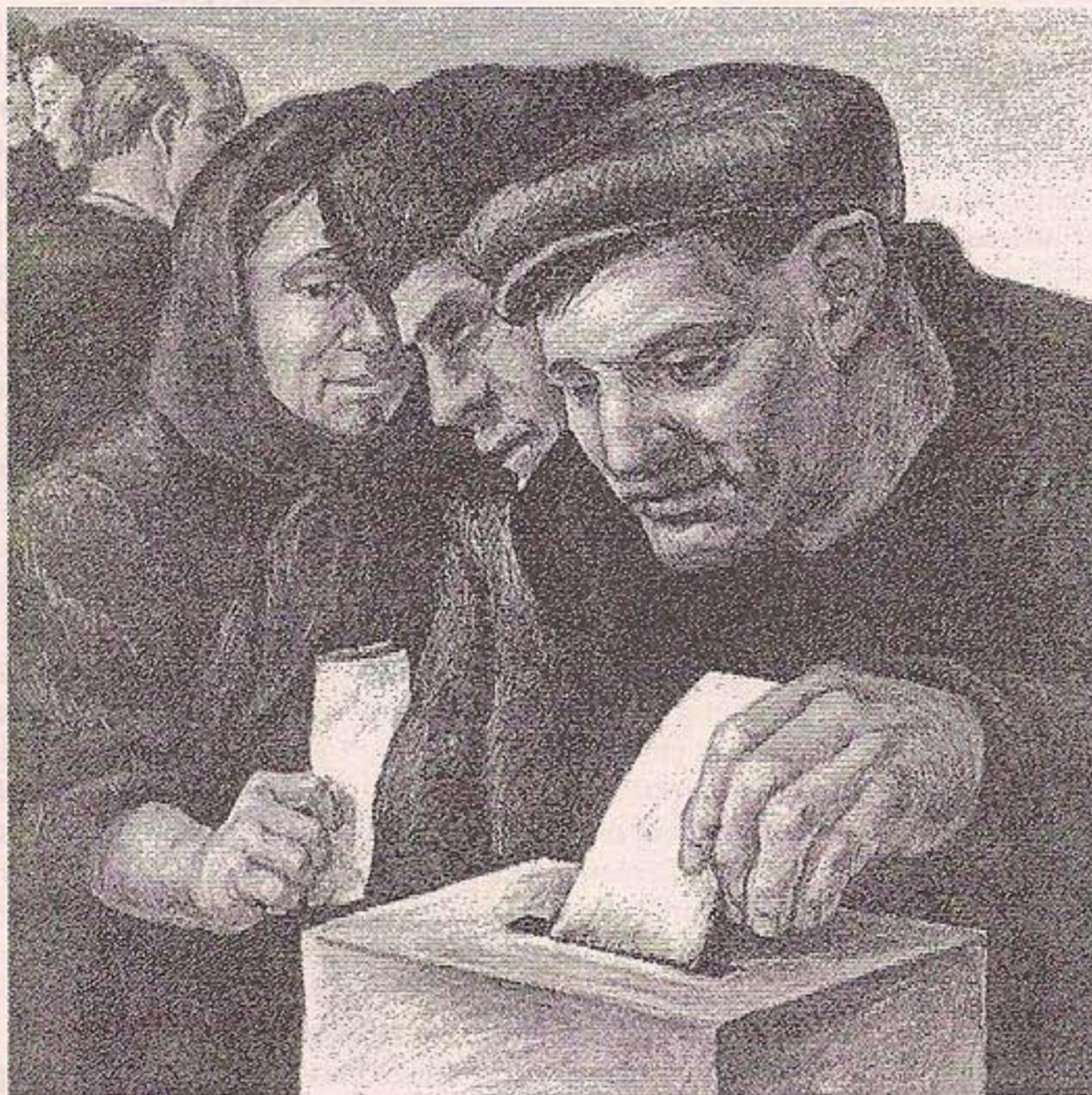
governantes. Isto é verdade. Mas, também, possibilitaria a manutenção de maus, com a utilização da máquina. Por outro lado, a continuidade administrativa não se realiza apenas com a continuidade da mesma pessoa à frente da administração. Porto Alegre dá um exemplo ao Brasil de que é possível assegurar a continuidade administrativa, mantendo o rodízio de pessoas no governo, com a manutenção do mesmo partido e do mesmo programa administrativo.

A reeleição está longe de ser uma medida que irá aperfeiçoar a democracia. Nas condições concretas do Brasil ela representará um retrocesso para o nosso sistema político, pois ampliará mais ainda os já amplos poderes do Presidente da República.

No Brasil, o Presidente da República tem poderes imperiais. Tem sob seu controle as Forças Armadas, tem poderes para nomear e exonerar Ministros e funcionários, possui as chaves do cofre do Banco Central, exerce forte influência sobre o Judiciário e Legislativo, além de legislar através das Medidas Provisórias. Para aperfeiçoar a democracia no Brasil é necessário reduzir e não ampliar os poderes do Presidente da República.

O relatório do Merrill Lynch, já referido, afirma que “aprovar a re-

eleição seria um passo significativo em direção à consolidação da autoridade do Presidente Cardoso”. Este é o interesse dos grandes grupos econômicos. Eles pretendem aumentar a autoridade e os poderes do Presidente para que ele tenha melhores condições de continuar solapando a soberania de nosso país, mesmo que isto signifique um atrofamento da já débil democracia brasileira.



A reeleição, na verdade, tem por objetivo assegurar a continuidade da aplicação do projeto neoliberal. Por isso mesmo não é uma discussão que diga respeito somente ao Brasil. Tal medida, pelas mesmas razões, já foi adotada na Argentina e no Peru. Agora, fala-se em reeleição também no México.

A reeleição é, na verdade, o carro-chefe da reforma política pretendida pelos defensores do neoliberalismo.

Esta reforma política visa adequar o Estado às necessidades do projeto neoliberal.

A prática da política econômica neoliberal conduz a uma exacerbação da concentração da renda, à ampliação da miséria e dos excluídos. E a democracia, mesmo limitada, é incompatível com a miséria, a concentração de rendas, o corte de direitos dos trabalhadores, dos direitos sociais e da desorganização da economia no país.

Nestas condições a restrição da democracia passa a ser uma necessidade para se dar continuidade à implantação de tais medidas. A elitização, ainda maior, do poder político, torna-se condição para o aprofundamento das políticas neoliberais.

A reforma política envolve um leque muito amplo de questões. Os seus inspiradores pretendem alterar inúmeros dispositivos

do texto constitucional. Dentre as propostas destacam-se a reeleição do Presidente da República, a redução do número de partidos políticos, a adoção do voto distrital misto, o voto facultativo, a fidelidade partidária, a adoção da cláusula de barreira, a proibição da coligação proporcional, dentre outras (Tabela 1, pg. 44).

A urgência que as forças governistas estão dando para a aprova-

ção da reeleição trouxe à tona a questão sobre o melhor momento para se discutir e aprovar uma reforma política mais ampla. As informações indicam que predominou a idéia de se colocar na pauta primeiro a reeleição, para depois aprovar as demais matérias relacionadas com a reforma política.

Atílio A. Boron, escritor argentino, comentando as teses de Milton Friedman, teórico da corrente neoliberal, afirma que o neoliberalismo

“provém do fato de que os seus preceitos fundamentais – império do mercado, desmantelamento do Estado de bem-estar social e contenção dos avanços democráticos – foram os princípios racionalizadores de conhecidas tentativas conservadoras que, com maior ou menor grau de violência, foram ensaiadas nas mais diversas latitudes”²

Nesta passagem, o autor destaca os três aspectos fundamentais do neoliberalismo: afastamento do Estado da atividade econômica com a prevalência das leis de mercado, golpe nas conquistas sociais dos trabalhadores e contenção dos avanços democráticos. É importante ressaltar que as medidas econômicas e sociais são acompanhadas de restrições à democracia.

Em outro trecho, o mesmo autor afirma que “a refundação de uma ordem econômica liberal – isto é, que deixe as mãos livres às frações mais dinâmicas e concentradas do capital – exige a constituição de uma ordem política cres-

centemente autoritária”. Aqui está o núcleo da questão. Longe de ter um sentido democrático a reforma política, pretendida pelo governo e pelas forças que o sustentam, tem um sentido autoritário que visa elitizar mais ainda o Estado brasileiro, facilitando a implementação da política neoliberal.

O Professor Wanderley Guilherme dos Santos afirma que:

“revisões, reformas e legislação são sugeridas à título de dotar o nosso sistema político daqueles atributos de que seria manco: transparência, ética, representatividade e eficácia. Na realidade, porém, a derradeira estação deste atentado institucional seria, ou será o retorno ao clube oligárquico da competição partidário-eleitoral minimalista”³

Afirma o mesmo autor que tais reformas representam “o mais violento atentado institucional já ousado por civis no último meio século da vida brasileira”.

A questão é muito clara. Sintonizado com o projeto neoliberal, o governo Fernando Henrique Cardoso procura implantá-lo no Brasil. Para isso, adota as diretrizes do Consenso de Washington que implicam no combate à inflação através da âncora cambial, no ajuste econômico, nos cortes de recursos das áreas da saúde e educação, sem tocar na dívida pública interna e externa. Nas privatizações indiscriminadas, entregando empresas estratégicas a preço vil e golpeando a soberania do país. Na adoção de uma política de arrocho salarial e concentração da renda e de golpes nas conquistas sociais como se pretende com a Reforma da Previdência.

Evidentemente que não se adota todas essas medidas sem fortes re-

sistências. Para realizar projeto semelhante, no passado, deram-se golpes militares. Agora, procura-se fazer

um “ajuste político” para assegurar a implantação da nova ordem econômica e social. Como não podem revelar a verdadeira natureza das emendas propostas, falam em modernidade da econo-

mia e aperfeiçoamento do sistema político brasileiro.

Os inspiradores das reformas políticas antidemocráticas argumentam que o país tem um excessivo número de partidos políticos, com legendas de aluguel que propiciam uma grande fragmentação partidária. Dizem que esta fragmentação conduz a uma ingovernabilidade no país. Argumentam que o atual sistema eleitoral proporcional estimula as disputas internas nos partidos e não consolida a estrutura partidária, além de elevar os custos de campanha, já que a eleição é feita em uma área muito ampla.

Para solucionar tais problemas propõem uma série de medidas de caráter frontalmente antidemocráticas.

Redução do número de partidos

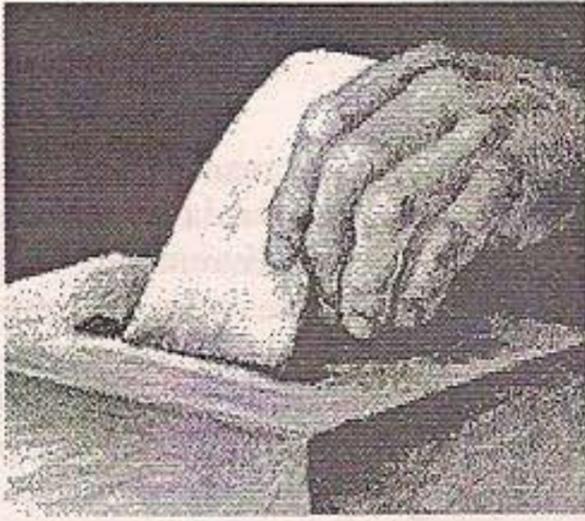
Um dos alvos preferidos dos que defendem a redução da atividade política é a diminuição drástica do número de partidos políticos. Alegam que o país vive uma “anarquia partidária”, que dificulta a governabilidade. Afirmam que a redução dos partidos visa, também, acabar com as “legendas de aluguel”.

O que pretendem, no entanto, sob falsos pretextos, é moldar o quadro partidário a uma política autoritária e elitista, monopolizada por três ou quatro grandes agremiações

Para a grande burguesia o que interessa é a continuidade do projeto neoliberal. Para garantir a realização deste objetivo, o melhor caminho é a reeleição do atual presidente

Tabela 1 – Reforma política antidemocrática

O que quer o Governo
1 - Reeleição para Presidente
2 - Redução do número de Partidos
3 - Adoção do voto distrital misto
4 - Adoção da cláusula de barreira
5 - Proibição de coligações nas eleições proporcionais
6 - Fidelidade Partidária
7 - Voto facultativo



e algumas poucas contracenando como “oposição de esquerda”.

Os defensores do golpe contra a democracia partem do falso pressuposto de que no país há um grande número de partidos políticos, o que criaria problemas para a governabilidade no país. No entanto, países como a Alemanha, França, Itália, Portugal, Espanha, além de Argentina, Uruguai, México e Índia, não só têm um grande número de partidos como uma razoável representação deles no Parlamento. O que ocorre é que há uma grande concentração de parlamentares em alguns poucos partidos.

A Itália adotou uma variante do sistema distrital misto com a justificativa de que tal medida resolveria o problema da fragmentação partidária. Todavia, a prática desse modelo, nas condições concretas daquele país, acabou agravando a fragmentação partidária e levando à eleição uma grande representação fascista.

No Brasil o quadro não é diferente (Tabela 2, pg. 46). Existem 16 partidos representados no Congresso Nacional, 4 deles detêm 72% das cadeiras no Legislativo. O presidente Fernando Henrique possui cinco partidos em sua base de apoio: o PSDB, o PFL, o PMDB, o PL e o PTB que somam 281 parlamentares, quase metade do Congresso Nacional. O governo tem

ainda o apoio parcial em outras legendas menores. Em questões mais importantes o governo conta também com o apoio do PPB, que detém 95 parlamentares, 16% do Congresso.

Portanto, falar em ingovernabilidade no Brasil, como argumento para reduzir o número de partidos, é falsear a realidade. As dificuldades que o governo tem estão relacionadas com o fisiologismo das bases do governo e com a política do “dando que se recebe”.

Mesmo nos países que enfrentam o problema da ingovernabilidade, a experiência tem demonstrado que não há uma relação direta entre a ingovernabilidade e o número de partidos. Em um quadro de bipartidarismo, quando existe uma diferença muito pequena na representação parlamentar, ao invés de equilíbrio, o que ocorre é a quebra da estabilidade em decorrência da pequena maioria parlamentar.

Portanto, não há consistência na argumentação, nem dados reais que possam comprovar que o número de partidos existentes no país criaria uma situação de ingovernabilidade. O que se pretende é criar condições para o exercício de um poder autoritário, que prescindir da negociação. Isto não é próprio da democracia.

O ponto de vista que defende que o número de partidos políticos deveria ser reduzido para cinco expressa uma concepção oligárquica de estrutura partidária.

A existência de um número maior de partidos é uma regra nos

países democráticos. Nos 12 países analisados na Tabela 3, pg. 48, o México é o que tem um número menor de partidos, 11. A França tem 36, a Índia 34, a Alemanha 32,

além de outros países que têm um grande número de partidos. Tomando por base a representação parlamentar dos 12 países analisados, somente 3 têm menos

de 5 partidos com representação no Congresso, enquanto 9 países têm representação que vai de 6 até 27 partidos.

Querer afirmar que o número de partidos atualmente existentes no Brasil é fator de ingovernabilidade é o mesmo que dizer que temos excesso de democracia. Nada mais falso. Sabemos que o país carece de mais democracia não só no terreno político mas, também, nos terrenos econômico e social. As dificuldades políticas que as elites enfrentam decorrem de sua insistência em adotar políticas contrárias aos interesses da maioria e da política clientelista adotada pelo governo com sua base parlamentar.

A tentativa de reduzir drasticamente o número de partidos é, na verdade, uma medida autoritária que procura enquadrar as contradições existentes na sociedade em um quadro partidário que não corresponde à complexa situação do país. Esta iniciativa expressa o interesse das classes dominantes no sentido de manter o controle mais rigoroso do poder, através de sua maior elitização e da redução da já parca representação dos setores populares na atividade política (Tabela 4, pg. 49).

A reeleição não vai aperfeiçoar a democracia. Ao contrário, nas condições concretas do Brasil, ela será um retrocesso, pois aumentará ainda mais os já amplos poderes do Presidente da República

Historicamente tem havido uma queda na votação dos partidos conservadores. Segundo estudo da revista *Retrato do Brasil*, a votação dos partidos conservadores em 1945 era de 77% do total dos votos válidos. Em 1982 caiu para 38%. Nas eleições de 1962 o PSD e a UDN elegeram 54% dos Deputados Federais, enquanto em 1945 haviam conquistado mais de 80%. Este declínio foi, sem dúvida, uma das causas do golpe militar em 64.

No período mais recente o crescimento da representação progressista no Congresso Nacional e a possibilidade da vitória de Lula para a Presidência da República colocaram as elites brasileiras em pânico. Elas concluíram que tornava-se urgente uma alteração no quadro partidário que permitisse um maior controle da situação e do poder político.

Na verdade o problema político brasileiro não diz respeito ao excesso de partidos. O próprio processo

democrático se encarrega de selecionar os partidos que têm compromissos com a sociedade dos "partidos de aluguel", excluindo esses últimos do quadro político. O PRN é um bom exemplo. Criado às vésperas da eleição de 89, chegou a possuir 46 parlamentares em 91, em 94 elegeu apenas 1 deputado e agora não possui mais representação no Congresso.

O problema, portanto, não está no número de partidos mas, sim, na debilidade dos partidos existentes. Esta debilidade se relaciona com a própria fragilidade do sistema democrático brasileiro. O País viveu grandes períodos de regime autoritário permeados por algumas fases de liberdades políticas.

Nos períodos autoritários os partidos foram extintos e a liberdade de expressão e manifestação foram duramente cerceadas. Durante o regime militar criaram-se dois partidos na vã tentativa de controlar o processo político brasileiro. O avanço da luta democrática foi progressivamente rompendo este quadro limitado. O regime militar, por seu lado, foi procurando adotar novas medidas para restringir o quadro partidário, impondo os senadores e governadores biônicos em 1977 e tentando adotar o voto distrital misto e a cláusula de barreira.

Mesmo durante os períodos de liberdades políticas, o Executivo, com poderes altamente concentrados em suas mãos, interfere seriamente na vida partidária através da política do "é dando que se recebe". A consolidação dos partidos passa pela consolidação da própria democracia no Brasil, com um maior equilíbrio entre os poderes da União, com a ampliação do grau de organização da sociedade civil e com a criação de

condições onde a manifestação da vontade da maioria da sociedade possa se expressar livremente.

As tentativas de redução do número

A existência de um número maior de partidos é regra nos países democráticos. Afirmar que o número de partidos existentes no Brasil é fator de ingovernabilidade é dizer que temos excesso de democracia. Nada mais falso

de partidos ferem o princípio constitucional do pluralismo político e partidário. Esta é uma das pedras angulares do sistema democrático.

Pretende-se impor uma

camisa de força ao sistema político partidário, adotando um sistema semelhante ao alemão. É necessário romper com a mentalidade colonialista de transplante de modelos. Antes se tomou como paradigma o modelo norte-americano, agora o que está na ordem do dia é o modelo alemão. Isto é feito sem levar em conta as profundas diferenças econômicas, sociais e políticas entre esses dois países e o Brasil.

O Brasil é um país continental, repleto de contradições e o seu sistema partidário tem que espelhar essa realidade. Fora disso, é criar um sistema político completamente distante da nossa realidade e que entrará em contradição com as aspirações da maioria do povo brasileiro.

Para atingir o objetivo de reduzir o número de partidos, os neoliberais propõem alterações no sistema eleitoral, já que este tem consequências importantes sobre o sistema partidário. Pretende-se adotar no Brasil o sistema distrital misto.

Voto distrital misto

As elites brasileiras estão unidas na defesa da adoção do voto distrital misto, duro golpe lançado contra a democracia. Nesta "canao furada" embarcaram "ingenuamente", também, alguns setores de

Tabela 2 - Composição do Congresso Nacional

Partido	Nº de parlamentares	%
PMDB	120	20
PFL	120	20
PSDB	96	16
PPB	95	16
PT	55	9
PTB	32	5
PDT	28	5
PSB	14	2
PCdoB	10	2
PL	9	2
PPS	3	1
PSD	3	1
PSL	3	1
PV	1	0
PSC	1	0
PMN	2	0
Sem partido	2	0
Total	594	100

Fonte: Secretaria Geral das Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal

partidos progressistas. Perplexos diante das contradições e da crise do capitalismo assim como dos insucessos momentâneos das idéias socialistas, sucumbem à pressão neoliberal. Passam a defender, com atenuantes, estas medidas que visam restringir o espaço das forças progressistas para dar maior estabilidade ao regime.

Para compreendermos melhor a natureza da questão em debate é importante analisarmos a diferença entre os diversos sistemas eleitorais.

O sistema majoritário (distrital) é adotado com variações nos seguintes países: Estados Unidos, Canadá, Austrália, Inglaterra e França. No sistema eleitoral majoritário, o país é dividido em distritos, sendo eleito o candidato mais votado em cada distrito. Este sistema distorce a vontade dos eleitores e reduz drasticamente a representação das minorias, mesmo sendo elas expressivas. Isto porque, por hipótese, um partido que obtenha 51% dos votos em 10 distritos assegura 10 cadeiras no parlamento. Enquanto outro partido que obtiver 49% dos votos não terá nenhuma cadeira.

Tal distorção se expressou, por exemplo, em 1974 na Inglaterra, quando o Partido Liberal obteve 19,3% dos votos e ficou somente com 2,2% das cadeiras na Câmara dos Comuns.

O sistema majoritário tem raízes na concepção medieval da representação territorial. Desde o século XIII os delegados dos conda-

dos eram convocados pelo Rei da Inglaterra para dar seu consentimento aos novos impostos a serem cobrados. A representação majoritária, portanto, é fortemente vincu-

lada à noção de representação territorial. Os deputados representam mais os interesses regionais do que interesses sociais presentes em toda a sociedade.

No sistema proporcional os partidos elegem um número de parlamentares proporcionalmente à quantidade de votos obtidos. Assim, um partido que obtiver 30% dos votos terá aproximadamente a representação de 30% dos parlamentares. Este é o sistema

que vigora no Brasil e é adotado também na Áustria, Suécia, Dinamarca, Islândia, Irlanda, Holanda, Suíça, Finlândia, Israel, Portugal, Bélgica, Noruega, Luxemburgo, Grécia e Espanha.

No sistema eleitoral distrital misto, adotado pela Alemanha, metade dos parlamentares é eleita pelos distritos eleitorais e a outra metade é eleita pelo sistema proporcional. O eleitor vota duas vezes. Uma no candidato do distrito e outra na lista partidária. Lista esta elaborada pelos caciques de cada partido.

No sistema alemão somente os partidos que obtiverem pelo menos 5% dos votos dados na lista ou vencerem no mínimo em 3 distritos, terão representação no parlamento.

Os países que adotaram o sistema proporcional

optaram por esta alternativa após uma longa experiência do sistema majoritário (distrital). São exemplos de substituição do sistema majoritário pelo proporcional: Áustria

(1919), Bélgica (1899), Dinamarca (1918), Finlândia (1906), Suécia (1907) e Suíça (1890).

Na Inglaterra existe um forte movimento pela substituição do sistema majoritário. Lá, os conserva-

dores conquistaram 57% das cadeiras, tendo obtido 42% dos votos, enquanto os liberais-democratas, que receberam 22% dos votos, obtiveram somente 3% dos lugares do Parlamento.

O Partido Trabalhista da Inglaterra,

ao perceber a distorção do processo político provocado pelo sistema eleitoral majoritário, incorporou em seu estatuto a luta pela implantação do sistema eleitoral proporcional.

Entre os países que adotam o sistema distrital puro (Tabela 5, pg. 50), apenas 2 partidos obtêm mais de 5% das cadeiras do parlamento. Tal sistema reforça enormemente o bipartidarismo. Já nos países onde o sistema é proporcional, há um número maior de partidos que conseguem mais de 5% de representação parlamentar. Na Alemanha onde se adota o voto distrital misto somente 3 partidos conseguiram mais de 5% de representantes no Parlamento.

No Brasil o voto distrital foi adotado por cerca de 70 anos durante o Império e a República Velha. A Revolução de 1930, representando um avanço democrático, acabou com o sistema distrital e implantou o sistema proporcional.

Durante o Estado Novo foi restabelecido o voto distrital, numa confirmação de que o voto distrital no Brasil anda de braços dados com o autoritarismo. O sistema proporcional retorna com a democratização do país através da Constituição de 1946.

“Pela cláusula de barreira somente os partidos que obtiverem pelo menos 5% dos votos dados à lista ou vencerem no mínimo em 3 distritos terão representação parlamentar”

A adoção do voto distrital misto representa um sério golpe na democracia brasileira, levando à extinção os partidos menores e à construção de um sistema autoritário de poucos partidos políticos

No regime militar foram feitas várias tentativas para introduzir o voto distrital misto. A Emenda Constitucional nº 22, de junho de 1982, de iniciativa do General Figueiredo, estabeleceu o voto distrital misto; no entanto não foi colocada em prática. Com o fim do regime militar o Congresso Nacional revogou, em maio de 1985, esse entulho autoritário. Isto demonstra que o voto distrital puro ou misto, no Brasil, expressa a concepção política do autoritarismo, enquanto o sistema proporcional representa o avanço democrático.

Discutindo a questão do sistema eleitoral brasileiro o ex-presidente Tancredo Neves fez a seguinte afirmação:

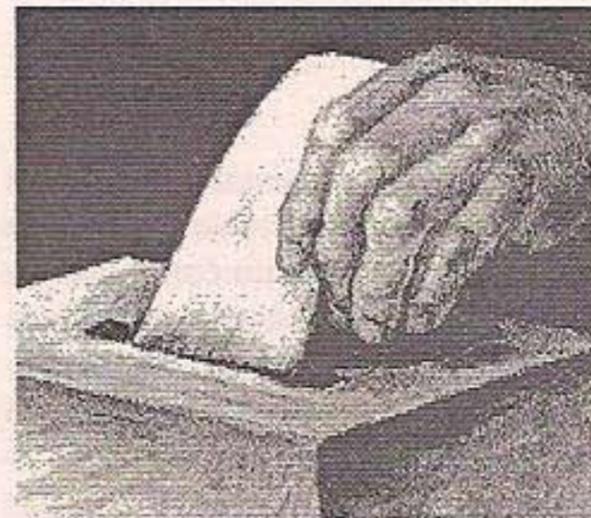
“tenho para mim, com base em minha longa experiência de vida pública, sobretudo encarando o aspecto da realidade sócio-econômica do Brasil, que o sistema proporcional é o único capaz, como instrumento de ação política, de promover a rápida democratização das estruturas e das instituições brasileiras. O sistema proporcional é realmente uma ação política que determina que as resistências reacionárias, conservadoras e imobilistas têm que ceder à pressão das reivindicações populares fazendo com que a História siga sua marcha implacável”⁴.

Os defensores da adoção do voto distrital misto afirmam que ele deve ser implantado no país porque permite uma maior aproximação com o eleitorado, retira o conflito existente entre os candidatos de um mesmo partido e reduz os custos de campanha.

Os argumentos são frágeis e não revelam o objetivo fundamental de sua adoção que é a drástica redução dos partidos políticos com sérias conseqüências para o processo democrático.

Defender tal sistema porque ele aproximaria o parlamentar de sua base não corresponde aos fatos, já que todo parlamentar, por mais votos dispersos que possua, tem sempre uma base fundamental de sustentação de sua candidatura com a qual ele mantém estreitos vínculos. É evidente que o parlamentar representante de grupos econômicos não estará preocupado em se vincular com suas bases até porque sua eleição depende do poder do dinheiro e não do vínculo com seus eleitores.

A questão do conflito entre as candidaturas de um mesmo partido não decorre do sistema eleitoral adotado, mas sim da existência de uma lista aberta de candidaturas, conforme estudo do Professor Jairo Mar-



coni Nicolau (5). No entanto, a adoção de listas partidárias fechadas e dos candidatos distritais trará uma séria disputa interna nos partidos em que os caciques procurarão impor seus candidatos.

Quanto à questão dos custos de campanha, o voto distrital agrava a influência do poder econômico, porque restringe a área de disputa e possibilita que um candidato, com maior volume de dinheiro, possa ali concentrar seus recursos. Sobre o assunto, Tancredo Neves afirmou que no distrito

“com a área eleitoral delimitada, o governo e o poder econômico dispõem de mil e um instrumentos para tornar inelegível e impedir a eleição de um representante do povo que venha a tornar-se incômodo não só para os interesses do governo, como para os interesses do poder econômico nacional”.

Esta é a questão crucial. As elites dominantes não querem parlamentares independentes e, por isto mesmo, incômodos aos interesses do governo e do poder econômico.

O voto distrital misto atenua, mas não soluciona os problemas apresentados pelo voto distrital puro. Ele reduz pela metade o número de cadeiras a serem disputadas pelo sistema proporcional. Restringe as possibilidades eleitorais dos partidos que têm seus candidatos eleitos pelo voto de opinião.

Por outro lado, há uma vinculação política entre o voto do candidato distrital e o voto na lista partidária. Os candidatos distritais e o partido tratarão de fazer esta vinculação.

Tabela 3 – Partidos políticos

País	Nº de partidos	No parlamento	Ano
Alemanha	32	6	1990 (*)
Argentina	26 (32 "MP")	19	1988
França	36 (e + part. reg.)	27	1986
Índia	34 (fora part. reg.)	22	1985
Itália	12 (+ 12 part. reg.)	14	1987
Japão	12 (+ 8 "MP")	9	1986
Portugal	14	4	1987
México	11	9	1985
Espanha	28 (+ 50 part. reg.)	9	1985
Reino Unido	17 (+ 21 "OP")	11	1987
Estados Unidos	20	2	1986
Uruguai	6 (+ 35 "OP")	3	1984

Todos os dados, com exceção de (*), foram retirados do livro "Political Parties of the World", em edição de 1988 que pode ser encontrado na Biblioteca da Câmara dos Deputados. A publicação classifica os partidos em "Parties" (P), *

A adoção do voto distrital misto traz graves conseqüências para o sistema político brasileiro:

1 - Distorce a vontade popular. O resultado do processo eleitoral não expressa a vontade de uma parcela ponderável do eleitorado já que metade das cadeiras serão eleitas pelo voto distrital.

2 - Golpeia o voto de opinião. Cada vez mais a sociedade se expressa através de opiniões que passam o conjunto do país. Assim são as idéias que defendem a soberania nacional, os direitos dos trabalhadores, os direitos das mulheres, dos negros, dos que defendem o meio ambiente. O voto distrital golpeia, portanto, as correntes de pensamento existentes na sociedade que contribuem para o avanço do processo democrático.

3 - Aniquila as minorias. O voto distrital misto é profundamente antidemocrático porque ele se volta contra as minorias. A existência das minorias é parte integrante do processo democrático. Golpear as minorias é cercear a própria democracia, particularmente quando estas minorias representam os interesses da maioria do povo brasileiro.

Tancredo Neves se manifestou favorável ao sistema proporcional porque ele "assegura a representação das minorias. Onde as minorias não se fazem representar ou se fazem representar de forma injusta, inadequada e não correta,

a representação está mutilada, a representação deixa realmente de expressar o que deve significar".

4 - Dificulta a representação das forças populares. Os setores populares que não dispõem de recursos e que têm o voto disperso no con-

junto da sociedade ficarão prejudicados. Com isto haverá uma elitização ainda maior do Parlamento.

5 - Dificulta a eleição de democratas. Todo candidato, de diferentes matizes políticos, que não dispõe de recursos, cuja votação é dispersa em nível estadual, tem sua eleição comprometida. É errôneo imaginar que a adoção deste sistema irá prejudicar somente os candidatos progressistas. Prejudica qualquer político que defende idéias e que não é testa-de-ferro de grupos econômicos.

6 - Regionaliza as eleições afastando dos debates os grandes temas políticos nacionais. As eleições para o Congresso Nacional têm que se voltar para as grandes questões do país e não se restringir apenas em disputas paroquiais e locais.

7 - Fortalece o caciquismo político. A adoção do voto distrital misto debilita o papel dos eleitores e das bases partidárias. Fortalece as cúpulas partidárias que indicarão o candidato no distrito e elaborarão a lista eleitoral.

8 - Agrava a influência do poder econômico. Ao delimitar a eleição a um distrito o sistema permite que o candidato endinheirado gaste um

volume maior de recursos num território bem menor. Por outro lado os candidatos endinheirados terão maiores possibilidades de conseguir lugares destacados nas listas partidárias dos partidos conservadores em decor-

rência do seu poderio econômico.

9 - Cria sérios problemas na divisão dos distritos. A divisão dos Estados em distritos eleitorais será um instrumento a mais nas mãos das elites para favorecer seus candidatos. É ilusória a idéia de que o distrito

"O único objetivo de se proibir a realização de coligações para eleições parlamentares é impedir que se elejam candidatos expressivos de partidos que isoladamente não conseguem atingir o quociente eleitoral"

Tabela 4 - Votação dos partidos para a Câmara Federal em 1994

Partido	% dos votos
PMDB	20,32
PSDB	13,89
PFL	12,86
PT	12,83
PPR	9,39
PDT	7,22
PP	6,95
PTB	5,21
PL	3,51
PSB	2,17
PCdoB	1,24
PSD	0,9
PRONA	0,67
PMN	0,56
PPS	0,55
PSC	0,46
PRP	0,45
PRN	0,4
PSTU	0,16
PV	0,16

Fonte: Tribunal Superior Eleitoral, Estatística das Eleições de 1994.

corresponderá à área de influência de determinado candidato. Isto dependerá do jogo de influências que se dará na definição dos distritos.

Em 1958, quando De Gaulle instituiu o voto distrital na França para beneficiar a direita, formou-se distritos constituídos por bairros de uma grande cidade de tendência oposicionista com a região rural próxima, controlada pelo governo. A manipulação foi tão grande que se criou um distrito para garantir a eleição de Marcel Dassault, o fabricante dos aviões Mirage.

Em síntese, a adoção do voto distrital misto representa um sério golpe na democracia brasileira. Se implantado, leva à extinção os partidos menores e à construção de um sistema autoritário de poucos partidos, deixando uma parcela ponderável da sociedade sem representação política.

Cláusula de barreira

Outro mecanismo que se pretende adotar para elitizar mais ainda a representação política em nosso país é a “cláusula de barreira”. Por esta regra somente os partidos que obtiverem pelo menos 5% dos votos dados à lista ou vencerem no mínimo em 3 distritos terão representação parlamentar. Como se percebe, a combinação do voto distrital com a “cláusula de barreira” conduz a um estrangulamento das minorias no Brasil.

A idéia de introduzir a “cláusula de barreira” na legislação brasileira vem do período do regime militar. O General Médici fez constar na Constituição de 1967 o índice de 10% dos votos válidos como o mínimo que um partido político deveria atingir para permanecer em funcionamento. Na Constituição de 1969 esta cláusula foi reduzida para 5%, tendo sido mantida neste patamar com o pacote de abril de 1978. No entanto, a Emenda Constitucional nº 2, de 22 de junho de

1982, suspendeu sua vigência para a eleição daquele ano.

Se as exigências do artigo 14 da Lei Orgânica dos Partidos Políticos, que estabeleceram a “cláusula de barreira” em 5%, tivessem sido aplicadas nas eleições de 1990, somente 8 partidos teriam tido direito à constituição de bancada na Câmara dos Deputados. Ainda assim estes teriam que satisfazer o segundo critério: ter conseguido votação de no mínimo 2% do eleitorado em 9 estados.

Se tais exigências tivessem sido aplicadas às eleições de 1982 para a Câmara dos Deputados, não teriam assento naquela casa o PDT, PTB e o PT, que obtiveram respectivamente 4,94%, 3,77% e 3,01% dos votos.

O professor Wanderley Guilherme dos Santos, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, afirma que:

“em filosofia política é difícilimo justificar qualquer legislação extinguindo partidos ou impondo barreiras à representação. A pedra fundamental do sistema represen-

tativo estipula que os eleitores não podem transferir a seus representantes senão aqueles poderes que possuem. Entre estes não se incluem o de determinar a eliminação de outros partidos ou de obrigar, à migração partidária, candidatos eleitos por partidos diferentes dos seus. Se se oferecer como pretexto para violência a falha de alcançar algum patamar de votos, então a violência tem nome: tirania da maioria no primeiro caso; estelionato eleitoral no segundo”.

Proibição das coligações proporcionais

Este é outro mecanismo que, combinado com o voto distrital misto e a “cláusula de barreira”, formam o conjunto de medidas tendentes a golpear as minorias e a democracia.

O único objetivo de se proibir a realização de coligações para eleições parlamentares é impedir que se elejam candidatos expressivos de partidos que isoladamente não conseguem atingir o quociente eleitoral.

Como se sabe, na legislação atual, os eleitos não são necessariamente os mais votados. Mas, sim, os mais votados do partido ou da coligação que fizer o quociente eleitoral. E o quociente eleitoral é definido contando inclusive os votos em branco.

A contagem dos votos em branco para definir o quociente eleitoral é um casuismo existente somente na legislação eleitoral brasileira. Seu objetivo é dificultar que os partidos menores atinjam o quociente eleitoral e assim elejam seus representantes.

A decisão de coligar ou não é uma decisão política. Nenhum partido está obrigado a se coligar, seja nas eleições majoritárias ou proporcionais. Se por uma ou outra razão esta coligação não é do interesse de determinado partido basta que ele decida livremente não se coligar.

Tabela 5 – Voto distrital misto

País	Sistema eleitoral	Partidos que atingiram 5% dos votos
Alemanha	Misto (Prop/Maj)	3
Austrália	Majoritário	3
Áustria	Proporcional	3
Bélgica	Proporcional	6
Canadá	Maj. distrital	4
Dinamarca	Proporcional	5
Estados Unidos	Maj. distrital	2
Finlândia	Proporcional	6
França	Maj. Distrital	4
Holanda	Proporcional	7
Itália	Proporcional	5
Japão	Maj. distrital	4
Inglaterra	Maj. distrital	2
Suécia	Proporcional	5
Suíça	Proporcional	5
Brasil	Proporcional	4 (86)M

O inadmissível é querer incorporar uma proibição legal às coligações proporcionais. O objetivo desta medida é dificultar, ao máximo, a representação parlamentar dos pequenos partidos.

As lideranças dos grandes partidos, em particular o Deputado João Almeida, do PMDB/BA, pretenderam introduzir a proibição das coligações proporcionais na legislação eleitoral

que regulamentou as eleições municipais de 1996. Não conseguindo plenamente seu objetivo, incorporaram ao texto da lei inúmeras dificuldades para a coligação proporcional. Dentre elas destacam-se a obrigatoriedade de coligação na majoritária, quando coligado na proporcional, e a manutenção do mesmo número de vagas para a disputa das eleições parlamentares, em caso de coligação proporcional. O resultado prático destas medidas: criar maiores dificuldades para as coligações proporcionais. Mas os defensores do golpe contra as pequenas legendas anunciam que a proibição completa de coligações proporcionais deverá ser adotada na chamada reforma política.

É inacreditável também que membros de partidos progressistas estejam adotando este conjunto de teses que se voltam contra a democracia e contra as forças populares.

Fidelidade partidária e voto facultativo

Sob a alegação de que é necessário assegurar a coesão partidária defende-se hoje a perda de mandato do parlamentar que não seguir a orientação partidária. Em primeiro lugar há que se destacar que a coesão partidária decorre da unidade

política em torno de um programa claramente definido. É esta unidade que assegura a coesão de um partido. As medidas tendentes a assegurar a disciplina interna do partido devem ser reguladas pelos estatutos de cada agremiação e não

por uma norma que interfira no livre funcionamento partidário.

Por outro lado, cabe ressaltar que a proposta de perda de mandato, em decorrência do parlamentar não

ter seguido a orientação partidária, é uma pena excessivamente severa até porque se o parlamentar deve explicações ao seu partido ele também as deve ao seu eleitorado. E diante desta contradição, ele poderia ser obrigado a fazer uma opção de ficar contra o seu eleitorado, seguindo uma orientação partidária que fere os interesses do povo.

Quanto ao voto facultativo, há que se levar em conta as condições concretas de nosso país. Não estamos num país altamente desenvolvido e com um grau de formação cultural e política elevados. Em sociedades deste tipo o exercício da cidadania, através do voto, deixa de ser uma obrigação para ser um direito que o cidadão procura exercer em seu interesse.

Nas condições concretas do Brasil a adoção do voto facultativo teria como consequência uma redução grande do número de eleitores. E o que é mais grave, ampliaria a influência do poder econômico no processo eleitoral.

Os candidatos endinheirados procurarão atrair o eleitor para votar às custas do poder do dinheiro. Isto agravará, em muito, as distorções inerentes ao processo político.

Por isto mesmo, a adoção do voto facultativo, ao invés de ampliar a democracia, irá atrofiá-la, reduzin-

Tabela 6 - Deputados federais eleitos em 1994 - por profissão

Profissão/Atividade	Total
Empresário (urbano/rural)	166
Advogado	102
Médico	56
Engenheiro	37
Economista	24
Professor	23
Servidor público	13
Jornalista	14
Administrador	10
Bancário	8
Pastor	5
Operário	5
Radialista	5
Odontólogo	4
Contador	4
Sociólogo	4
Estudante	4
Padre	2
Arquiteto	2
Juiz	2
Trabalhador rural	2
Assistente social	1
Militar	2
Geólogo	1
Técnico agrícola	1
Enfermeira	1
Comerciário	1
Desportista	1
Publicitário	1
Pedagoga	1
Químico	1
Sexóloga	1
Técnico Industrial	1
Petroquímico	1
Vigilante	1
Petroleiro	1
Delegado de polícia	1
Ferrovário	1
Sem dados	3
Total	513

Fonte: Boletim do DIAP, outubro de 1994.

do em muito o número de cidadãos participantes no processo político.

Reforma democrática do Estado

A crítica à reforma política apresentada pelos setores neoliberais não significa uma concordância com a atual estrutura do Estado brasileiro. O problema não está em reformar ou não reformar, mas sim em reformá-lo para ampliar ou para restringir a democracia.

Uma questão-chave na democracia é a soberania popular. A democracia se exercita, de fato, quando o povo tem mecanismos eficientes para expressar sua vontade.

O Estado brasileiro é elitista, representativo das minorias. A maioria da sociedade, os trabalhadores, têm uma representação inexpressiva nas instituições políticas brasileiras. Basta analisar o número de representantes dos trabalhadores no Congresso Nacional (Tabelas 6, pg. 51, e Tabela 7, pg. 52).

A democratização do país, portanto, se expressa pela criação de

mecanismos que ampliem a representação política do conjunto da sociedade no Estado brasileiro.

Vários fatores contribuem para que haja uma distorção do processo político brasileiro, limitando a representação das maiorias sociais transformadas em minorias políticas. Um deles é a influência do poder econômico no processo eleitoral.

Os grupos econômicos financiam as candidaturas e com isto garantem o perfil da maioria da representação parlamentar. Para reduzir a dependência da representação política, em relação ao poder econômico, torna-se necessário adotar medidas no sentido de combater a influência do poder do dinheiro no processo eleitoral. Torna-se imprescindível o estabelecimento de limites para os gastos com campanha, obrigando a divulgação das fontes financiadoras.

Outro fator de grave distorção é a manipulação da mídia em favor dos candidatos que representam grupos econômicos. Os meios de comunicação recebem concessão do poder público. Em decorrência disto o Estado tem o direito e o dever de estabelecer normas disciplinadoras da difusão do processo político, assegurando a veiculação das idéias diferenciadas existentes na sociedade, não somente nos horários eleitorais.

É inaceitável que tais meios sejam utilizados meramente para obter fontes de lucro, pouco contribuindo para a formação cultural e política do povo. Torna-se indispensável a democratização neste setor. A influência dos meios de comunicação, e em particular da Rede Globo de Televisão, na formação da cons-

ciência das pessoas condiciona seriamente todo o processo político.

É indispensável combater a tentativa de acabar com o horário elei-

toral gratuito, importante conquista democrática. Os concessionários dos meios de comunicação querem liquidar com o horário para aumentar os seus lucros e manipular livremente a consciência dos cidadãos. No Brasil além dos meios de comunicação serem total-

mente livres para fazer sua programação, eles não pagam praticamente nada pela concessão recebida.

É necessário estabelecer diretrizes para a atividade dos meios de comunicação, particularmente no período das campanhas eleitorais, com a adoção de medidas rigorosas para que tais meios não favoreçam alguns candidatos em detrimento de outros.

A adoção do voto em branco para definir o quociente eleitoral é outro casuismo antigo. Não se conhece exemplo na legislação de outros países do mundo em que o voto em branco seja contado para definir o quociente eleitoral. O resultado disto é que a contagem do voto branco eleva em muito o quociente eleitoral e impede que partidos pequenos elejam seus candidatos.

Até 1988 as Constituições brasileiras não tratavam da questão dos votos válidos. Ao incluir a eleição em dois turnos, a Constituição de 1988 definiu que os votos nulos e brancos não são votos válidos para as eleições dos candidatos a presidente, governador e prefeitos de cidades de mais de 200 mil habitantes. Com isto criou-se uma situação absurda em que no mesmo sistema eleitoral o voto branco é válido pa-

A crítica à reforma política apresentada pelos setores neoliberais não significa uma concordância com a atual estrutura do Estado brasileiro. O problema não está em reformar ou não reformar, mas sim em ampliar ou restringir a democracia

Tabela 7 – Composição do Senado Federal - por profissão

Profissão/Atividade	Total
Empresário	23
Advogado	21
Engenheiro	9
Economista	7
Professor	6
Médico	4
Jornalista	3
Servidor público	2
Jornalista	14
Antropólogo	1
Bancário	1
Delegado de polícia	1
Sociólogo	1
Veterinário	1
Mestre-de-obras	1
Total	81

Fonte: Folha de S. Paulo, Olho no Congresso, 31 de janeiro de 1995.

ra a contagem do quociente eleitoral para as eleições parlamentares e não é válido para as eleições majoritárias referidas.

O pano de fundo desta questão é, evidentemente, político. Tal mecanismo favorece os partidos maiores que se beneficiam das sobras eleitorais dos partidos ou coligações que não atingem o quociente eleitoral.

A retirada do voto branco, na definição do quociente eleitoral, é uma importante medida no sentido de aperfeiçoar o sistema eleitoral proporcional no país.

Temos que fazer reformas, mas para aprofundar a democracia, para combater a influência do poder econômico e para limitar a influência dos meios de comunicação no processo político.

Os fatos comprovam que está em curso um grave atentado contra a democracia no Brasil.

O povo brasileiro, sabedor do caráter antinacional, anti-social e antidemocrático das reformas, necessita se mobilizar para impedir o retrocesso de tão graves consequências para o país.

De imediato, a questão-chave é a luta contra a reeleição, ponta-de-lança da reforma política antidemocrática. A vitória, neste terreno, será de grande importância para a luta geral contra o projeto neoliberal.

As forças democráticas necessitam se unir com amplos setores da sociedade para lutar contra a reeleição do Presidente da República e contra a reforma antidemocrática do Estado brasileiro. É necessário defender as conquistas políticas in-

corporadas na Constituição de 88 e lutar por uma reforma democrática do Estado brasileiro.

ALDO ARANTES é deputado federal pelo PCdoB/GO.

Notas

(1) *Jornal Sete Dias da Semana*, de 8 de outubro de 1996, Brasília-DF.

(2) BORON, Atílio A. *Estado, Capitalismo e Democracia na América Latina*, Paz e Terra.

(3) SANTOS, Wanderley Guilherme dos. *Retorno: Máscaras Institucionais do Liberalismo Oligárquico*, Ópera Nostra.

(4) Modelos Alternativos de Representação Política no Brasil e Regime Eleitoral, 1821/1921, *Cadernos da UnB*, Pronunciamento de Tancredo Neves em setembro de 1980.

(5) NICOLAU, Jairo Marconi. *Sistema Eleitoral e Reforma Política*, Foglio.



REVISTA AVANCES MÉDICOS DE CUBA

Conheça a medicina avançada que se pratica em CUBA lendo a revista AVANCES MÉDICOS, dirigida por um conselho científico sob a coordenação do Ministro da Saúde Pública.

Assinatura anual (4 edições): R\$ 30,00 (inclui correio)

Número avulso: R\$ 7,50

Preencha o cupom abaixo e anexe seu cheque nominal à EBRADIL.

NOME _____

ENDEREÇO _____

CIDADE _____ ESTADO _____ CEP _____



DISTRIBUIDOR NO BRASIL

Ebradil – Livros Portugueses

Rua Genebra, 161 - Bela Vista

Tel.: (011) 606-0877 e 604-1748 - Fax: 232-2071

CEP 01316-010 - São Paulo - SP

Solicite
catálogo

Vietnam: o tigre prepara outro salto

Para prevenir os riscos representados para a manutenção do socialismo, o Congresso apontou a direção da economia como a tarefa central e a construção do partido como a tarefa chave

ALDO REBELO

Certa vez, falando ao jornalista norte-americano David Schoenbrunn, Ho Chi Minh referiu-se a resistência de seus compatriotas ao colonialismo francês como a um combate entre um tigre e um elefante: “se o tigre parar, o elefante o transpassará com suas possantes presas. Mas o tigre jamais parará, e o elefante morrerá de exaustão e hemorragia”¹.

O 8º Congresso do Partido Comunista do Vietnam, realizado no início de julho, em Hanói, e ao qual tive a honra de assistir como representante do Partido Comunista do Brasil, atualiza os passos do incansável tigre, festejando um feito singular: o partido dirige a segunda economia que mais cresce na Ásia – 9,5% em 1995 – logo depois da China, por sinal outro país que persiste no caminho socialista.

Em um mundo capitalista que assiste estarecido e impotente ao declínio das taxas de crescimento, quer nas nações industrializadas,

quer nos países da periferia submetidos à brutalidade da estabilização neoliberal, as realizações econômicas do Vietnam e da China merecem atenção e destaque.

Enquanto Brasil, Argentina, México e outras vítimas do receituário do Banco Mundial e FMI naufragam no desemprego, aumento da marginalização social e vêem suas economias destroçadas a pretexto da manutenção da moeda estável e inflação baixa, a experiência vietnamita alerta que pode haver um caminho para o desenvolvimento com equilíbrio social, moeda confiável e inflação sob controle.

Os vietnamitas empenham-se, hoje, em reconstruir sua pátria devastada por três guerras sucessivas de agressão, movidas pelo Japão, pela França e pelos Estados Unidos. A resistência heróica e prolongada do povo vietnamita terminou com a derrota americana em 1975 e a reunificação nacional em 1976.

O país enfrentou uma grave crise econômica e social no final dos anos 70 e no começo dos 80, em parte por causa das dificuldades herdadas do período da guerra e em parte pela aplicação mecânica dos modelos de construção do socialismo, conforme reconheceu o Partido Comunista em 1986, no 6º Congresso, iniciando um

movimento de retificação, aprofundado após a derrota do Socialismo no Leste Europeu e na União Soviética.

O modelo de forte centralização burocrática foi substituído por uma orientação mais flexível que, preservando a direção do Partido Comunista, a hegemonia do setor socialista da economia e os planos quinquenais, adotou mecanismos de mercado e promoveu uma abertura controlada a investimentos privados, principalmente estrangeiros, ou como eles próprios denominam no Informe Político do Comitê Central ao 8º Congresso “economia mercantil com vários componentes, movendo-se segundo o mecanismo de mercado sob a gestão do Estado”².

O acelerado ritmo de crescimento entre 1991 e 1995 – taxas médias anuais de 8.2% na produção global, de 13.3% na indústria, de 20% nas exportações e de 27% na produção de alimentos – tornou o país capaz de garantir o abastecimento alimentar de sua população de 70 milhões de habitantes e ainda exportar excedentes de arroz, inclusive para o Brasil.

Ao mesmo tempo, o combate à inflação obteve êxitos invejáveis, sem cobrar do país e do povo os elevados custos sociais dos programas de estabilização tão conhecidos dos povos da América Latina. A taxa de inflação que chegou a

“Renovar não significa mudar de objetivo socialista, mas ter uma concepção mais justa do socialismo e realizar este objetivo através de formas, passos e medidas apropriadas”

(Relatório ao 8º Congresso)

alcançar 774.7% em 1986 foi baixando gradativamente para 67.4% em 1990, 67.6% em 1991, 17.6% em 1992, 5.2% em 1993, 14.4% em 1994 e 12.7% em 1995, índices absolutamente aceitáveis, considerando a elevada taxa de crescimento do país no mesmo período³.

Uma apreciação dos resultados do plano quinquenal 1991-1995 evidencia as vitórias alcançadas e responde com um exemplo prático como a intervenção de um estado comprometido com os interesses populares pode fazer mais pelo povo do que a mão invisível e interesseira do mercado (tabela 1).

Os números, porém, não rebaixam o senso crítico e autocrítico dos vietnamitas em relação às suas debilidades. Eles reconhecem as dificuldades de gestão nas empresas estatais, reduzidas de aproximadamente 12 mil em 1990 para algo próximo de 6 mil em 1995. Essa redução, longe de significar a abdicação do Estado do papel dirigente na economia, apenas evidencia uma reorientação para se concentrar nos setores considerados estratégicos – eletricidade, petróleo, telecomunicações, informática, indústria naval, bancos, seguros. Ao mesmo tempo a indústria de manufaturados, alimentos, cerâmicas e artesanato perdem prioridade na ação estatal.

As estatísticas oficiais registram ainda que a participação do setor estatal no PIB apresenta uma tendência a diminuir, passando de 67.5% em 1990 a 59.8% em 1994. O governo e o partido não acham essa tendência lógica, mas apenas o reflexo das dificuldades das empresas estatais em explorar suas potencialidades. Acreditam que a melhoria nos mecanismos de gestão, principalmente a qualificação de mão-de-obra, ajudará na retomada da expansão do setor estatal no conjunto da economia.

Embora o último plano quinquenal (1991-1995) tenha criado uma média de um milhão de empregos/ano, o desemprego permanece como uma questão social dramática para milhões de vietnamitas da cidade e do campo.

Os dirigentes do Estado manifestam preocupação com o desenvolvimento da infraestrutura. Os bombardeios norte-americanos, principalmente no Norte, deixaram o país praticamente sem pontes e com as malhas rodoviária e ferroviária destruídas. Mesmo quinze anos após o fim da guerra, o trabalho de reconstrução não está terminado e constitui grave inibição aos investimentos e ao desenvolvimento.

A cidade de Hao Long, situada na baía do mesmo nome, tem tudo para se transformar em um dos grandes pólos turísticos da Ásia. A baía com suas três mil pequenas ilhas serviu de cenário para boa parte do filme Indochina. Mas o hotel que hospedou a estrela francesa Catherine Deneuve obtém taxas muito baixas de ocupação.

Questionado sobre as razões de tanto potencial desaproveitado o responsável local do partido respondeu que os turistas não podem ser trazidos para um local que não dispõe de um aeroporto internacional nem de acesso fácil por fer-

rovia ou rodovia. Tão logo seja possível, acrescentou, os investimentos serão realizados para tornar Hao Long um lugar irresistível aos olhos dos turistas de todo o mundo.

As esperanças do dirigente de Hao Long não devem estar muito longe da concretização, pelo menos a considerar as taxas de investimento na economia em relação ao PIB, que saltaram de 15.8% em 1990 para 27.6% em 1995. Os números são alentadores se cotejados

Marc Riboud



com as taxas de investimento de 15% do PIB do Brasil, e ainda que guardando uma relativa distância dos 37.2% alcançados pela Coréia do Sul e 39.7% por Cingapura.

Os avanços sociais também têm sido significativos, a ponto do Unicef, organismo das Nações Unidas para a infância, colocar o Vietnã em segundo lugar numa lista de países que adotaram programas eficientes de proteção às suas crianças.

A parcela de famílias abaixo da linha de pobreza caiu de 55% em 1989, para 20% em 1993. Vai ficando distante a imagem desoladora de milhares de vietnamitas em frágeis botes à deriva fugindo das dificuldades econômicas no ápice da crise de final dos anos 70 e início dos anos 80. Nos pronunciamentos dos dirigentes durante o Congresso, esses migrantes são tratados como parte do povo e a eles é feito o mesmo apelo para o esforço comum de reconstrução nacional.

Tabela 1 - Resultados do Plano Quinquenal 1991-1995 (Média anual)

	Previsto	Realizado
Crescimento do PIB (%)	5,5 - 6,5	8,2
Valor da produção agrícola (%)	3,7 - 4,5	5,4
Valor da produção industrial (%)	7,5 - 8,5	13,5
Valor das exportações (bilhões de dólares)	12 - 15	17,0
Valor das importações (bilhões de dólares)	16	22,1
Produção de víveres (MT)	24 - 25	27,5
Produção de eletricidade (bilhões de kWh)	15 - 16	14,7
Produção de petróleo bruto (MT)	7,0 - 8,0	7,7
Produção de aço em 1995 (1000 T)	270 - 300	380
Produção de cimento em 1995 (MT)	4,0 - 4,5	5,8
Taxa de crescimento da população (%)	1,87	2,0

Fonte: Bureau Central des Statistiques - Vietnam

Com apenas 30% de sua população residindo nas cidades, o vietnamita reserva um respeito especial ao trabalho no campo. É motivo de orgulho ter alguém da família no cultivo da terra, e o governo tem feito todo o esforço para levar ao campo escolas, assistência médica e melhorias que tornem a vida rural menos difícil.

As terras férteis cortadas por rios caudalosos e a posição estratégica de seu imenso litoral debruçado sobre o mar da China e o golfo do Sião tornaram o Vietnã uma atraente presa para a cobiça estrangeira ao longo de sua história. Invasores mongóis e chineses precederam as recentes ocupações do país pela França, Japão e Estados Unidos. Eis porque os vietnamitas são tão ciosos de sua independência e exigentes nos cuidados com a defesa de sua soberania e com a preparação de suas forças armadas.

O museu das forças armadas em Hanói exibe nos jardins o Mig 21 que, pilotado por um vietnamita, derrubou 14 gigantescos bombardeiros B52 dos agressores americanos. Lá também pode-se ver os destroços dos aviões inimigos abatidos, a bateria de canhões que primeiro chegou a Dien Bien Phu na derrota francesa de 1954, além do tanque que entrou no palácio presidencial de Saigon em 1975.

Engana-se quem confundir este zelo com qualquer espírito belicista. Ao contrário, os vietnamitas são portadores de um elevado espírito internacionalista e uma curiosidade sem par em relação ao mundo. Nas províncias, inúmeros dirigentes manifestaram diversificado e surpreendente conhecimento do nosso país, de sua geografia e economia, do mesmo modo que um grande número de meninas e meninos cam-

poneses lembraram o nome de astros de nossa seleção de futebol e das telenovelas brasileiras.

Ho Chi Minh, fundador do Partido Comunista e do moderno Vietnã, viveu quase trinta anos fora do país, percorreu continentes, visitando inclusive o Brasil, sendo recebido pelo pintor Di

Cavalcanti⁴. Ele via na luta de libertação do Vietnã não apenas a realização do patriotismo do seu povo mas a contribuição que ela representava para a causa comum da humanidade contra o colonialismo, a opressão e a barbárie.

Apesar do bloqueio norte-americano, mantido até recentemente, o Vietnã estabeleceu relações diplomáticas com aproximadamente 160 países e relações comerciais com cerca de 100 países, recebendo de pelo menos 50 deles algum tipo de investimento.

No Congresso de Hanói, pude ouvir, além dos pronunciamentos dos partidos comunistas de vários países, o comovente discurso da representante do Partido Social-Democrata da Suécia, que evocou o assassinato do ex-primeiro ministro Olaf Palme e sua posição crítica à agressão norte-americana.

Como pode um pequeno país como o Vietnã resistir ao cerco ideológico, político e econômico de um mundo dominado pelos valores do mercado? Que desafios vencer e dificuldades superar? Que concessões fazer e que linha imaginária traçar como limite na defesa das conquistas revolucionárias?

O 8º Congresso faz grave advertência:

“As forças hostis ao socialismo e à independência nacional dirigem sempre seu ataque contra o Partido. Suas manobras usuais consistem em falsificar a história, rene-

“Encarar a verdade de frente, apreciá-la com justeza e dizê-la com nitidez”

(Relatório ao 8º Congresso)

gar as conquistas revolucionárias assim como os sacrifícios e os méritos dos comunistas, exagerar os erros e insuficiências do Partido, exigir o exercício dos direitos do homem e da democracia segundo a concepção burguesa, a despoliticização do aparelho do Estado, o pluralismo e o multipartidarismo, com vistas a apagar o papel dirigente do Partido. Eles se servem dos oportunistas, dos renegados políticos ou dos elementos degenerados em qualidade e em moral para dividir o Partido, enfraquecê-lo e sabotá-lo em seu seio”.

Com a finalidade de prevenir os riscos representados para a manutenção da construção do socialismo, o Congresso apontou a direção da economia como a tarefa central e a construção do Partido como a tarefa chave.

Para impedir os danos causados pela burocratização, o Partido se esforça para ampliar a democracia socialista no país, aperfeiçoar o estado de direito, criticando e punindo a violação dos direitos do povo por parte de dirigentes partidários e funcionários do Estado.

Conscientes de que os tempos atuais ensejam perigos e desafios a Conferência Nacional do Partido realizada em 1994 advertiu contra os quatro grandes riscos: o perigo de cair no atraso econômico mais acentuado em relação aos outros países da região; o desvio da orientação socialista, o burocratismo e a corrupção.

A julgar pelas convicções manifestadas por dirigentes e militantes da tribuna do 8º Congresso e pela conhecida disposição de luta e trabalho da nação indochinesa, os quatro grandes perigos serão vencidos para a merecida alegria de um dos povos mais resolutos e sacrificados da história contemporânea. (tabela 1)

ALDO REBELO é deputado federal pelo PCdoB/SP.

Notas

(1) LACOUTURE, Jean; *Ho Chi Minh*, pg. 132; Nova Fronteira, RJ, 1977.

(2) Informe Político do Comitê Central ao 8º Congresso do Partido Comunista do Vietnam, tradução direta do francês de Duarte Pereira.

(3) *Economie Du Vietnam, Dix Annees de Renovation*, Bureau Central des Statistiques.

(4) CAMPOS, Roberto; *Lanterna na Poça*, pg. 838, Topbooks, RJ, 1994.

Bibliografia de referência

Ho Chi Minh. Organizadora: Maria Helena Alvarez, coleção Grandes

Cientistas Sociais. São Paulo: Ática, 1984.

LLOYD, Dana Ohlmeyer. *Ho Chi Minh*. Nova Cultural, 1987.

RUSSEL, Bertrand. SARTRE, Jean-Paul. DIDJER, Vladimir. *Estados Unidos no Banco dos Réus*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1970.

LACOUTURE, Jean. *Ho Chi Minh*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1977.

Informe Político do Comitê Central ao 8º Congresso do Partido Comunista do Vietnam, tradução do francês de Duarte Pereira.

Economie Du Vietnam, Dix Annees de Renovation, par Le Van Toan, directeur général, Bureau Central des Statistiques.

Os assassinos de My Lai

Entre os dias 2 e 10 de maio de 1967, em Estocolmo, na Suécia, reuniu-se o Tribunal Internacional de Crimes de Guerra, presidido pelos filósofos Bertrand Russel e Jean-Paul Sartre, nas presidências honorária e executiva, respectivamente, com o objetivo de levar ao banco dos réus os Estados Unidos pelos crimes de guerra praticados contra o povo do Vietnam.

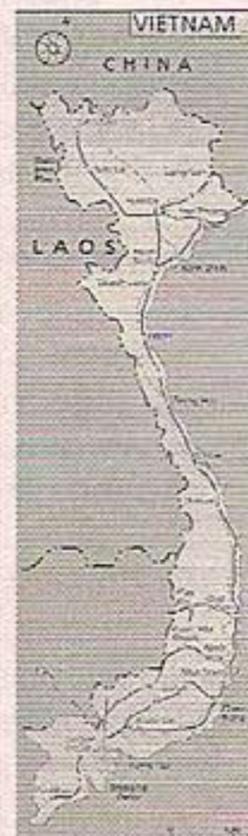
O Tribunal proferiu sua sentença ao final das deliberações, condenando, por unanimidade, o governo dos Estados Unidos por “crime de genocídio contra o povo do Vietnam; por uso ou experimento de armas proibidas pelas leis de guerra; tratamento proibido pelas leis de guerra imposto aos prisioneiros; e por tratamento desumano, pela lei internacional, em relação a população civil”.

Em My Lai, pequena aldeia vietnamita, soldados e oficiais norte-americanos executaram friamente centenas de camponeses desarmados (maioria de velhos, mulheres e crianças). A denúncia do episódio comoveu o mundo, mas até hoje, ao contrário dos criminosos nazistas, nenhum dos facínoras de My Lai foi submetido a julgamento público por um tribunal internacional.

A destruição de 70% da capacidade produtiva do Vietnam pelos intensos bombardeios, a ruína dos campos de cultivo pelo uso de desfolhantes químicos (agente laranja), os 55 mil jovens norte-americanos mortos e 300 mil feridos ao lado de 1,5 milhão de vietnamitas mortos e milhões de mutilados, permanecem como uma mácula hedionda na história recente dos Estados Unidos.

“Agora temos um problema: tornar nossa força digna de crédito e o Vietnam parece ser o lugar”, disse o presidente John F. Kennedy logo após a fracassada invasão de Cuba (Baía dos Porcos), em 1961. Kennedy não viveu para testemunhar os crimes que premeditara, bem como o retumbante fracasso de seu império assassino.

Hoje há quem imagine e fale que o mundo mudou e esta época está superada. Engano! A centopéia imperialista tem muitas pernas para correr atrás de seus objetivos: a guerra comercial, o monopólio tecnológico, a política financeira de soterramento das economias nacionais. Mas lá, no ventre do monstro, a máquina de guerra permanece intacta, à espreita da ação.



Contradições na dialética e na lógica formal

A contradição dialética não é uma contradição lógica. Ela apenas aparece como tendo a forma de uma contradição lógica

ERWIN MARQUIT

A categoria da contradição continua a ser objeto de muita discussão entre os materialistas dialéticos. Ao mesmo tempo, o papel central que a filosofia marxista-leninista designa a essa categoria é um dos principais alvos de crítica por parte dos adversários do materialismo dialético.

Uma área específica de discussão (e crítica) diz respeito à relação entre as contradições dialéticas e as contradições na lógica formal. Alguns marxistas sustentam a idéia de que as contradições dialéticas objetivas aparecem como contradições lógicas em nossos pensamentos a respeito do mundo. Essas contradições lógicas são reflexões absolutas e adequadas da realidade objetiva ou são formas específicas de reflexão que resultam inevitavelmente dos limites intrínsecos dos poderes humanos de reflexão. Entretanto, outros sustentam que as contradições lógicas nunca são reflexões adequadas às contradições dialéticas objetivas. Enquanto essas são, talvez, as posições mais comumente encontradas, pode-se ainda encontrar uma série de outras opiniões na literatura.

Este artigo irá, portanto, discutir algumas características gerais sobre a categoria das contradições dialéticas, suas formas objetivas e subjetivas, assim como sua relação com a contradição na lógica for-

mal. Será argumentado que as contradições lógicas devem ser o resultado de erros de lógica ou de inadequadas reflexões subjetivas das contradições objetivas. Daremos atenção particular às contradições dialéticas objetivas que são expressas na forma de contradições lógicas, mas que não são contradições lógicas *no conteúdo*. A nossa opinião será de que a análise de Narski sobre essas formas antinomiais de expressão das contradições dialéticas é a maior contribuição à resolução dos problemas lógicos que surgiram em conexão com elas.

Apesar da primeira parte da discussão parecer, por vezes, elementar, e de que resumos mais minuciosos a respeito das contradições dialéticas e das leis da dialética estejam disponíveis nos livros básicos sobre o materialismo dialético, o autor sentiu que seria útil apresentar aqui um resumo capaz de esclarecer a distinção entre dialética objetiva e subjetiva.

A categoria da contradição

Na dialética materialista, as *categorias* são os conceitos filosóficos mais básicos, e portanto não podem ser definidos separadamente de maneira fechada – do contrário, não seriam os conceitos mais básicos. O significado de uma catego-

ria deve ser elaborado por meio da investigação de sua inter-relação com outras categorias e por meio das leis que a abrangem.

Na literatura da dialética marxista, o termo *contradição* é utilizado para denotar a interpenetração de opostos dialéticos em sua unidade, assim como os próprios opostos. *Opostos dialéticos* são caracterizados por meio de duas especificidades: eles estão reciprocamente condicionando e reciprocamente excluindo. Reciprocamente condicionando significa que a existência de um pólo de um par de opostos está condicionada pela existência do outro pólo do par. O conceito de uma carga *positiva* surge apenas porque ele produz o conceito oposto, carga *negativa*. Dois tipos diferentes de cargas elétricas foram necessários para justificar a força de atração entre cargas diferentes (ou outros efeitos que dependem da polaridade da carga). Dessa maneira, a fonte dos conceitos de condicionamento recíproco das cargas positivas e negativas é a existência objetiva de dois tipos de cargas tendo a relação dialética objetiva caracterizada pelo conceito, o que significa que a simples designação de símbolos polares como “+q” ou “-q” não expressa em si essa relação dialética. A designação deve ser acompanhada por alguma inter-relação teórica como a lei de Cou-

lomb ou por uma descrição teórica menos desenvolvida, como

$$\begin{aligned} + - &= \text{força de atração} \\ ++ &= -- = \text{força de repulsão} \end{aligned}$$

Massas gravitacionais não são identificadas como positivas ou negativas porque todos os pares de massas conhecidos são associados a uma força de atração gravitacional. Isso não significa, obviamente, que massas gravitacionais não possuem interconexões dialéticas. A teoria geral da relatividade, por exemplo, expressa a relação dialética entre inércia e gravidade. Estamos, portanto, em contradição dialética, lidando com dois opostos interpenetrantes, cada um dos quais produz o outro. Essa impossibilidade de separação dos opostos é expressa no termo *unidade dos opostos*.

Para que duas características sejam opostas elas devem ter algo em comum e devem ser a causa uma da outra. Por exemplo, a carga positiva e a carga negativa são ambas cargas elétricas; os números +1 e -1 são ambos inteiros; tanto o dia como a noite correspondem a orientações da superfície da Terra em relação ao Sol.

Podemos denominar essas características comuns dos opostos como identidade *na diferença*.

Um segundo traço dos opostos dialéticos é a sua exclusividade recíproca na relação de um ao outro. Assim como a unidade dos opostos representa condicionamento recíproco e identidade, a exclusividade recíproca de opostos representa a sua diferença como pólos extremos ou opostos, como negativos um do outro.

Todos os opostos surgem dialeticamente em um processo de condicionamento recíproco e recíproca exclusão. De qualquer modo, isso não significa que os opostos sempre conservem uma relação constante de um para com o outro. Tendo uma vez surgido em algum

sistema, os dois pólos do par de opostos podem se tornar relativamente isolados um do outro, de maneira que a sua interpenetração não deva ter mais importância alguma. Um par de elétrons positivos e negativos produzidos em uma interação de partículas elementares pode se tornar, por exemplo, fisicamente bastante distante um do outro. A *dialética* ingênua, isto é, a simples enumeração de opostos sem uma investigação detalhada a respeito da interação entre eles não conduzirá a nenhuma compreensão dos processos que estão ocorrendo no sistema. Assim, a expressão *opostos dialéticos* é aplicada a opostos que permanecem ativamente interconectados e que constituem uma unidade dentro de um dado objeto ou fenômeno.

Estaremos discutindo brevemente as contradições dialéticas como sendo a mola propulsora para a mudança. Porém a própria mudança constitui, também, uma unidade de opostos. De modo mais geral, um sistema que atravessa uma mudança está se tornando algo que ele não era e está deixando de ser o que era. De um jeito ou de outro, uma mudança representa a transformação de um objeto ou sistema em seu oposto dialético; um processo chamado de negação dialética (apesar de esse termo ser também utilizado para se referir à relação entre quaisquer dois opostos dialéticos).

O conceito de negação dialética não pode ser aplicado mecanicamente. A necessidade de compreender como esses opostos se interpenetram pode ser ilustrada por meio do que se segue. Estudantes nos cursos de materialismo histórico, ao se tornarem conscientes da sucessão das principais formações sócio-econômicas – comunismo primitivo, escravidão, feudalismo, capitalismo, comunismo – geralmente perguntam: “O que vem depois do comunismo?” Não existe resposta a essa

pergunta sem uma compreensão do condicionamento recíproco dos opostos dialéticos e do processo de negação dialética. A categoria de formações sócio-econômicas surge a partir da distinção entre as relações de cooperação e assistência mútua nas sociedades não exploradoras e as relações de subordinação e dominação que estão associadas à sociedades divididas em classes. Essas últimas são caracterizadas pela posse privada dos meios de produção. A posse social dos meios de produção é a negação dialética da posse privada dos meios de produção. Uma vez que o comunismo alcançado e o conflito entre posse privada e posse social dos meios de produção transformado em história, a categoria de formação sócio-econômica adquire apenas uma significação histórica. Enquanto as formas de relações de cooperação e assistência mútua continuarem a se desenvolver, a questão da posse dos meios de produção não será mais relevante para a questão do desenvolvimento social. A formação

comunista e as formações exploradoras cessam de se interpenetrar como opostos dialéticos, e não ocorrem mais negações dialéticas envolvendo esse tipo de contradição.

Contradições e as leis da dialética

O significado das contradições dialéticas como categoria filosófica é aprofundado ainda mais pela maneira como elas integram as leis da dialética. Para serem devidamente compreendidas, as leis da dialética devem ser consideradas hierarquicamente conectadas, e não como leis separadas de permanência equivalente.

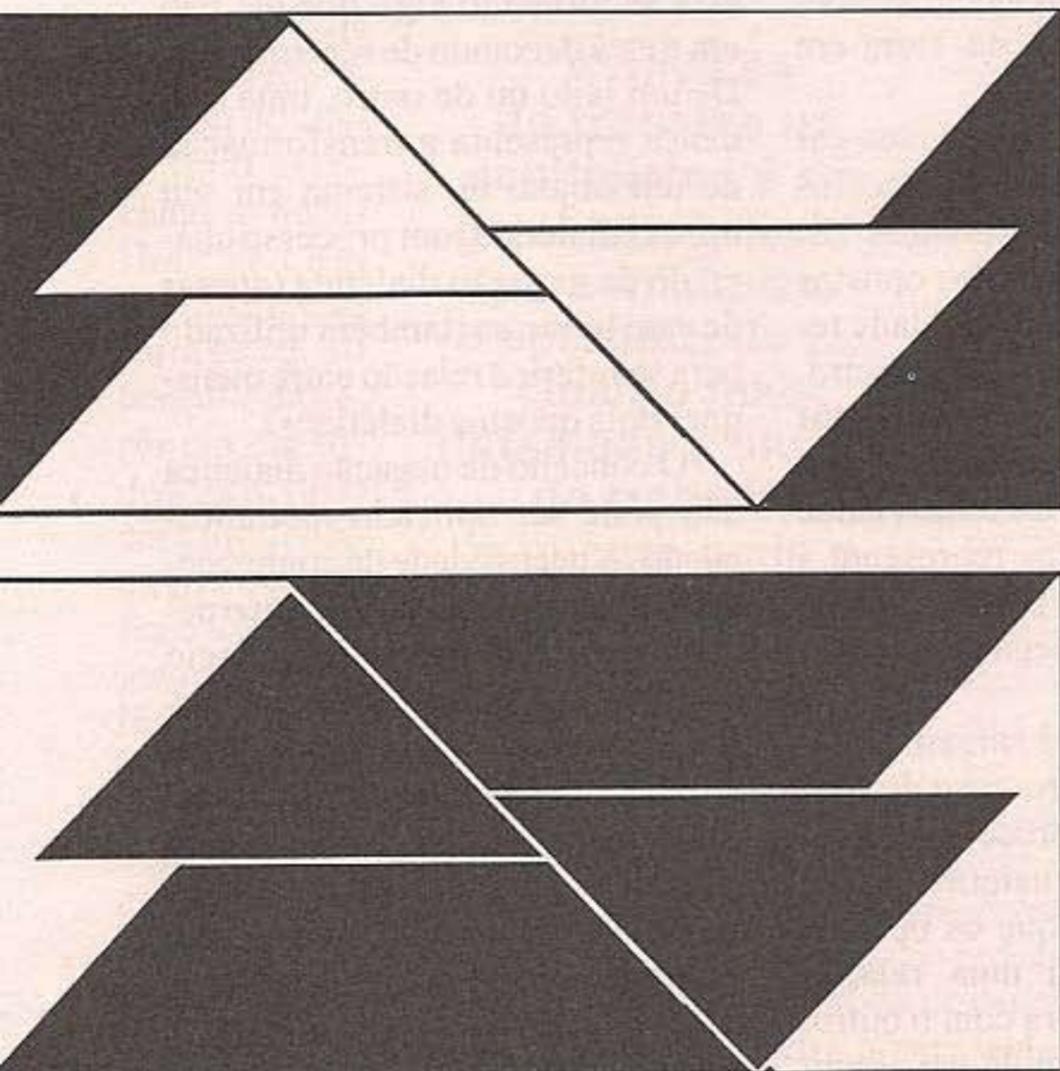
Lei zero. A lei da conexão universal¹

Todas as coisas estão conectadas a todas as outras em uma infinidade de conexões. A lei da conexão universal é a base para o conceito dialético-materialista da unidade do mundo e da cognoscibilidade do mundo. Qualquer exceção da conexão

universal significa a existência de algum segmento da realidade objetiva não conectado com mais nada e, portanto, não existindo nenhum fenômeno a ele associado. Tal aspecto seria até mais etéreo do que a kantiana impossibilidade de conhecimento da coisa em si. A lei da conexão universal é, ao mesmo tempo, uma afirmação dialética a res-

peito da relativa independência das coisas e dos processos², visto que o mesmo conceito de conexão das coisas e dos fenômenos sugere também sua separação relativa. Isso nos permite romper temporariamente com os vínculos de conexão para partirmos para uma análise detalhada de um sub-segmento do mundo. Tal investigação deve ainda indicar as conseqüências do rompimento desses vínculos, assim como as conseqüências de sua restauração. Aqui também reside, a qualquer momento, uma das fontes do papel aproximado do nosso conhecimento.

A lei da conexão universal dá origem a uma objeção metodológica fundamental para o conceito popperiano da falseabilidade como critério para uma teoria científica. Sob esse critério, uma teoria é dita como sendo falsificada quando ocorre uma contradição lógica entre o comportamento observado e aquele previsto pela teoria. Como ambos os lados de uma contradição lógica devem ser completamente simétricos, tal critério necessita, para sua aplicação, do isolamento completo e absoluto de qualquer sistema material adotado por tal teoria. A lei da conexão universal afirma que tal isolamento não pode nunca ser completo, mas deve ter sempre um caráter relativo. Por outro lado, o caráter relativo do isolamento não deve ser utilizado como argumento contra a utilidade de se buscar contradições lógicas entre a teoria e a observação. Devido à relatividade da independência, a suposição teórica da completa separação introduzirá um elemento de aproximação e qualquer conclusão teórica deverá levar em conta esse elemento de aproximação. Porém ocorre com freqüência dificuldade para fixar o efeito desse elemento de aproximação, de modo que as contradições entre o comportamento previsto e o realizado servem para estimular o



desenvolvimento posterior da teoria. Mais tarde retomaremos essa questão.

Lei 1. A lei da transformação das mudanças quantitativas em mudanças qualitativas e vice-versa

Mudanças quantitativas que precedem mudanças qualitativas parecem ser o processo geral mais simples. Apesar da simplicidade aparente, a conexão dialética entre as mudanças quantitativas e qualitativas está sempre presente. Qualquer mudança quantitativa provém de uma mudança qualitativa, ao mesmo tempo, as mudanças quantitativas resultam em mudanças qualitativas. O crescimento quantitativo da temperatura da água em um vaso é um resultado da adição de energia térmica produzida através da transformação da substância de uma forma a outra (por exemplo, por meio da combustão química). Mudanças na temperatura da água podem sempre conduzir a algum efeito físico qualitativo (desencadeando um controle termostático, fervendo, etc.).

A relação entre quantidade e qualidade é aquela dos opostos relativos. Por exemplo, o número 2 estabelece uma identidade quantitativa entre os pares de objetos de qualidades diferentes. Refere-se a uma posição em seqüência ordenada entre conjuntos de objetos de qualidades diferentes. Dessa maneira, a quantidade destrói a qualidade e ainda preserva um aspecto do objeto ou do conjunto de objetos. Por essa razão, Hegel caracterizou a quantidade como uma *qualidade sublocada*, isto é, qualidade negada. A lei da transformação de mudanças quantitativas em mudanças qualitativas expressa a transformação de um pólo, a quantidade, em seu

oposto dialético, a qualidade, e vice-versa. A transformação qualitativa domina a caracterização do processo, já que é a qualidade que, no fundo, distingue um dado sistema ou objeto de outros sistemas ou objetos. Ela é um produto das contradições dentro do objeto ou sistema e dos processos provenientes dessas contradições.

Lei 2. A lei da unidade e a luta dos opostos

A primeira lei revela o vínculo necessário entre os aspectos quantitativos e qualitativos em qualquer processo de mudança. A segunda lei revela o papel das contradições como a mola em qualquer processo. Em sua conexão dialética como uma unidade e luta de opostos, as contradições representam aspectos opostos e tendências que se afirmam e se negam reciprocamente. A unidade e a interpenetração dos opostos, enquanto constituintes da mola por trás da mudança são, também, a base para a estabilidade relativa de qualquer sistema material. Conseqüentemente, a análise de qualquer processo requer a investigação de um número de níveis de unidades e luta de opostos.

Apesar de um ou mais conjuntos de opostos serem responsáveis pela estabilidade relativa do sistema, não significa necessariamente que os opostos constituam um equilíbrio estático ou um equilíbrio de forças

As contradições dialéticas envolvem formas objetivas e subjetivas

e tendências. O comportamento específico ou desenvolvimento posterior de um sistema pode ser decisivamente formado por mudanças nas intensidades relativas dos opostos, ou por meio da intensidade crescente

de novas contradições desenvolvidas dentro do sistema. O crescimento da força das classes trabalhadoras na sociedade capitalista é um exemplo

daquele, enquanto o crescimento das relações capitalistas de produção em uma sociedade feudal é um exemplo deste.

A lei 1 pode ser vista como um caso particular da lei 2. Isso, porém, não elimina a necessidade de se ter a lei 1 como uma das leis fundamentais da dialética materialista, já que a lei 1 forma a base para a operação da lei 2, enquanto, ao mesmo tempo, constitui uma expressão particular da lei 2. Considere, por exemplo, o problema da estabilidade de um sistema em relação à unidade dialética dos dois opostos dialéticos: *forma e conteúdo*. A física nuclear trata de um problema desse tipo quando considera o efeito da absorção de nêutrons lentos na estabilidade do núcleo. Em um modelo comumente usado, cada núcleo é considerado como sendo constituído de um certo número de prótons e de um certo número de nêutrons. Se um nêutron adicional é absorvido, o resultado dessa mudança quantitativa no número de nêutrons será um isótopo estável, um isótopo radioativo, ou será a quebra do núcleo via uma fissão nuclear. O que ocorrer vai depender do modo como a forma vai se ajustar ao conteúdo quantitativamente modificado.

Toda ciência deve ser capaz de compreender as conseqüências das mudanças quantitativas na operação da lei da unidade e na luta dos opostos. Não poderá haver compreensão científica a respeito da operação das leis da unidade e da luta dos opostos em qualquer tronco dado da ciência sem um estudo das conseqüências das mudanças

Na literatura da dialética marxista o termo contradição é utilizado para denotar a interpenetração de opostos dialéticos em sua unidade

quantitativas nessa unidade e nessa luta. Essa mesma idéia está refletida na idéia de Marx de que a ciência não é realmente desenvolvida até que tenha aprendido a fazer uso da matemática³.

Lei 3. A lei da negação da negação

Essa lei expressa dois aspectos da mudança governada por leis. Isso proporciona um guia para as consequências da operação da lei 2 por meio da caracterização das mudanças resultantes da lei 2 como uma negação dialética. Isso expressa, também, o processo interminável da mudança como sucessões de negações dialéticas e assim forma a base para o conceito dialético materialista de desenvolvimento progressivo.

A lei 3 afirma a universalidade do desenvolvimento e mostra como esse desenvolvimento procede.

Se (como o resultado das mudanças qualitativas) a dominância de um oposto polar é transferida para um outro, a mudança é claramente caracterizada como negação. A transferência para a dominância de um subsistema ou tendência em um sistema é sempre uma mudança qualitativa, que pode levar a um processo relativamente rápido ou do tipo avalanche, no qual são resolvidas outras contradições e novas contradições aparecem. Em determinados tipos de estrelas, por exemplo, o depauperamento do combustível termonuclear ao longo de alguns bilhões de anos dá origem à dominância de forças gravitacionais, como resultado das estrelas passarem por um rápido colapso gravitacional, no qual os processos ou estruturas que poderiam ocorrer no estado anterior podem agora se desenvolver e levar à formação de

uma estrela de um tipo inteiramente novo. O crescimento numérico da classe trabalhadora na sociedade capitalista leva, eventualmente, à possibilidade da classe trabalhadora adquirir a dominância na superestrutura. Tal dominância se expressa por meio da transferência revolucionária do poder do Estado para essa classe e que, por sua vez, elimina a base econômica existente na sociedade por meio da abolição das relações capitalistas de produção, e, depois disso, a sociedade entra numa fase de desenvolvimento socialista. Tais saltos qualitativos representam processos nos quais ocorrem

uma ou várias negações dialéticas, até que surge uma forma mais estável, própria para o novo conteúdo do sistema – isto é, para as novas contradições mais importantes que caracterizam o novo sistema.

Desse modo, podemos notar que a lei 3, a lei da negação da negação, é uma afirmação de uma interminável sucessão de mudanças governadas por leis, por meio do processo da negação dialética. A lei da negação da negação engloba tanto a lei 1 como a lei 2, enquanto, ao mesmo tempo, a lei 1 é uma expressão particular da lei 2.

A lei 2 representa o papel principal na dialética materialista. Isso indica a importância das contradições como fonte do movimento (usamos o termo *movimento* como uma categoria filosófica para qualquer mudança ou processo).

De acordo com a visão dialética o movimento é o produto da unidade e da luta dos opostos. O movimento é *automovimento*. Vyakkerev chama de contradição a “essência do automovimento” e sugere depois que “automovimento é uma contradição existente ou o modo de existência na contradição⁴”.

Contradições subjetivas e objetivas

As contradições surgem nas esferas da natureza, da sociedade e do pensamento. Em nossa discussão, até este ponto restringimos nossos exemplos a contradições objetivas na natureza e na sociedade, isto é, a contradições que existem independentemente da nossa consciência sobre elas. Nesta altura da discussão, é importante dirigir a atenção para o fato de que muitos dos exemplos aqui utilizados são exemplos tradicionais a respeito das contradições dialéticas citados nos clássicos do marxismo-leninismo. Estes e outros exemplos foram selecionados de áreas que não têm

sido associadas a controvérsias sobre o relacionamento entre dialética e lógica formal. Isso não sugere, porém, que a discussão das páginas anteriores se aplique apenas às esferas da natureza e da sociedade, e não à do pensamento, mas que existem vastas áreas das esferas da natureza e da sociedade nas quais as

contradições dialéticas têm sido analisadas sem ser levantada a questão das contradições lógicas. A relação entre trabalho assalariado e capital, por exemplo, é um exemplo clássico de uma unidade dialética e da luta dos opostos. Isso nos levaria a considerar a contradição entre trabalho assalariado e capital como uma contradição lógico-formal.

Salvo poucas exceções, os exemplos de contradições dialéticas usados para investigar a relação entre dialética e lógica formal são retirados das discussões de Hegel, Engels e Lênin (especialmente em conexão com o paradoxo da flecha de Zenão) sobre o movimento, e de algumas afirmações de Marx dadas em forma antinomial, como: o capital “deve ter sua origem tanto na circulação como na não-circulação”. As discussões controvertidas sobre esses exemplos envolvem, invariavelmente, a questão das contradições na esfera do pensamento, especialmente, mas não apenas, no processo de cognição, onde as contradições lógicas geralmente surgem em conexão com a reflexão subjetiva da realidade objetiva. No mundo da natureza, as contradições são claramente contradições objetivas. No mundo social temos que lidar não apenas com relações sociais objetivas e materiais, mas também com as consequências da consciência social, de maneira bastante diversa da do mundo da natureza. Portanto, vamos discutir brevemente

“A conexão das coisas e dos fenômenos sugere, também, sua separação relativa”

a questão das contradições subjetivas e objetivas na esfera social, antes de focarmos nossa atenção na esfera do pensamento.

No mundo social, as contradições que residem na base do processo de desenvolvimento social são contradições materiais objetivas, visto que as leis do desenvolvimento social são igualmente independentes da nossa consciência sobre elas. Isso não significa que algumas contradições objetivas

não possuam sua fonte em contradições subjetivas, mas sim que a fonte máxima dessas contradições subjetivas reside nas contradições materiais que existem na fase específica do desenvolvimento social. Por exemplo, as políticas colaboracionistas de classe exercidas pelos líderes social-democratas dos sindicatos nos países capitalistas são deliberadamente alimentadas pela burguesia e refletem os interesses objetivos da mesma. Esses interesses objetivos estão diretamente ligados às contradições objetivas entre a burguesia e a classe trabalhadora, contradições que existem independentemente da consciência humana. A contradição entre a ideologia burguesa e a ideologia da classe trabalhadora nos sindicatos é, assim, uma reflexão subjetiva da contradição material básica da sociedade capitalista. Uma contradição subjetiva dessa espécie pode ser objetivada em formas materiais na superestrutura, por exemplo, por meio da criação de instituições materiais como sindicatos ou partidos da classe trabalhadora sob liderança da direita. Tais instituições materiais dão origem a contradições objetivas, com as instituições servindo aos interesses reais da classe trabalhadora (por exemplo, os Partidos Comunistas). Todavia, a fonte delas está nas contradições subje-

tivas surgidas das contradições objetivas da sociedade capitalista.

A distinção entre as contradições objetivas e as subjetivas deve permanecer clara, pois geralmente surge uma certa confusão sobre o significado de *subjetivo e objetivo* no domínio do pensamento. Nossas idéias a respeito do mundo são reflexões subjetivas sobre o mundo objetivo.

“No pensamento abstrato, o subjetivo é simplesmente o oposto do objetivo; para o pensamento historicamente e concretamente orientado, porém, o subjetivo e o objetivo formam uma unidade dialética.... O conhecimento adquirido por meio do humano historicamente concreto é sempre uma unidade de momentos subjetivos e objetivos⁶.”

Eles são objetivos na medida em que representam uma reprodução adequada do mundo objetivo e são subjetivos na medida em que contêm elementos de idealização, aproximação e distorção da realidade objetiva. A expressão *contradições subjetivas* se refere a contradições originárias desses momentos subjetivos na reflexão da realidade objetiva.

O assunto que estaremos tratando a seguir é o das contradições lógicas, que são contradições subjetivas no pensamento e, assim sendo, não podem ser reflexões objetivas das contradições objetivas na realidade objetiva.

Lógica formal e realidade objetiva

Lógica formal e realidade objetiva

Nosso interesse nas contradições no pensamento surge do papel que tais contradições representam na aquisição do conhecimento sobre o mundo objetivo, e as consequências desse conhecimento para as esferas objetivas e subjetivas da atividade humana.

Para nossa proposta, será suficiente limitar a discussão sobre as contradições na lógica formal e na

lógica de dois valores. O método de lidar com essas contradições na lógica dos dois valores ajusta-se às leis da lógica clássica: uma coisa não pode ser o contrário de si própria (lei da não-contradição) e uma coisa não pode ser ao mesmo tempo e na mesma consideração ela própria e o seu contrário (lei do terceiro excluído).

Essas teses da lógica clássica, juntamente com a lei da identidade (uma coisa é idêntica a si mesma) e alguns outros princípios, formam a base do pensamento dedutivo. À medida que um objeto pode ser considerado inalterável, isto é, à medida que se pode dizer que um objeto tem um estado bem definido, a lógica clássica afirma que qualquer descrição do objeto ou qualquer conclusão deduzida a respeito do objeto não pode violar tais leis.

Porém nenhum objeto material ou sistema de objetos é absolutamente inalterável. Para descrever objetos (nós incluiremos um sistema de objetos dentro desse conceito) que, na realidade, estão sempre passando por alguma mudança, ge-

ralmente fazemos uso de dois tipos de reduções para se ter uma idéia aproximada dos objetos enquanto eles estão se modificando.

Uma tal redução é para ver o objeto como um todo, seja em movimento, seja quando esteja passando por alguma mudança em relação aos outros objetos

à sua volta. Dessa maneira, o objeto é simplesmente sobreposto ao seu meio ambiente sem interagir nele ou influenciá-lo de alguma forma. Podemos comparar isso ao modo como uma personagem é mostrada em um desenho animado, ao mover-se em um pano de fundo inalterado. Essa maneira de se mover destrói essencialmente a unidade de um objeto com o seu meio ambiente, na medida em que o coloca artificialmente fora do seu meio ambiente e mantém o último inalterado.

Um segundo tipo de redução é considerar o objeto como sendo composto de um certo número de

partes, algumas das quais atravessam mudanças em relação a alguma ou a todas as outras. Essa redução em vigor vê o movimento ou a mudança como uma sucessão de estados de repouso. Isso é atingido por meio da destruição da unidade de um objeto consigo mesmo, por meio da redução do objeto à soma de suas partes, isto é, por meio da identificação do

objeto com tal soma, em vez de tê-lo como um todo integrado.

Qualquer descrição material do estado de um sistema como uma função do tempo representa implicitamente um desses tipos de redução. Tais reduções são, logicamente, necessárias para qualquer tratamento

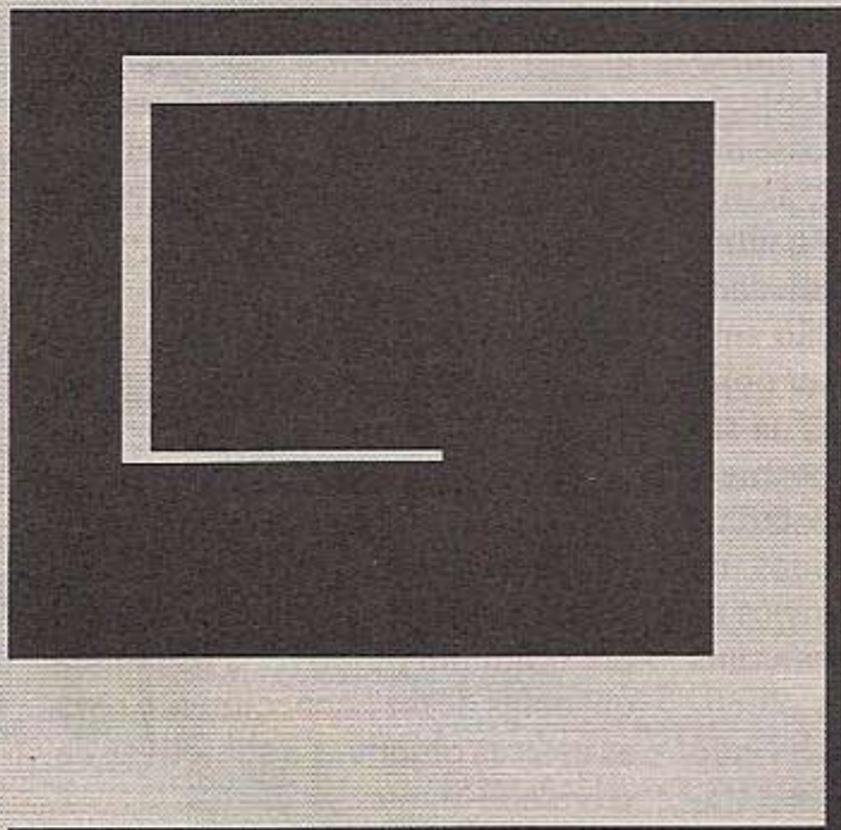
matemático dos sistemas em movimento e levam a resultados frutíferos em nossa aquisição do conhecimento. É um erro, todavia, absolutizar essa redução e tirar seus resultados como uma representação totalmente exata do sistema, em vez de reconhecer seus resultados como um estágio na aquisição do conhecimento do sistema objetivo. “O que cria a dificuldade é sempre o pensamento avulso”, escreveu Hegel, “visto que ele põe de lado os momentos de um objeto, os quais estão realmente unidos em sua separação”. Ou, como disse Lênin: “Não podemos imaginar, expressar, medir e representar o movimento, sem interromper a continuidade, sem simplificar, vulgarizar, desmembrar, estrangular aquilo que está vivendo”.

No mecanismo clássico, uma partícula movente é vista como tendo uma posição unicamente definida a cada instante. Assim, no caso unidimensional, por exemplo, expressa-se o valor da posição coordenada x em termos de alguma função do tempo $f(t)$:

$$x = f(t)$$

Agora, sabemos, que a representação do movimento de uma partícula em termos de uma trajetória se constitui em uma reflexão adequada da realidade apenas quando os efeitos mecânico-quânticos podem ser negligenciados, e que essa representação, no domínio atômico, tem de ser abandonada pela maioria das análises.

“A relação entre quantidade e qualidade é aquela dos opostos relativos”



Isso não significa que a lógica formal não se aplique mais à mecânica quântica do microcosmo. Na mecânica quântica, o movimento das micro-partículas ainda é descrito em função de uma sucessão de estados de repouso. Esses estados de repouso não são, todavia, tidos como valores únicos das coordenadas de posição. Mas, sim, como funções de estados

unicamente determinadas, que possuem valores bem definidos, porém geralmente distintos, para cada coordenada x a qualquer instante do tempo. Se, portanto, obtivermos, em duas derivações diferentes, duas funções diferentes de estado não triviais para uma situação física que é exatamente a mesma em todos os casos, concluiremos que foi feito um erro lógico não permissível em pelo menos uma das derivações.

Exemplos geralmente citados nos clássicos da literatura dialética – do que, à primeira vista, aparece como sendo uma contradição lógica – são os comentários de Hegel e, seguindo ele, Engels no paradoxo de Zenão, da flecha que, ao efeito do arco em movimento, está e não está, ao mesmo tempo, no mesmo lugar. Como se sugeriu acima, e é discutido em detalhes em outro lugar⁹, a representação do movimento de um objeto em função de uma sucessão de posições espaciais deve ser considerada como uma aproximação. Como uma consequência, qualquer discussão da violação da lei do terceiro excluído é obscurecida por essa questão da aproximação.

Todavia, a afirmação de Hegel (e conseqüentemente também a de Engels) pode ser mais comumente expressa na forma: *Um objeto mutável, ao mesmo tempo, existe em um estado dado e não no estado*

dado. Estamos tratando aqui não exatamente com uma contradição lógica. Geralmente ocorre que o aspecto dialético do mundo objetivo e os processos que ocorrem nele são enfaticamente descritos em afirmações que parecem tomar a forma de contradições lógicas.

Não poderá haver compreensão científica a respeito das leis da unidade e da luta dos opostos sem um estudo das conseqüências das mudanças quantitativas nessa unidade e nessa luta

A natureza dessas oposições lógicas tem sido convincentemente analisada em detalhes por Narski¹⁰. Em seu estudo detalhado sobre a natureza da produção capitalista, Marx expressava, com freqüência, as contradições dialéticas objetivas de forma antinomial. Como Narski apontou, as maiores contribuições teóricas de Marx não foram apenas por meio do seu uso de antinomias, mas pela demonstração de como elas seriam resolvidas.

Enquanto tais antinomias na realidade tomam a forma de contradições lógicas, elas não deveriam ser consideradas como sendo contradições lógicas, como contradições que ocorrem em teorias logicamente inconsistentes no caso de um conflito entre um comportamento teoricamente projetado e um comportamento realizado.

Nesses casos, uma correção da teoria elimina a contradição. No caso da antinomia uma investigação profunda nos leva a uma compreensão mais rica a respeito das contradições dialéticas que dão origem à antinomia, mas as afirmações lógicas aparentemente contraditórias permanecem válidas. Isso tem relação com o fato de a contradição (antinomia) não ser realmente uma con-

tradição lógica, mas apenas aparecer como tendo a forma de uma contradição lógica. Os atributos contraditórios não são contraditórios ao mesmo respeito ou não ocorrem simultaneamente. Em sua formulação, as antinomias não expõem explicitamente a falta de preenchimento das condições para uma contradição lógica.

O caráter antinomial da afirmação de que um objeto mutável existe, ao mesmo tempo, em um estado dado e em um estado não dado pode ser ilustrado considerando-se um núcleo radiativo. Fenomenologicamente, isso parece estar em um estado, e depois da deterioração se encontrará em algum outro estado. O núcleo radiativo está em sua essência em um processo de transição. As duas formas fenomenais podem ser unidas apenas ao se tomar a essência como algo fundamental, isto é, ao considerar a mutação como uma característica principal do seu estado essencial. Uma contradição lógica não surge. Isso é o que reside no coração da afirmação de Hegel de que a dificuldade está em pensamentos avulsos que separam momentos que na realidade estão unidos. É uma pena que esse aspecto do trabalho de Hegel esteja obscurecido pela sua crítica unilateral da lógica formal, como Narski tão claramente demonstrou.

A chave para a compreensão dos opostos é o exame do seu conteúdo dialético. No exemplo acima, a solução da antinomia não reside

“Automovimento é uma contradição existente ou o modo de existência na contradição”

no abandono do conceito de *estado do núcleo*, mas na compreensão do seu conteúdo dialético. Uma vez que estamos conscientes de estar lidando com dois níveis diferentes do conceito de *estado* – um nível em que se proporciona uma descrição adequada de certas propriedades do

núcleo, como o número de prótons, o número de nêutrons e a massa, e o nível em que não ocorre um único estado¹¹ —, torna-se claro que a descrição antinomial da deterioração do núcleo é uma contribuição ao nosso conhecimento sem ser uma contradição lógica.

No seu livro *Lógica dialética*, E. V. Ilyenkov utilizou uma série de antinomias

retiradas dos estudos econômicos de Marx, visando sustentar a idéia de que as contradições lógicas no pensamento podem ser reflexões de tais contradições na realidade objetiva. Dessa forma, utilizando as análises de Marx sobre o valor de uso e o valor de troca de uma mercadoria, Ilyenkov, na verdade, assume o ponto de vista de que a essência e o fenômeno são exemplos de duas contradições reciprocamente exclusivas, que existem simultaneamente sob o mesmo ângulo¹². Seu argumento se desenvolve como segue: a essência e o fenômeno são opostos reciprocamente exclusivos. A essência é intrínseca ao objeto. Os fenômenos associados ao objeto são reflexões externas da sua essência e, portanto, existem sob o mesmo ângulo, na medida que eles se referem à essência do mesmo objeto. Por isso, a essência e o fenômeno são opostos reciprocamente exclusivos que existem simultaneamente sob o mesmo ângulo.

Para lidar com esse conceito, devemos examinar o que se quer expressar por meio da expressão *sob o mesmo ângulo*.

Ao discutir as contradições dialéticas, Stiehler observa que ambos os pólos de uma contradição dialética têm suas raízes nas condições concretas da existência dos dois opostos e, portanto, as contradições dialéticas representam uma relação de três termos¹³. O que Stiehler quer dizer com isso pode ser prontamen-

te ilustrado por um exemplo de Marx: “Assim como o capital pressupõe o trabalho assalariado, o trabalho assalariado pressupõe o capital. Eles se condicionam reciprocamente um ao outro; eles ocasionam reciprocamente um ao outro”¹⁴. O terceiro termo representa, obviamente, as forças de produção, visto que o trabalho assalariado e o capital,

os dois lados das relações de produção, referem-se ao modo como as forças de produção são postas em movimento. No caso da essência e do fenômeno, vamos fixar nossa atenção na consideração de algum objeto material. O terceiro termo seria o objeto em seu meio ambiente. Pode-se dizer que um objeto possui uma essência apenas no caso de possuir alguma estabilidade relativa ao seu meio ambiente, ou seja, relativa às mudanças do seu meio ambiente. O aparecimento do objeto é o resultado da interação do objeto com o seu meio ambiente. Modificações no meio ambiente originam mudanças no fenômeno, originadas da sua interação. Por isso, a superfície de um objeto pode parecer vermelha na luz vermelha, e preta na luz violeta. É por meio de uma investigação do fenômeno que somos con-

duzidos ao conhecimento da essência. A série de fenômenos que devem ser investigados para se determinar a essência de qualquer nível particular de reflexão adequada é determinada pela essência. Nesse sentido, devemos afirmar que a essência é primária ao fenômeno, e que o fenômeno constitui uma reflexão da essência, e

não o contrário. A essência é, assim, associada ao lado estável de um objeto frente a possíveis modificações do meio ambiente, enquanto que os fenômenos são associados à essência específica, à natureza potencialmente variável das interações entre o objeto e o meio ambiente. Se considerarmos o sistema como algo constituído de um objeto (dentro) e do meio ambiente (fora), podemos, então, considerar, com base nesse sistema, que o fenômeno conduz do meio ambiente para dentro da essência do objeto, enquanto a essência, condicionada pelo meio ambiente, conduz para fora do fenômeno. Essas direções (ou “respeitos”) têm uma existência objetiva e encontram sua reflexão no processo de cognição por meio do movimento correspondente do pensamento: da essência ao fenômeno e do fenômeno à essência. Nem na realidade objetiva, nem no pensamento, as duas categorias dialeticamente opostas, essência e fenômeno, constituem uma contradição lógico-formal.

O fato das contradições lógicas não aparecerem dentro de um objeto e das contradições dialéticas serem essenciais à existência do objeto pode dar origem à idéia de que as contradições lógicas são contradições mediadas pelo objeto, sendo, portanto, contradições indiretas,

enquanto que as contradições dialéticas não possuem intermediários — são contradições diretas.

Como já observamos anteriormente, Stiehler apontou que as contradições dialéticas envolvem

um relação de três termos. Todavia, uma contradição lógica também envolve uma relação de três termos, apesar disso poder ser obscu-

“As contradições surgem nas esferas da natureza, da sociedade e do pensamento”

As maiores contribuições teóricas de Marx não foram apenas por meio do seu uso de antinomias, mas pela demonstração de como elas seriam resolvidas

recido pelo erro de olhar a lei da identidade de uma maneira dialética. Consideremos uma contradição lógica expressa na forma de uma conjunção de A e $não-A$. O predicado A , porém, necessita de um portador, isto é, algo que seja caracterizado por A . A lei da identidade simplesmente identifica esta “coisa” também como A (A é A), considerando que essa identidade, se não é para ser tautológica, deve indicar a identidade na diferença. Assim, a afirmação *uma rosa é vermelha* também implica que existem coisas que são vermelhas e que não são rosas, e que chamar alguma coisa de *uma rosa* não significa automaticamente que todas as coisas vermelhas sejam rosas. Podemos, dessa forma, concluir que as contradições lógicas e as contradições dialéticas não devem ser encontradas na ausência de um terceiro termo.

Na esfera do pensamento, as contradições lógicas são freqüentemente encontradas em certos níveis do processo de cognição. Elas podem resultar de erros lógicos não detectados previamente no desenvolvimento da teoria ou da natureza basicamente aproximada das representações teóricas da realidade objetiva onde o grau de precisão necessário não é mais adequado para o aspecto da realidade objetiva que está refletido na teoria. No caso do primeiro, o erro lógico é claramente uma contradição subjetiva. Sua eliminação se dá completamente dentro do domínio do pensamento. De maneira similar, as contradições lógicas que surgem quando as propriedades projetadas ou o comportamento previsto na base de uma dada representação teórica da realidade objetiva não concordam com as propriedades observa-

das ou com o comportamento de um sistema material são também contradições subjetivas, visto que a aquisição do conhecimento nunca começa a partir de um vácuo – ela é sempre construída baseada em

“Na esfera do pensamento as contradições lógicas são freqüentemente encontradas em certos níveis do processo de cognição”

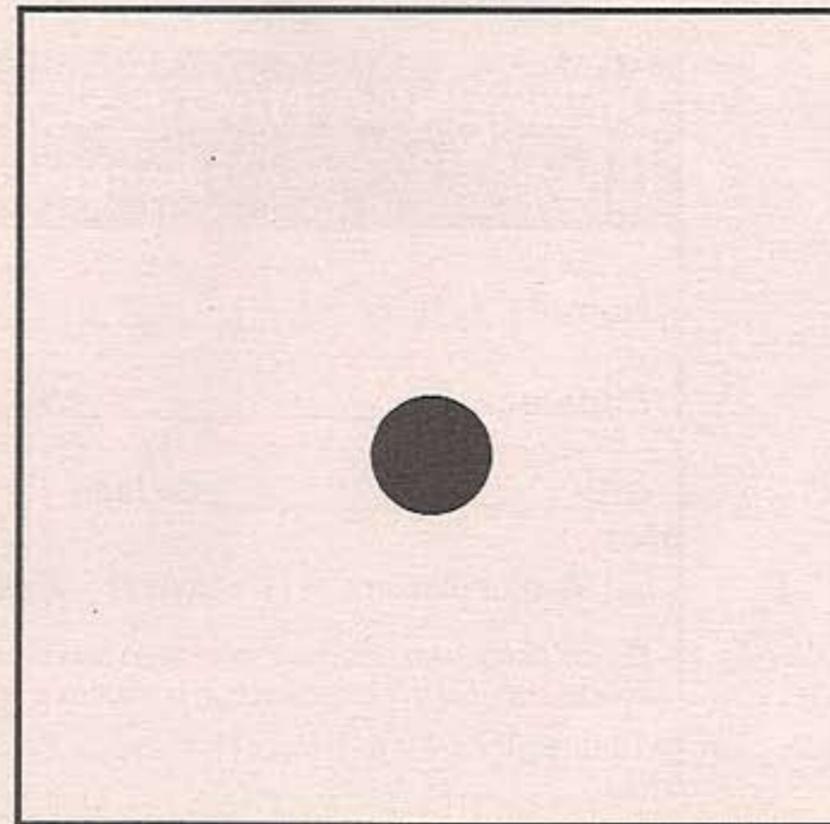
algum conhecimento prévio. Mesmo a mais simples observação empírica necessita que os dados observados sejam colocados dentro de algum sistema de classificação que já existe previamente, e que represente, ele próprio, um nível definido de compreensão teórica.

Porém em nível nenhum o conhecimento é completo, ou seja, nosso conhecimento teórico do objeto nunca é capaz de reproduzir completamente esse objeto em cada detalhe. Assim, o conhecimento possui sempre um caráter aproximativo. Investigações posteriores sobre o objeto irão, mais cedo ou mais tarde, revelar esse caráter aproximativo, por meio da revelação da falta de concordância entre as projeções teóricas do comportamento de algum sistema abrangendo o objeto e o comportamento efetivamente observado. Essa falta de concordância pode ser formulada como uma contradição lógica: a teoria descreve o sistema como estando no estado A , ao passo que a observação demonstra que o sistema está no estado $não-A$. O caráter subjetivo dessa contradição é determinado pelo fato de que ela surge no processo de cognição da realidade, e não da própria realidade. Isto é resolvido não por meio da modificação do objeto de cognição, mas por meio da modificação do processo cognitivo dentro do domínio do pensamento. Tais contradições subjetivas são, entretanto, as con-

tradições dialéticas no processo cognitivo, pois contribuem de maneira essencial para o desenvolvimento do nosso conhecimento. As contradições desse tipo têm sido examinadas bastante detalhadamente, por exemplo, por Gorskiy¹⁵.

Conclusão

Embora a lógica formal não possa por si própria fornecer uma reflexão teórica suficiente a respeito da realidade, ela tem sido um instrumento fundamental no desenvolvimento da nossa compreensão teórica do mundo. Como foi apontado por Lênin, foi a longa experiência da atividade humana que conduziu a que as figuras lógicas fossem fixadas em nossas mentes como axiomas¹⁶. Em vão procuravam-se exemplos das contradições lógicas no mundo material. Os opostos dialéticos não aparecem, nos sistemas materiais, como contrários, no sentido de contradições lógico-formais. Assim sendo, se as descrições teóricas de tais sistemas não são reflexões adequadas a respeito desses opostos, elas não irão adquirir o conteúdo das contradições lógicas no pensamento.



ERWIN MARQUIT é professor da Escola de Física e Astronomia da Universidade de Minnesota, nos Estados Unidos. Tem vários trabalhos publicados no campo da Filosofia e da Filosofia da Ciência. É o editor da revista marxista intitulada *Nature, Society, and Thought – a Journal of Dialectical and Historical Materialismo*. Este artigo, aqui traduzido por Rosana Seligmann, foi publicado originalmente em *Science & Society* 45. Recentemente Erwin Marquit voltou ao tema em debate com Danny Goldstick, do Departamento de Filosofia da Universidade de Toronto, no volume 8(2) da citada revista. Informações mais detalhadas sobre o tema e sobre a revista podem ser obtidas na University of Minnesota-116 Church Street S.E. - Minneapolis, MN 55455-USA.

Notas

(1) Na literatura da filosofia marxista-leninista é comum identificar as leis 1, 2, e 3 como leis da dialética. Para não atrapalhar essa tradição (e utilizando uma prática introduzida em conexão com a ordenação das leis da termodinâmica), designei a

lei universal da inter-relação como a *lei zero*. Recapitulando a caracterização de Engels a respeito da dialética como "a ciência da inter-relação universal" (*Dialectics of nature*, Moscou, 1972, p.17), deve-se argumentar que a própria ciência não pode ser uma lei da ciência. Visto que na filosofia marxista-leninista, a dialética (e também seguindo Engels) é geralmente definida como a ciência das leis gerais do movimento e desenvolvimento da natureza, da sociedade humana e do pensamento (*Fundamentals of marxist-leninist philosophy*, Moscou, 1974, p. 126), o princípio da inter-relação universal realmente assume as características de uma lei.

(2) Sou agradecido a I. S. Narski por dirigir minha atenção para essa conexão.

(3) Segundo Paul LaFargue e Wilhelm Liebknecht, *Souvenirs sur Marx*, Paris, 1935, p. 9.

(4) Fedor F. Vyakkerev, p. 87.

(5) Karl Marx, *O capital*, Moscou, 1956, vol. I, p. 153.

(6) "Subjektiv", *Philosophie und naturwissenschaften – Wörterbuch*, ed. Herbert Hörz et al., Berlim, 1978.

(7) Citado por Lênin em *Philosophical notebooks*, vol. 38 de *Collected works*, Moscou, 1972, p. 258.

(8) *Ibid.*, pp. 258-60.

(9) Erwin Marquit, "Dialectics of motion in discrete and continuous spaces, *Science & Society*, 42, (inverno 1978-79), pp. 410-25; e também E. Marquit, "K vorprosu o filosofskikh aspeltakh sootnosheniya prostranstva i vremeni v klassicheskoy mekhanik", *Filosofskie nauki* n. 2 (1980), pp. 118-129.

(10) Igor S. Narski, *Problema protivorechiya v dialekticheskoy logike*, Moscou, 1968; ver também nesse volume p. 45.

(11) Um núcleo radiativo não possui, na realidade, uma massa unicamente definida, mas uma expansão dessa massa determinada pelo princípio da incerteza de Heisenberg. Dessa forma, a energia do estado não é definida de maneira única.

(12) E. V. Ilyenkov, *Dialekticheskaya logika*, Moscou, 1977, pp. 334-35.

(13) Gottfried Stiehler, *Der dialektische widerspruch*, 2. ed., Berlim, 1976, p. 13.

(14) Karl Marx, *Wage-labour and capital*, Moscou, 1978, p. 31.

(15) D. P. Gorskiy, "Dialektika ot ozhd est veleniya netozhestvennogo v protsesse poznaniya", em E. K. Voyshvilo et al., *Dialektika nauchnogo poznaniya*, Moscou, 1978, pp. 105-133.

(16) Lênin, *Philosophical notebooks*, p. 190.

DIFERENÇA NÃO É SÓ DE FORMA. A DIFERENÇA É CONTEÚDO.

Assine e dê PRINCÍPIOS de presente.

Nome _____

Endereço _____ Fone _____

CEP _____ Cidade _____ Estado _____

Assinatura anual (4 edições) - 30,00 Assinatura especial (9 edições: 5 passadas + 4) - 45,00

Mande cheque nominal junto com seus dados para enviarmos a revista. Se preferir, ligue ou escreva dando nº de cartão Credicard e vencimento. Ou telefone para que enviemos a revista junto com boleto bancário.

Editora Anita Ltda. - Rua Monsenhor Passalacqua, 158 - CEP.: 01323-010 - São Paulo - SP - Tel.: (011)289-1331

Números disponíveis para assinatura especial ou compra avulsa: 17, 18, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 33, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41 e 42. Preço: R\$ 5,00

Capitalismo e Pós-Modernidade

A condição pós-moderna (uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural). David Harvey, São Paulo, Edições Loyola, 4ª ed., 1994.

A tese que David Harvey se propõe a demonstrar é a de que há “relações necessárias entre a ascensão de formas culturais chamadas pós-modernas, a emergência de modos mais flexíveis de acumulação do capital e um novo ciclo de ‘compressão’ do espaço-tempo na organização do capitalismo”.

Ele define *Modernismo e pós-Modernismo* como “formas de sentimento ou sensibilidade”. Embora suas primeiras manifestações tenham ocorrido nas artes e arquitetura, são fortes tendências que passam a moldar esquemas de pensamentos e relações sociais. O autor passa então a refletir sobre como essas formas são geradas no contexto das relações políticas e econômicas das sociedades capitalistas. Identifica o Modernismo como fruto do projeto racionalista do Iluminismo, e aponta seu florescimento no período de auge do fordismo.

O Modernismo teria perdido sua força quando totalmente incorporado pela ideologia oficial, tornando-se uma versão reacionária e tradicionalista, nos moldes das intervenções imperialistas no mundo da cultura. Ao assumir um caráter cada vez mais elitista, a arte e a alta cultura teriam sido esvaziadas de sensibilidade e empobrecidas de experimentações. Os movimentos de contracultura da década de '60, a popularização da televisão, o comércio de produtos culturais na mídia e as tendências de flexibilização de produção, produtos e mercados seriam alguns dos fatores responsáveis por uma nova tendência nos sistemas de referência em diversos campos da cultura: o pós-Modernismo.

O pós-Modernismo, para o autor, é a parte de uma transformação cultural que acompanha a luta do capitalismo para se recompor. Não se mostra como uma mudança global de paradigmas nas ordens cultural, econômica ou política, que corresponda a uma “nova sociedade” “pós-industrial”, como muitos querem supor. O pós-Modernismo surge como uma nova versão do Modernismo, colocando-se, porém, de forma a “flexibilizar” a produção cultural num ecletismo de mercado “vale-tudo”, marcado pelo *laissez faire*. Integra-se, por fim, à política neoconservadora.

Nesse trabalho, Harvey demonstra que a negação dos grandes sistemas de representações como, por exemplo, o marxismo, tem levado muitos autores a análises insuficientes de fragmentos da realidade.

Assim como as novas formas de produção e acumulação capitalista, os projetos do pós-Modernismo são marcados pelo domínio das imagens. Harvey fala em “jogo de espelhos para uma economia de espelhos”, pelo apelo do carisma na política, pela retórica em substituição à semântica e pela estética em substituição à ética. Até a pobreza é “estetizada”, saindo do campo de visão social.

A negação da história, a constatação de que o mundo é constituído de modo efêmero, descontínuo, fragmentado e caótico tem reforçado unicamente as perspectivas de mudanças localizadas, e nunca na crítica ao capitalismo como sistema de exploração do trabalho. Harvey critica tais tendências, que são embasadas numa filosofia prag-

mática da ação, e aponta para o fato de que nem os partidos comunistas têm escapado dessa lógica.

É bastante interessante a forma como o autor recupera vários trabalhos que vêm sendo feitos desde a década de 80 na linha da crítica aos argumentos pós-modernistas. Argumenta que a esquerda não tem conseguido responder às questões colocadas pelo pós-Modernismo. Ao partir para estudos das instituições políticas e culturais, afastou-se do movimento operário. Ao tentar competir com neoconservadores sobre seus temas (terreno da estética, imagens, meios de comunicação e ideologia), perdeu posições, muitas vezes, por não saber estabelecer as relações entre política e economia. Somente alguns marxistas ortodoxos conseguiram fazê-lo.

Harvey não descarta, com isso, a importância de pesquisas voltadas para as realidades específicas que, em princípio, têm sido a opção metodológica e teórica de tendência “pós-moderna”. Questões das diferenças de gênero, religião, temáticas ligadas ao estudo da ideologia, podem e devem ser tratadas com seriedade, para maior compreensão da dialética da mudança social. Porém, alega o autor, é preciso fazê-lo e de discursos é parte da reprodução de toda ordem simbólica, que acompanha as transformações no mundo da produção material.

Harvey reconhece que há uma crise do materialismo histórico, e aponta para a necessidade de sua superação, através da releitura do próprio Marx, cuja crítica à lógica do sistema capitalista mantém-se atual. Isso possibilitaria maior compreensão do “fluxo de relações interiores no capitalismo como um todo”.

Sônia Regina
Ferreira de Oliveira

O fim das nações?

O fim da democracia. Jean Guéhenno, Editora Bertrand, 1993.

Que panorama se descortina? Havendo se completado o ciclo das revoluções – iniciado com a revolução bolchevique em 1917 e encerrado com a queda do muro de Berlim em 1989 –, qual é o quadro que se vê? O da volta das nações, do nacionalismo, das lutas interimperialistas, quadro semelhante à situação do final do século XIX, precedente ao período revolucionário? Ou estaremos entrando num período inteiramente novo, do fim das nações, fim do Estado-nação e da democracia como até agora a conhecemos?

Eis o diagnóstico do autor do livro *O fim da democracia*: o que está no fim não é o ciclo revolucionário iniciado em 1917, mas o período de dois séculos iniciado em 1789 com a Revolução Francesa e seu ideário de “Liberdade, Igualdade, Fraternidade”. Esses conceitos, que teriam feito a cabeça de todos durante duzentos anos, estariam condenados.

Um pequeno livro audacioso: anuncia o fim da época das nações, da política e da democracia, fala da substituição dos partidos por *lobbies*, da institucionalização da corrupção no aparelho do Estado e na sociedade. Apresenta a economia da droga como um novo fator de poder e as religiões ocupando o espaço das fidelidades individuais. Anuncia uma nova época imperial: a obsolescência da democracia europeia diante do sucesso do modelo imperial asiático. Descreve um mundo a um só tempo unificado e sem centro, um império sem imperador. Por discutíveis que sejam suas teses, vale a leitura como provocação à reflexão.

O autor, um diplomata, embaixador da França junto à União Europeia, argumenta que, encerrada a

polarização Leste-Oeste, vieram à superfície as poderosas forças econômicas, sociais e culturais que haviam transformado o contexto que permitiu a formação e existência do Estado-nação.

Que forças são essas?

“A dissolução das fronteiras, a globalização da economia, a era da informática e do imaterial, a fragmentação dos interesses cosmopolitas, as normas internacionais de utilitarismo gerencial dissolveram a noção de soberania territorial e as aquisições de solidariedades nacionais.”

Resenhando o livro, o jornal francês *Le monde* resume: “a desvalorização do espaço revaloriza o homem, e na medida em que a criação da riqueza depende cada vez menos da base territorial e mais do valor agregado pela inserção em redes, que têm vocação universal, as estruturas piramidais nacionais tornam-se obsoletas”. Segundo o autor:

“... o ano de 1989 marca, efetivamente, o crepúsculo de uma longa época histórica, da qual o Estado-nação, surgindo progressivamente dos escombros do Império Romano, foi o coroamento. Essa forma política, muito mais europeia do que a idéia de império, se vem impondo ao mundo durante os dois últimos séculos, e aceitamos como consequência inexorável aquilo que talvez não passasse de resultado precário de uma rara conjugação histórica, somada a circunstâncias singulares, capaz de desaparecer junto com elas ...”

“... Seria um grande erro considerar a idade dos Estados-nação como um fim em si mesma. A organização política que a filosofia da razão nos deixou não passa de um episódio na história humana, a ma-

neira que nós descobrimos, numa determinada etapa de nosso desenvolvimento, de fundar a liberdade sobre uma ordem política.”

“... Herdeiros da idade da razão, somos herdeiros amnésicos: as leis tornaram-se receitas, o direito um método, os Estados-nação um espaço jurídico. Será isso suficiente para garantir o futuro da idéia democrática? Hoje pergunta-se obrigatoriamente se pode haver democracia sem nação ...”

[Em consequência] “... as palavras democracia, política, liberdade definem o nosso horizonte mental, mas não temos mais certeza de reconhecermos seu verdadeiro sentido, e nossa adesão depende muito mais de reflexos do que de reflexão”.

O fim da política

“O desaparecimento da nação implica a morte da política.(...) Na idade das redes, a relação entre cidadãos e corpo político sofre a concorrência da infinidade das conexões estabelecidas fora de seu alcance, de modo que a política, longe de ser o princípio organizador da vida dos homens na sociedade, aparece como uma afinidade secundária, até uma construção artificial, pouco adaptada a solucionar os problemas práticos do mundo contemporâneo.”

“Não se vê, sem dúvida, em lugar algum, melhor do que nos Estados Unidos, que foram a vanguarda da institucionalização do poder, de que forma a lógica institucional se esgota, levando com o seu desaparecimento também a política. Realmente, o que vem a ser Washington hoje? Dezenas de milhares de funcionários públicos, algumas centenas de parlamentares, alguns milhares de *staffers* e sobretudo trinta mil lobistas. Esta última cifra não reflete uma simples inchação burocrática, ela exprime a reviravolta fundamental no processo de tomada de decisão na maior democracia moderna.”

“... Hoje em dia a ação do lobista raramente ameaça a moral, porém ela chega a deformar o próprio funcionamento da máquina democrática. O lobista é um corretor de informações. Ele mobiliza para a empresa ou para os interesses que representa todas as informações suscetíveis de apoiar o ponto de vista que pretende defender. Se uma empresa de obras públicas quer obter votos para a construção de uma auto-estrada, ele (o lobista) reunirá informações mais completas e mais precisas que qualquer agência governamental, demonstrando e calculando vantagens de auto-estrada para a coletividade. Se, para o mesmo caso, ele representa uma associação ecológica, todas as seqüelas nefastas do projeto para o meio ambiente serão detalhadas. Assim, para cada caso, para cada lei, gabinetes de lobistas se digladiarão ...”

“... Mas tudo isso ainda se trata de política? A confusão acerca do *lobby* reside no fato de se acreditar que o interesse geral irá nascer naturalmente do confronto honesto de interesses particulares. (...) Obviamente os lobistas não trabalham de graça, e somente os interesses entesourados podem recorrer aos serviços deles.”

“... A política não existe como simples resultado de interesses privados, mas sim pressupõe um contrato social, o qual precede e ultrapassa todos os contratos particulares. Se abandonarmos esse postulado, reduzindo a política a uma função de mercado, onde se determina o valor dos interesses presentes, o espaço da política é imediatamente ameaçado de desaparecimento, pois não há mercado que possa estabelecer o “valor” do interesse nacional ou delimitar o espaço da solidariedade. Se a coletividade nacional não é mais um dado e sim uma escolha, ninguém na verdade tem condições de basear essa escolha sobre os mesmos critérios racionais que definem suas ações na gestão operacional de seus interesses. Nenhuma lei econômi-

ca consegue substituir a evidência territorial e histórica da nação.”

E o livro prossegue fazendo observações assim agudas sobre temas como o papel da corrupção que se torna institucional dentro do aparelho de Estado e nas empresas; sobre a ascensão das religiões, naquilo que o autor chama de o encontro entre “o extremo arcaísmo e a extrema modernidade”. Aborda a cres-

cente importância da “economia da droga”. E sobre a violência “na época imperial”, diz: “a violência na época das redes, a violência da época dos impérios, tem toda chance de ser mais difusa, menos extrema, porém não mais rara”.

Eis aí um aperitivo. E um convite instigante à leitura e à reflexão.

Carlos Azevedo
(Jornalista)

O Brasil como tema

História do Brasil. Bóris Fausto, São Paulo, Edusp (Editora da USP), 1995.

O povo brasileiro – a formação e o sentido do Brasil. Darcy Ribeiro, São Paulo, Companhia das Letras, 1995.

Mauá, empresário do Império. Jorge Caldeira, São Paulo, Companhia das Letras, 1995.

O esforço de avaliação da história do Brasil e de seu povo deu três frutos importantes em 1995, com a publicação dos livros *O povo brasileiro – a formação e o sentido do Brasil*, de Darcy Ribeiro, *História do Brasil*, de Bóris Fausto, e a biografia *Mauá, empresário do Império*, de Jorge Caldeira.

São obras importantes, seja pelo aspecto progressista de seu conteúdo, seja pela repercussão que tiveram, seja, finalmente, pelo fato de aprofundarem e precisarem a compreensão de alguns aspectos fundamentais de nosso passado.

Assim, o livro de Jorge Caldeira sobre o Visconde de Mauá lembra de forma aprofundada e com riqueza de detalhes a luta que esteve no centro da formação do capitalismo moderno no Brasil, entre os interesses agro-mercantis-exportadores e os interesses da nascente burguesia industrial brasileira. Expõe com maestria os limites dessa classe de industriais que já nasceu

associada ao capital estrangeiro numa situação política extremamente adversa, numa sociedade que era um condomínio governado por representantes da oligarquia escravista, territorial e financeira. Trata-se de um dos capítulos iniciais do mesmo conflito que vivemos em nosso tempo, quando os setores conservadores adotam um programa neoliberal muito semelhante ao dos livre-cambistas do Império, gente que, a título de integrar o país entre as chamadas nações civilizadas (o atual Primeiro Mundo), aceitava como natural o papel atribuído ao país na divisão internacional do trabalho, de importador de produtos industrializados. A história de Mauá é uma demonstração concreta dos efeitos nocivos da atuação daqueles que, sob o disfarce de defesa dos interesses nacionais, defendem apenas seus interesses de classe.

Mas a sociedade brasileira não deixou de crescer, de forma contraditória, sinuosa, muitas vezes tu-

multuada. O livro de Bóris Fausto traça um grande painel dessa trajetória de colônia a uma das maiores economias industriais do planeta. Tem uma virtude: ao contrário dos livros de história convencionais, que valorizam a colônia e o império e minimizam os tempos atuais, Bóris Fausto passa rapidamente pelo passado, e privilegia a história do período republicano. Tratando a história como “uma disciplina vital para a formação da cidadania”, Bóris Fausto deixa transparecer o substrato social-democrata que fundamenta sua visão da história. Num relato ao gosto acadêmico, tratando de forma ligeira alguns aspectos que, de outro ponto de vista, seriam centrais – a história do quilombo de Palmares, por exemplo, é citada num único capítulo de escassas doze linhas, além de outra referência ligeira quando trata dos bandeirantes –, Bóris Fausto descreve o grande processo social e econômico que desembocou no Brasil moderno da Nova República. O próprio uso da expressão *cidadania*, que denota as intenções democráticas do autor, revela também o lugar privilegiado que a conquista da democracia burguesa ocupa nesse relato, onde a luta de classes aparece como um fantasma a ser exorcizado.

É típica, por exemplo, a caracterização que Bóris Fausto faz da ditadura militar de 1964. Ela “não teve características fascistas”, diz ele. Mesmo o autoritarismo daquele período foi caracterizado frouxamente por ele, pois os generais de plantão nunca assumiram de forma cristalina seu caráter antidemocrático. Ora, este é um argumento pueril: não se pode aceitar como verdadeiro aquilo que alguém pensa de si próprio, pois a verdade está nos atos, nas formas concretas, e não no pensamento!

Nessa linha, Bóris Fausto pensa que a Constituição de 1988 – “com todos os seus defeitos” – refletiu “o avanço ocorrido no país, especial-

mente na área da extensão de direitos sociais e políticos aos cidadãos em geral e às chamadas minorias”. Mas ela gerou problemas, “como o tempo iria demonstrar” – problemas, por exemplo, na área tributária, especialmente na distribuição dos recursos entre a União, os estados e os municípios, na previdência social (a aposentadoria por tempo de serviço) ou ao garantir a estabilidade dos funcionários públicos.

A História do Brasil, de Bóris Fausto, reflete, assim, a ideologia da facção da classe dominante brasileira que chegou ao poder com Fernando Henrique Cardoso, com sua visão própria da história do país, com sua crítica de algumas mazelas que nos acompanham desde o período escravista, com sua concepção de democracia e, particularmente, com um projeto de desenvolvimento adequado a seus interesses.

A simpatia pelo povo e o engajamento ombro a ombro em suas lutas, que faltam ao livro de Bóris Fausto, são esbanjadas no livro de Darcy Ribeiro. Resultado de décadas de reflexão, ele adverte logo de cara: “Não procure, aqui, análises isentas. Este é um livro que quer ser participante, que aspira influir sobre as pessoas, que aspira ajudar o Brasil a encontrar-se a si mesmo.”

O enigma que ele se propõe a decifrar não é trivial: quem é o povo brasileiro? Quem somos nós?

Fugindo dos maneirismos antropológicos tradicionais, avesso ao academicismo maçante, Darcy Ribeiro coloca no centro de sua análise a interação contraditória, sofrida, muitas vezes cruel, de europeus dominantes que reduziram ao trabalho forçado as populações autóctones ou africanos sequestrados em sua terra.

O tratamento que Darcy Ribeiro dá ao quilombo de Palmares é significativo: é elemento de análise freqüente da contradição principal de nossa história, e é também sím-

bolo veemente da forma como a elite sempre tratou o povo no Brasil. Para Darcy Ribeiro, a análise da luta do povo brasileiro revela a natureza íntima do processo histórico em nosso país, e Palmares tem a virtude de combinar aquelas que, em sua opinião, são as duas vertentes marcantes de que ela se reveste aqui: seu caráter simultaneamente racial e classista. Para ele, o “que desgarrar e separa os brasileiros em componentes opostos é a estratificação de classes”. Mas, por outro lado, ela unifica e articula do lado de baixo, “como brasileiros, as imensas massas predominantemente escuras”.

Essa confiança no povo brasileiro, em sua criatividade e capacidade de enfrentar e superar os graves desafios com que se defrontou ao longo da história, dá o tom otimista do livro de Darcy Ribeiro, ao lado da reiteração da denúncia do descaso das elites pelo povo e pela nação. Vale a pena terminar com uma longa transcrição:

“O Brasil foi regido primeiro como feitoria escravista, exoticamente tropical, habitada por índios nativos e negros importados. Depois, como um consulado, em que um povo sublusitano, mestiçado de sangue afros e índios, vivia o destino de um proletariado externo dentro de uma possessão estrangeira. Os interesses e as aspirações do povo jamais foram levados em conta porque só se tinha atenção e zelo no atendimento dos requisitos de prosperidade da feitoria exportadora. Nunca houve aqui um conceito de povo, englobando todos os trabalhadores e atribuindo-lhes direitos. Nem mesmo o direito elementar de trabalhar para nutrir-se, vestir-se e morar”. “O que houve e o que há é uma massa de trabalhadores humilhada e ofendida por uma minoria dominante, espantosamente eficaz na formulação de seu próprio projeto de prosperidade, sempre pronta a esmagar qualquer ameaça de reforma da ordem social vigente”.

José Carlos Ruy

As origens do poder jovem

O Poder Jovem. História da participação política dos estudantes brasileiros. Artur José Poerner, São Paulo, Centro de Memória da Juventude, 4ª edição, 1995.

A força do movimento estudantil sempre provocou um misto de fascínio e temor nas elites brasileiras. Seu forte conteúdo crítico, sua permanência e sua capacidade de estar sintonizado aos principais acontecimentos nacionais fez com que jornalistas e políticos se ocupassem por diversas vezes, como no período do *impeachment*, em entender seus mecanismos de funcionamento e sua dinâmica. No entanto, seja pelo preconceito, pela ausência da experiência concreta ou simplesmente pela casualidade com que tratam o tema, tais tentativas têm sido infrutíferas.

O Poder Jovem é um caso à parte. Sendo uma das poucas obras no Brasil que buscam compreender o movimento juvenil por dentro, o livro considera que os estudantes são o segmento mais organizado entre os jovens, e relata os principais feitos dos estudantes brasileiros, ao mesmo tempo que se esforça por compreender o que os move, que mecanismos regem seu movimento e qual é a linha de continuidade que o perpassa do Brasil colônia à atualidade.

Escrito em 1968, no auge da resistência estudantil ao regime militar, o livro traz consigo a marca da sua época. O autor era um jovem jornalista, estudante de direito e com passagem pelo movimento estudantil. Seu esforço teve um duplo sentido: sistematizar a rica história política do movimento estudantil e desvendar sua íntima vinculação com as lutas nacionais, ao mesmo tempo história e sociologia. Seu objetivo militante foi, através das li-

ções do passado, alimentar nos estudantes a luta pelo fim da ditadura e por dias melhores.

Em seu mergulho na história, Poerner recuperou fatos como a resistência dos estudantes dos conventos e colégios religiosos à invasão do Rio de Janeiro pelos franceses, a presença estudantil na Inconfidência Mineira e a fundação da Sociedade Dois de Julho pelos acadêmicos da faculdade de medicina da Bahia, em 1825, para alforriar escravos. Localizou, com razão, que o divisor de águas na história política dos estudantes brasileiros foi a fundação da União Nacional dos Estudantes, e dividiu também o *Poder Jovem* em duas partes: antes da UNE e a partir da UNE, dedicando a maior parte do livro a mostrar como a UNE nasceu vinculada ao Estado Novo, e foi se distanciando e ganhando independência perante os governos na medida em que ampliava sua influência, sistematizava sua agenda política e social e centralizava as lutas estudantis nacionais.

Em sua análise, o autor não se prende à UNE. Reconhece nela a unificação das lutas e a primazia da questão nacional; no entanto, percorre o cotidiano do movimento estudantil, principalmente no Rio de Janeiro e São Paulo, para poder concluir que o movimento estudantil não acontece apenas quando os estudantes ocupam as ruas. Pelo contrário, é perene e se realiza no interior das escolas, mesmo quando, para os jornais e para os mais desavisados, parece ter desaparecido.

Bastante sintonizado com os debates da sociologia da juventude, situa a condição de país dependente e de miséria do povo como os principais fatores a vincular movimento estudantil e opção à esquerda no Brasil. Não se trata, portanto, apenas de um conflito de gerações, mas sim de que o próprio conflito geracional está marcado pelos graves problemas sociais do país, de forma que “o velho, aos olhos do jovem, deixa de ser simplesmente um quadrado, para se transformar num reacionário”.

Continuando, Poerner considera que uma das razões a conferir tanta força ao movimento estudantil é o fato de se ter constituído na principal escola de formação de lideranças políticas no Brasil, tendo entre os altos dirigentes da república muitas lideranças oriundas dos seus quadros. Não esquece, porém, que a universidade brasileira é elitista, e a maioria dos que aí estudam pertencem ao segmento destinado a dirigir o país, conferindo a esse fator importância considerável para explicar a força do movimento estudantil.

O Poder Jovem foi proibido pelo governo militar logo após a sua publicação. Com isso, teve dificuldades de cumprir seu objetivo militante e de se tornar amplamente conhecido. Apesar disso, o movimento estudantil se reconheceu nele, e realizou, na década de 70, uma publicação clandestina, que foi a segunda edição, incorporando-o aos símbolos do movimento estudantil, e fazendo com que muitos dirigentes, mesmo sem conhecê-lo, o recomendassem. Houve ainda em 79 uma terceira edição, que não obteve grande repercussão.

Nesta quarta edição, realizada pelo Centro de Memória da Juven-

tude e entidades estudantis, o autor fez uma atualização de sua obra. Buscou elencar os principais acontecimentos desde a reconstrução da UNE e corrigir uma falha da sua obra original: a completa ausência de qualquer referência à UBES e ao movimento estudantil secundarista.

Entretanto, apesar dos esforços, as lacunas continuam. O movimen-

to secundarista, com suas peculiaridades e tradicional radicalismo, e o período que vai da reconstrução do movimento até os nossos dias, com destaque para o *impeachment*, ainda esperam por quem faça suas reconstituições históricas e realize um balanço das suas experiências.

Com a carência de estudos e pela importância social e política

do segmento juventude no Brasil, *O Poder Jovem* é uma obra definitiva, obrigatória para todos os que procuram compreender a juventude brasileira, e mesmo para os que se esforçam em entender a história do país. Afinal de contas, é o primeiro esforço sistemático de compreender o Poder Jovem no Brasil.

Manoel Rangel

LANÇAMENTO

GUERRILHA DO ARAGUAIA

Com esta 3ª edição ampliada do livro/revista *Guerrilha do Araguaia*, a Editora Anita Garibaldi homenageia os heróis que tombaram na luta pela liberdade e resgata um importante período da história de nosso povo, por mais que as classes dominantes tentem esconder e ignorar. É fantástico que só depois de 21 anos, após muitos massacres de trabalhadores naquela mesma região como os de Rio Maria e Eldorado do Carajás, a Guerrilha do Araguaia ocupe espaços nos grandes meios de comunicação. Esta publicação é a mais completa já produzida. Nela o leitor encontrará comunicados da guerrilha, cartas, poemas, fotos e biografias dos guerrilheiros, entrevistas, depoimentos e documentos que analisam este acontecimento. Vale a pena conferir.



R\$ 12,00

BOLSA ESCOLA



**A PROMESSA DE
CAMPANHA ERA 20 MIL
BOLSAS-ESCOLA
EM 4 ANOS.**

**EM MENOS DE 2 ANOS, O GOVERNO
DEMOCRÁTICO E POPULAR ENTREGOU
EM SOBRADINHO A
BOLSA-ESCOLA Nº 19.092,
NO DIA 21/10/ 1996.**

**O Governo Democrático e Popular
cumpriu mais uma etapa vitoriosa do
mais importante programa
educacional do País.**



**G O V E R N O
D E M O C R Á T I C O
E P O P U L A R**

Canção da Saída

**Se não tens o que comer
como pretendes defender-te?
É preciso transformar
todo o Estado
até que tenhas o que comer.
E então serás teu próprio convidado.**

**Quando não houver trabalho para ti
como terás de defender-te?
É preciso transformar
todo o Estado
até que sejas teu próprio empregador.
E então haverá trabalho para ti.**

**Se riem de tua fraqueza
como pretendes defender-te?
Deves unir-te aos fracos.
E marcharem todos unidos.
Então será uma grande força.
E ninguém rirá.**

Bertolt Brecht